

**Nº06 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 17 de março
de 2017. -----**

Aos dezassete dias do mês de março do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e dez minutos e iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de catorze de março de dois mil e dezassete. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, dando conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Informação n.º 81/DOP/2017 - Adutora Parque empresarial - Vilela Seca e remodelação do reservatório de Vilela Seca - Relatório mensal do desenvolvimento dos trabalhos; -----

- Informação n.º DOP/2017 - Remodelação do Largo General Silveira - Relatório Mensal - fevereiro de 2017; -----

- Informação n.º 23/DSC/2017 - Atualização das Taxas Administrativas constantes no regulamento municipal de liquidação e cobrança de taxas municipais; -----

- Listagem com operações/candidaturas aprovadas no âmbito do aviso POSEUR 12-2016-38 -----

Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da panóplia de candidaturas, já aprovadas, no âmbito do programa POSEUR 12-2016-38, e com incidência no melhoramento dos sistemas de abastecimento de água e de águas residuais do concelho. -----

O conjunto de candidaturas já aprovado consubstancia um investimento público total no valor de 3.201.681,83€. -----

Por último, o Presidente da Câmara realçou o excelente trabalho realizado pelos serviços municipais, em vista à formalização, com sucesso, das candidaturas em causa, tendo como objeto a área de intervenção municipal de abastecimento público. -----

- Concluindo a sua intervenção, o Presidente da Câmara deu, ainda, nota consubstanciada numa proposta de alteração da data de realização da Reunião ordinária do Executivo, programada para o próximo dia 17/04/2017, sugerindo que a mesma tenha lugar, no dia 10/04/2017, a partir das 15:30 horas. -----

A ordem de trabalhos, da respetiva reunião, será enviada, a todos os membros do Executivo, nos termos habituais, no dia 06/04/2017. -----

Tal alteração, à realização da dita reunião ordinária do Executivo Municipal, mereceu a concordância de todos os Vereadores que integram o aludido Órgão Administrativo Municipal. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Centro Coordenador de Transportes - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, começou por referir que o Partido Socialista não se conforma com a localização do Centro Coordenador de Transportes, no local apontado, na última reunião de Câmara, pelo Presidente da Câmara, no caso, na zona da Fonte do Leite, não servindo, tal localização, junto ao casino de Chaves, os interesses dos jovens utilizadores de transportes, obrigando-os a fazer um percurso, entre o casino e a cidade, bem como as pessoas com menores rendimentos, obrigando-as, face à distância existente, entre a zona do casino e o centro da cidade, a suportar, eventualmente, encargos com serviços de transporte (táxi). -----

O Partido Socialista tudo fará para inverter esta solução de localização, no sentido de permitir que o centro coordenador possa ser instalado, numa zona mais central da cidade. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Os comentários, acima, proferidos, pelo Vereador do Partido Socialista, são, absolutamente, extemporâneos, considerando que a localização quanto à instalação do Centro Coordenador de Transportes, veio a ser, publicamente, escrutinada, em sede de discussão pública do Plano de Pormenor da fonte do Leite, plano urbanístico esse que contempla, a sua localização, na zona da fonte do leite. -----

2 - Tal plano foi, em tempo oportuno, aprovado por todos os Órgãos administrativos da Autarquia (Câmara Municipal e Assembleia Municipal). -----

3 - A instalação do aludido centro, com a localização prevista no mencionado plano de pormenor, não inviabiliza que os operadores privados de transportes possam ter um circuito urbano, ao abrigo do qual, libertam os respetivos passageiros até chegarem ao seu destino final, ou seja, o Centro de Coordenador de Transportes, localizado na zona da Fonte do Leite. -----

4 - Por outro lado, no centro da cidade não se vislumbra nenhuma localização que não possa colidir com os relevantes valores patrimoniais e/ou arqueológicos merecedores de preservação. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Para o bom funcionamento do Centro coordenador de Transportes é fundamental que o mesmo seja dotado de boas acessibilidades, sendo difícil reunir, tal pressuposto, no centro da cidade. -----

2 - Isto não invalida, todavia, que possa ser ponderada uma localização mais adequada, para o aludido centro, designadamente, nas proximidades

do bairro dos Aregos, área da cidade que poderia, à partida, reunir condições de centralidade interessantes para a instalação do Centro.

3 - A solução encontrada tem, inquestionavelmente, a virtude de estar dotada de boas acessibilidades, sem prejuízo de ser ponderada uma localização mais próxima da cidade. -----

4 - Em conclusão: deve ser ponderada outra solução, quanto à localização do aludido centro, sem colocar em causa o financiamento externo já conquistado pela Autarquia. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo abordado a temática relacionada com a deliberação que a autarquia tomou, sobre a aprovação da construção de edifícios, no jardim do bacalhau e sua publicitação. -----

De facto, tal deliberação veio a ser tornada pública, no "Facebook" da autarquia, omitindo a mesma a sua posição de desfavorabilidade na aprovação do respetivo projeto. -----

Tal prática não é correta e deve ser, no futuro, corrigida. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Sempre que a Câmara Municipal aprova um projeto, a sua divulgação pública não tem de mencionar, expressamente, o sentido de votação perfilhado por todos os membros do Executivo Municipal, mas sim, o próprio ato de aprovação, de relevante interesse público, o qual justifica tal divulgação pública. -----

2 - Esta tem sido a prática que vem sendo, desde sempre, seguida, pela autarquia, a qual se irá manter, no futuro. -----

3 - As posições assumidas, neste executivo municipal, pelos vereadores que o constituem, fazem parte do corpo das respetivas atas, documentos que, nos termos legais, também são devidamente publicitados. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Despoluição do Rivelas - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente chamou a atenção para a necessidade de se proceder à limpeza das margens do Rivelas, nas proximidades da praça do Brasil, apresentando as mesmas, em termos ambientais, um cenário pouco satisfatório. -----

2 - Estrada Municipal 507 - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, solicitou informação, sobre a previsão dos trabalhos de requalificação dos diversos troços projetados na estrada municipal 507. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A responsabilidade pela manutenção e limpeza dos terrenos que marginam o Rivelas está confiada aos seus proprietários, sendo certo que a autarquia, dentro das suas competências e atribuições, sobre a matéria, vem adotando as medidas possíveis que permitam dar pleno cumprimento a tal dever de conservação por parte dos proprietários privados. -----

2 - Relativamente à execução dos trabalhos de requalificação da estrada municipal 507, na presente data, encontram-se em fase de ponderação e elaboração os estudos técnicos e orçamentais indispensáveis à aprovação do respetivo projeto de execução. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 03 de março de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. PROTOCOLO ENTRE A ASSOCIAÇÃO ROTARY CLUB DE CHAVES E O MUNICIPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº32/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento-----

A Associação Rotary Club de Chaves é uma associação sem fins lucrativos com filiação na organização não governamental designada por Rotary International, que prossegue e defende na sua área territorial os princípios e objetivos desta ONG, que se traduzem na promoção da paz e compreensão mundial, na promoção da inclusão e formação das populações, na preservação da sua história, cultura e identidade e do ambiente e ainda na prática de ações de solidariedade para com os mais carenciados, sem prejuízo de muitas outras iniciativas.-----

Esta Associação através do Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT) tem como objetivos o estudo e investigação da presença judaica no território dos Municípios do Alto Tâmega, designadamente em Chaves, onde comprovadamente existiram comunidades de relevante interesse histórico e cultural que merecem maior destaque como fator de promoção cultural, identidade e promoção do território municipal.-----

Na prossecução dos seus objetivos, a Associação Rotary Clube de Chaves, através do CEJAT, pretende sinalizar a judiaria de acordo com os documentos históricos disponíveis e propor várias intervenções das quais advenha a dinamização daquela parte do Centro Histórico da Chaves de que resultem benefícios inequívocos ao nível da cultura, identidade histórica e do turismo na cidade.-----

Pretende-se com esta cooperação:-----

1. Avaliar qual o tipo de intervenções a realizar, a nível urbano, no âmbito da sinalética, toponímia entre outras de pormenor;-----

2. Promover o desenvolvimento de instrumentos facilitadores, cooperando com outras instituições, designadamente Centros de Investigação e Universidades que possam contribuir para o aprofundamento do estudo da presença judaica na cidade de Chaves;----

3. Promover a organização de palestras, simpósios, debates sobre a temática em questão, sempre com o objetivo de valorização da região;

II - Fundamentação-----

Considerando que o Município de Chaves reconhece manifesto interesse na operacionalização do Projeto, em parceria com a Associação Rotary Club de Chaves;-----

Considerando que o Protocolo proposto tem por objeto a realização conjunta de atividades culturais, no qual o Município de Chaves se compromete a:-----

1.Facultar à Associação Rotary Club de Chaves, toda a informação necessária, assim como apoio logístico para a concretização de atividades culturais;-----

2.Garantir a articulação das ações, em estreita cooperação com a Associação Rotary Club de Chaves;-----

3.Identificar potenciais parceiros para o desenvolvimento de ações previstas constantes do plano de ação do Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT);-----

4.Dinamizar o processo de articulação dos parceiros com responsabilidades no desenvolvimento das ações;-----

Considerando que, no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

II - Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta e procedimentos: -----

a) Que seja aprovada a matriz do Protocolo de Parceria, a celebrar entre a Associação Rotary Club de Chaves e o Município de Chaves, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

b) Que seja legitimado o Presidente da Câmara, em representação do Município de Chaves, a outorgar o mencionado Protocolo de parceria;--

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à referida entidade, através da emissão da competente notificação, para posterior assinatura do Protocolo. -----

Chaves, 07 de março de 2017 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Arq. António Cabeleira) -----

Anexo: Minuta do Protocolo-----

MINUTA PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO-----

Entre:-----

A Associação Rotary Club de Chaves com sede na Av. Dr. António Granjo, 6 - 5400 - 080 Chaves, com o NIPC 508 483 298, representada no presente ato pelo Presidente Armando dos Anjos Ruivo.-----

E-----

Município de Chaves, pessoa coletiva n.º 501 205 551, sediada no Largo do Camões, 5400-150 Chaves representado neste ato pelo Presidente da Câmara, António Cândido Monteiro Cabeleira, e com poderes para o ato, de acordo com o art. 35, alínea a) do Anexo 1, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação que se rege nos termos das cláusulas seguintes:-----

Cláusula 1ª-----

A Associação Rotary Club de Chaves é uma associação sem fins lucrativos com filiação na organização não governamental designada por Rotary International prosseguindo e defendendo na sua área territorial os princípios e objetivos desta ONG que se traduzem na promoção da paz e compreensão mundial, na promoção da inclusão e formação das

populações, na preservação da sua história, cultura e identidade e do ambiente e ainda na prática de ações de solidariedade para com os mais carenciados, sem prejuízo de muitas outras iniciativas.-----

Cláusula 2ª-----

Pelo presente acordo, a 1ª através do Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT) tem como objetivos o estudo e investigação da presença judaica no território dos Municípios do Alto Tâmega, designadamente em Chaves, onde comprovadamente existiram comunidades de relevante interesse histórico e cultural que merecem o seu aprofundamento como fator de promoção cultural, identidade e promoção do território municipal.-----

Cláusula 3ª-----

O CEJAT tem, além de outras, ainda como finalidade coadjuvar o Município de Chaves junto da Rede de Judiarias de Portugal depois de este ser admitido como seu membro associado sempre em defesa do interesse da região na medida em que lhe vier a ser solicitado.-----

Cláusula 4ª-----

Na prossecução dos seus objetivos, a Associação Rotary Clube de Chaves, através do CEJAT, pretende sinalizar a judiaria de acordo com os documentos históricos disponíveis e propor várias intervenções das quais resulte a dinamização daquela parte do Centro Histórico da Chaves de que resultem benefícios inequívocos ao nível da cultura, identidade histórica e do turismo na cidade.-----

Cláusula 5ª-----

Para o efeito manterá uma estreita cooperação com a CMC no sentido de avaliar qual o tipo de intervenções a fazer quer a nível urbano, sinalética, toponímia entre muitas outras de pormenor que carecerão sempre da autorização e aprovação desta.-----

Cláusula 6ª-----

A 2ª outorgante compromete-se, dentro do seu critério, a financiar iniciativas nos domínios referidos, se as tiver como úteis e oportunas, nos termos do registo da cláusula 8ª. -----

Cláusula 7ª-----

Para além destas iniciativas, a Associação Rotay Clube de Chaves, através do CEJAT, propõe-se cooperar com outras instituições, designadamente Centros de Investigação e Universidades que possam contribuir para o aprofundamento do estudo da presença judaica e ainda organizar palestras, simpósios, debates sobre a temática em questão sempre com o objetivo de valorização da região.-----

Cláusula 8ª-----

As iniciativas que a Associação Rotary Clube de Chaves pretenda desenvolver, por intermédio do CEJAT, que careçam de apoio financeiro, serão previamente submetidas à apreciação do 2ª outorgante, devidamente orçamentadas, que deliberará sobre a sua oportunidade e apoio.-----

Feito em duplicado, em 18 de março de 2017, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.-----

A Associação Rotary Club de Chaves-----

Armando dos Anjos Ruivo-----

Município de Chaves-----

António Cândido Monteiro Cabelreira-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo referido, sobre a matéria, em apreciação, que a autarquia deveria fazer uma aposta, no sentido de colocar no seu domínio público municipal, o edifício associado à judiaria, localizado

na cidade de Chaves, considerando a sua relevância histórica, sinalizando, assim, a judiaria, de acordo com os elementos históricos disponíveis no Centro Histórico de Chaves. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. PROPOSTA DE HOMENAGEM, A TÍTULO PÓSTUMO, AO CIDADÃO ALBERTO ASCENSÃO MENDONÇA. PROPOSTA Nº33/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I -Exposição -----

É de consenso entre a comunidade flaviense que seja atribuída uma Homenagem, a título póstumo, ao cidadão Alberto da Ascensão Mendonça aduzida pelo contributo dado ao desporto, ao longo da sua atividade docente, como professor de educação física e formador de atletas em atividades de pavilhão.-----

A homenagem proposta pressupõe a atribuição do seu nome ao Pavilhão Gimnodesportivo de Chaves, tendo em conta as seguintes considerações: Considerando que o Professor de Educação Física, natural do Quénia, mas flaviense de coração, cuja atividade desenvolveu no Liceu Nacional de Chaves, atual Escola Secundária Fernão de Magalhães foi uma referência estruturada de valor, reconhecida pelos seus alunos ao longo de décadas de ensino;-----

Considerando que ao longo da sua vida docente e desportiva contribuiu para o desenvolvimento de inúmeras associações desportivas e socias no concelho de Chaves;-----

Considerando que em julho de 1981 foi realizado o primeiro e único Torneio Internacional Júnior de Voleibol, evento inaugural do Pavilhão Gimnodesportivo;-----

Considerando que, neste Pavilhão desempenhou as funções de técnico da extinta Direção Geral dos Desportos, durante quase uma década;-----

Considerando que no decorrer desse período foi nomeado simultaneamente Diretor das atividades amadoras do Grupo Desportivo de Chaves, onde o voleibol se volta a destacar com equipas representativas nos campeonatos nacionais, onde também chegou a participar como atleta;--

Considerando que o desempenho alcançado pelo Prof. Alberto Ascensão Mendonça é considerado de grande relevância, que orgulha todos os flavienses.-----

Considerando que de acordo com a alínea f) do nº 2 do artigo 23º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro (alterada pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro), os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio dos tempos livres e desporto.-----

Por seu turno, a alínea k) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 determina que compete à Assembleia Municipal, pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município".-----

II - Da Proposta-----

1- Face ao exposto tomo a liberdade de propor ao executivo municipal, que seja concedida a Homenagem, a título póstumo, a Alberto da Ascensão Mendonça, com a atribuição do seu nome ao Pavilhão Gimnodesportivo, que passará a ser designado como PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO PROF. ALBERTO MENDONÇA. -----

2- Caso mereça concordância e aprovação no mencionado órgão autárquico, o mesmo assunto deverá ser agendado para a próxima reunião de Assembleia Municipal, para que esta possa sancionar a respetiva proposta.-----

A gratidão e o reconhecimento são também um dever institucional e devem ser apropriadamente registados como expressão do esforço, dedicação e empenho, que honra todos os flavienses.-----
 Paços do Concelho de Chaves, 09 de março de 2017-----
 O Presidente da Câmara Municipal-----
 (Arqº António Cabeleira)-----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 0 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO ANO 2016-----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Atendendo ao princípio constitucional que reconhece às minorias o direito de oposição democrática, consagrado no n.º 2 do artigo 114º, da Constituição da República Portuguesa, foi aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio o Estatuto do Direito de Oposição o qual pretende assegurar o funcionamento dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas prosseguidas pelos mesmos.-----

Pelo disposto no referido Estatuto, assistem aos titulares do direito de oposição o direito à informação, o direito de consulta prévia, o direito de participação e o direito de depor. Por fim, assiste-lhes, ainda, o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito por este diploma legal.-----

De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º da referida Lei n.º 24/98, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição.-----

Dando expressão a esta lei, prevê a alínea yy), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro que é competência da Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição. No caso do Município de Chaves, a competência em causa foi delegada pelo órgão executivo ao Senhor Presidente da Câmara, em 21 de outubro de 2013, de acordo com o previsto no artigo 34º, n.º 1, do anexo 1, da mencionada lei.-----

Os relatórios em título deverão ser remetidos aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem.-----

De acordo com o consagrado no Estatuto do Direito de Oposição os titulares do Direito de Oposição têm:-----

a) o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade (artigo 4º);-----

b) o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade (artigo 5º);-----

c) o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artigo 6.º);-----

d) o direito de depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse local (artigo 8.º).-----

O presente relatório, relativo ao ano 2016, deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de sobre ele se pronunciarem e, eventualmente, suscitarem a sua discussão pública.-----

2. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO-----

No caso das autarquias locais e nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 24/98 de 26 de maio, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados no órgão deliberativo que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados no órgão executivo, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como os grupos de cidadãos eleitores que tenham concorrido nas eleições autárquicas e que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores.-----

No caso particular do Município de Chaves, tendo em consideração que só o Partido Social Democrata (PSD) e o Movimento Autárquico Independente (MAI) detêm áreas de competência e poderes delegados, são titulares do direito de oposição, nos termos do artigo 3.º da supra mencionada lei:-----

- O Partido Socialista (PS) representado na Câmara Municipal por três vereadores e na Assembleia Municipal por treze eleitos;-----

- O Partido Popular (CDS-PP) representado na Assembleia Municipal por um eleito;-----

- A Coligação Democrática Unitária (CDU), representada na Assembleia Municipal por dois eleitos.-----

3. CUMPRIMENTOS DO ESTATUTO DE OPOSIÇÃO-----

Considerando que compete ao Presidente da Câmara promover o cumprimento do supramencionado Estatuto e a publicação do respetivo relatório de avaliação, nos termos e para efeitos da alínea u), do n.º 1, do artigo 35º do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referem-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:-----

3.1. DIREITO À INFORMAÇÃO-----

Durante o período respeitante a este relatório - ano 2016 - e, em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 24/98 de 26 de Maio, os titulares do direito de oposição do Município de Chaves foram regularmente informados pelo Presidente da Câmara e pelos membros em funções executivas, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade.-----

Assim, foi dado cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º e nas alíneas t), x) e y) do n.º 1 do artigo 35º, do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e facultadas outras informações concernentes a outros assuntos, designadamente:-----

- ♦ Foi remetida ao Presidente da Assembleia Municipal e aos representantes dos Grupos Municipais dos Partidos Políticos representados na Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão, informação escrita do Presidente de Câmara, acerca da atividade da Câmara Municipal e de outros assuntos de interesse público bem como, informação sobre a situação financeira, sobre as obras e os processos judiciais em curso;-----

- ♦ Foi facultada resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores, verbalmente, na própria reunião ou posteriormente por escrito;-----

- ♦ Foi facultada resposta aos pedidos de informação transmitidos pela Mesa da Assembleia Municipal;-----

- ♦ Foi facultada resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;-----

- ♦ Procedeu-se à publicação das deliberações dos órgãos autárquicos e das decisões dos respetivos titulares, destinadas a ter eficácia externa, através de edital e/ou divulgação na página da internet da autarquia, e/ou em Boletim Municipal, e/ou em jornal regional;-----

- ♦ Foram remetidas à Assembleia Municipal as atas das reuniões do Executivo Municipal, após a sua aprovação;-----

- ♦ Procedeu-se à divulgação das atas das reuniões da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal na página da internet da autarquia, após a sua aprovação.-----

Tendo como objetivo facultar as condições adequadas para o exercício deste direito, foi disponibilizado, aos Senhores Vereadores do PS, o Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, no sentido de aí poderem efetuar a consulta e estudo de todos os dossiês que sejam objeto de deliberação por parte do Executivo Municipal, foi entregue a cada um, um computador portátil convertível em tablet que têm ao seu dispor 24/dia, bem como outros meios materiais indispensáveis ao desempenho dos seus cargos e, foi ainda disponibilizado, apoio administrativo assegurado por dois funcionários, coordenados pelo Diretor do Departamento de Coordenação Geral.-----

Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a atividade autárquica e, sempre que possível, os seus contributos e sugestões foram incorporados.-----

A Câmara Municipal de Chaves, em nome do princípio da transparência, mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, em particular, a página da internet, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica, da atividade dos órgãos municipais.-----

3.2. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA-----

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, e no quadro do processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 foram solicitadas, através de ofício, aos representantes do PS, CDU e CDS-PP, as propostas que entendessem relevantes para o Concelho, e foi disponibilizada uma data para que pudessem pronunciar-se sobre as mesmas.-----

As posições assumidas pelos representantes das forças partidárias relativamente aos documentos previsionais em causa, foram analisadas,

não tendo sido consideradas todas as propostas, atendendo ao contexto financeiro do Município, bem como a opções políticas diversas.-----
Foram, ainda, facultadas, com a antecedência prevista na lei, por correio eletrónico, as ordens de trabalho das reuniões do executivo e das sessões do órgão deliberativo e, disponibilizados, para consulta, todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foram fornecidas cópias desses documentos, sempre que solicitadas.-----

3.3. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO-----

No período atinente a este relatório foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de relevante interesse público, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.---
Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição nas respetivas atas ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas. Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que foram decididas de imediato ou agendadas posteriormente.-----

Foram facultadas, atempadamente, aos vereadores da oposição todas as informações pertinentes.-----

Foram dirigidos os convites aos membros eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais.-----

Foi garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.-----

3.4. DIREITO DE DEPOR-----

No período em questão os titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8.º do Estatuto do Direito de Oposição, dado que o órgão executivo não esteve sujeito a qualquer obrigação neste domínio.-----

4. PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO-----

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, elaborou-se o presente relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto, atinente ao ano 2016, o qual vai ser remetido aos titulares do direito de oposição a fim de, sobre o mesmo, se pronunciarem.-----

Por solicitação de qualquer dos titulares do direito de oposição, pode o relatório e respetivas respostas serem objeto de discussão pública na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

5. CONCLUSÃO-----

Em face do exposto, considera-se que, durante o período referente a este relatório, foram asseguradas as condições adequadas à efetivação dos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição.-----

Nestes termos e no cumprimento do art.º 3 e do n.º 2, do artigo 4.º do Estatuto do Direito de Oposição, deverá este relatório ser submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Chaves e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição.-----

Deverá, ainda, este relatório ser publicado na página da internet deste Município.-----

Chaves, 13 de março de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(António Cabeleira)-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por referir que, genericamente, o relatório, em apreciação, está conforme, evidenciando, no essencial, a forma de funcionamento do órgão Executivo, para efeitos do cumprimento do Estatuto do direito de Oposição. -----

Tudo isto sem prejuízo de se registarem, ainda, algumas dificuldades relacionadas com o acesso à informação atinente aos procedimentos administrativos que envolvem pagamentos autorizados, pelo Presidente da Câmara. -----

A título de exemplo, registou o facto de ter sido paga uma despesa, ao Arq. Siza Vieira, com efeitos plurianuais, sem o devido cabimento orçamental. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - Lamenta, profundamente, as declarações, que antecedem, do Vereador do Partido Socialista, pois, desde a primeira hora, lhe foi transmitida a total disponibilidade de acesso a todos os procedimentos relacionados com os pagamentos autorizados, nos termos legais, pelo Presidente da Câmara. -----

2 - Tudo, como é evidente, de acordo com a metodologia estabelecida para a materialização do acesso a tal informação, sem criar transtornos burocráticos e custos administrativos adicionais para a autarquia. --

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - O relatório, em apreciação, merece o seu acolhimento, não tendo sentido, ao longo do mandato, em curso, qualquer obstáculo à obtenção de informação indispensável ao exercício das suas funções políticas.

2 - Ao longo do mandato tem sido cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, com reflexos positivos no ambiente cordato que tem pautado a realização das reuniões deste Executivo Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da presente proposta de relatório, sendo o mesmo remetido, nos termos legais, para a Assembleia Municipal. -----

2.4. CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE UM ECOMUSEU, SOBRE O PRÉDIO DENOMINADO "QUINTA DA FREIXEDA", SITO EM, FREIXEDA, FREGUESIA DE VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS), CONCELHO DE CHAVES. SUPERFICIÁRIO: VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA N.º 35/GAP/2017. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ANTECEDENTES -----

1. Através de carta com registo de entrada nos serviços administrativos deste Município com n.º 12464, de 2015.11.06, a associação VIDAGUSTERMAS-Associação para o Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, com sede à Estrada Nacional 2, nº 234, 5425-323 Vidago, neste concelho, com o número de pessoa coletiva 513 030 239, veio solicitar a colaboração do Município mediante a cedência, àquela associação, da "Quinta da Freixeda" a fim de, ali, proceder à execução do projeto do ecomuseu de Vidago, visando salvaguardar o património,

preservar a identidade cultural e a memória coletiva das gentes de Vidago, mediante a valorização da sua história, costumes e tradições.

2. A associação "VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago", foi constituída por escritura pública, outorgada no cartório privativo deste Município, em 10 de março de 2008, a folhas 80 e seguintes, do Livro de Notas Nº 77, sendo o Município de Chaves associado fundador, com a entrada para o património da associação de 20 unidades de participação, num total de 39. -----

3. A VIDAGUSTERMAS tem por objeto, entre outros: -----

a) O desenvolvimento termal e turístico de Vidago; -----

b) A promoção da vila de Vidago como local de realização congressos, feiras e outras organizações afins, podendo exercer outras atividades, desde que consideradas acessórias ou complementares do seu objeto principal. -----

4. O imóvel objeto do pedido de apoio, denominado "Quinta da Freixeda", situado em Freixeda, freguesia de Vidago, concelho de Chaves, foi adquirido por escritura de compra e venda, outorgada a 18 de outubro de 1994, no cartório privativo municipal, sendo composto pelos seguintes prédios: -----

- Prédio rústico, composto de vinha, pinhal e mato, com a área de 8 870m², inscrito na matriz predial da freguesia de Vidago (UF) sob o artigo 2586º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 491/19941010; -----

- Prédio rústico, composto de terra de cultivo, com a área de 2 640m², inscrito na matriz predial da freguesia de Vidago (UF) sob o artigo 2598º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 492/19941010; -----

- Prédio rústico, composto de vinha, terra de cultivo, lameiro, monte e pinhal, edifício de rés-do-chão e primeiro andar para arrumações agrícolas (s.c.90 m²) e adega (s.c.55 m²), com a área total de 73 390m², dos quais 145 m² área coberta, inscrito na matriz predial da freguesia de Vidago (UF) sob o artigo 3033º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 493/19941010, todos registados a favor do Município de Chaves pela apresentação vinte de 03 de maio de 1995. -----

II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. O projeto do ecomuseu, justificador do pedido de cedência do imóvel em causa, é uma acção que integra a candidatura apresentada pela VIDAGUSTERMAS ao fundo comunitário Portugal 2020 - Norte 2020 - "Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos", mediante, entre outros, o projeto "Aquanatur - Ecomuseu - Vidago - Quinta da Freixeda - Sede" e "Aquanatur - Ecomuseu - Vidago - Centro de Interpretação da Quinta Biológica da Freixeda", prevendo a associação que o projeto seja financiado por este fundo comunitário, respetivamente, com a previsão de um calendário de execução concluído até 31/12/2017 e 31/07/2019. -----

2. Segundo tal documento, tais projetos concretizarão as seguintes ações mais relevantes: -----

i) **Na parte do edifício existente:** a colocação de equipamento, mobiliário e instalações inerentes ao programa geral do centro de Interpretação da Quinta Biológica, bem como a instalação de painéis informativos e interpretativos; -----

ii) **Na parte da Quinta Biológica:** -----

- **Componente florestal** - Ações de valorização da componente florestal, respetivo plano de sinalização, interpretação e usufruição,

bem como a realização de trilhos, aquisição e instalação de mobiliário;-----

- **Componente agrícola (pedagógica)** - preparação das áreas e respetivo plantio, acções de valorização das espécies já existentes, respetivo plano de sinalização, interpretação e usufruição, aquisição e instalação de mobiliário; -----

- **Componente zoológica** - preparação das instalações do parque de animais, aquisição dos animais, plano de sinalização, interpretação e usufruição; -----

iii) **Infraestruturação geral:** Criação de pontos de água, de pontos de iluminação, de vedações, de videovigilância e arranjos gerais. -----

3. Em vista à concretização da ação candidatada, a VIDAGUSTERMAS necessita de título que legitime a sua intervenção em tal espaço. ---

4. A "Quinta da Freixeda" é um bem que se encontra no domínio privado disponível da autarquia, uma vez que este não se encontra afeto a nenhuma utilidade pública imediata, podendo a mesma, e diga-se, devendo, zelar pela sua administração e gestão, recorrendo a normas de direito privado, mas no respeito pelas formas prescritas pelas normas administrativas, em particular as previstas no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto e posteriores alterações. -----

5. Ora, de acordo com o disposto no Artigo 52º do regime patrimonial referido no número anterior, a administração de bens imóveis compreende a sua conservação, valorização e rendibilidade, de acordo com o princípio da boa gestão, sendo uma das formas de administração dos imóveis a constituição do direito de superfície - cfr. alínea c), do nº2, do Artigo 52º e artigo 67º, ambos do D.L. nº 280/2007 -. ----

6. E, ainda, de acordo com o estatuído no nº1 do Artigo 69º do mesmo regime jurídico, a designação do superficiário pode ser realizada através de procedimento de ajuste direto. -----

7. É neste contexto que o projeto proposto pela associação VIDAGUSTERMAS, na qual este município é entidade pública participante, se reveste de significativo interesse público, particularmente na promoção da atividade cultural e turística da vila de Vidago, e, subsidiariamente, no auxílio ao desenvolvimento económico, numa região economicamente desfavorecida, onde têm vindo a crescer iniciativas empresariais de base local, ligadas ao turismo cultural e de natureza, bem como à hotelaria e restauração, indo ao encontro dos objetivos gerais do Programa PROVERE 2020, e que pelas razões aduzidas se justifica a concessão do apoio solicitado pela referida associação e para o desenvolvimento do projeto em causa. -----

III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com as razões de facto acima invocadas e ao abrigo das competências cometidas aos órgãos municipais, em matéria de tempos livres e desporto e gestão e administração patrimonial, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2 do Artigo 23º e linha i) do nº1, do Artigo 25º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja reconhecido o interesse público do projeto apresentado e, nessa justa medida, seja concedido o apoio municipal à iniciativa, mediante a aprovação de constituição do direito de superfície, pelo prazo de trinta anos, por ajuste direto, à associação "VIDAGUSTERMAS - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Termal de Vidago",

NIPC 513 030 239, a título gratuito, pelo prazo de 30 anos, sobre o imóvel "Quinta da Freixeda", sito em Freixeda, freguesia de Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras), Concelho de Chaves, composta pelos seguintes prédios:--

- Prédio rústico, composto de vinha, pinhal e mato, com a área de 8 870m², inscrito na matriz predial da freguesia de Vidago (UF) sob o artigo 2586º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 491/19941010; -----

- Prédio rústico, composto de terra de cultivo, com a área de 2 640m², inscrito na matriz predial da freguesia de Vidago (UF) sob o artigo 2598º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 492/19941010; -----

- Prédio rústico, composto de vinha, terra de cultivo, lameiro, monte e pinhal, edifício de rés-do-chão e primeiro andar para arrumações agrícolas (s.c.90 m²) e adega (s.c.55 m²), com a área total de 73 390m², dos quais 145 m² área coberta, inscrito na matriz predial da freguesia de Vidago (UF) sob o artigo 3033º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 493/19941010, todos registados a favor do Município de Chaves pela apresentação vinte de 03 de maio de 1995, em vista à construção/instalação do ecomuseu, representados graficamente na planta da referida Quinta, a qual se anexa em vista à sua aprovação, sendo certo que a área aproximada de tal imóvel é de 76 514m², sendo inferior à área registada; -----

b) O valor patrimonial atribuído, pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, na Informação Nº 10/C.A.P.M/16, ao conjunto dos prédios que constituem a "Quinta da Freixeda", é de **€75 990,00**; -----

c) Que seja aprovada a minuta da escritura de constituição do direito real em causa, sobre os prédios rústicos identificados na alínea a) antecedente, contendo, designadamente, o prazo de duração do direito de superfície, as causas de resolução, o prazo para a execução das obras e das plantações, de acordo com o estimado na candidatura ao programa NORTE 2020, devendo o contrato ser formalizado logo que sejam conquistados todos os pressupostos indispensáveis para o efeito, nomeadamente, a obtenção de autorização administrativa por parte do órgão deliberativo municipal, legitimando, desde já, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o contrato em causa; ----

d) Por fim, nos termos do disposto na alínea i), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelo executivo camarário, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista ao seu ulterior, designadamente em face do prazo proposto para a constituição do direito em causa. -----

Chaves, 14 de março de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

António Cândido Monteiro Cabeleira -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo registado o seu agrado e satisfação, pela iniciativa constante da proposta, em apreciação, sendo certo que a mesma irá, seguramente, promover o património da região, gerando novos atrativos turísticos, para além de permitir a requalificação de edifícios antigos com impacto positivo na valorização do património edificado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. ----

Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, iniciando a sua participação na reunião quando eram 10:20 horas. -----

2.5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA N.º 36/GAP/17.-

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação -----

1. A Associação VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, NIPC 513 030 239, sediada em Vidago, concelho de Chaves, é uma associação sem fins lucrativos para a qual cada associado na sua constituição contribuiu com unidades de participação, correspondendo, a cada unidade, mil euros. -----

2. A VIDAGUSTERMAS, foi constituída, com 39 unidades de participação, detendo o Município de Chaves 20 participações, tornando-se, por essa via, uma entidade pública participante com influência dominante na dita associação, á luz do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. -----

3. No âmbito das ações, de regeneração de interesse público, levadas a cabo pelo Município, na área cultural, a autarquia procedeu à requalificação da habitação onde viveu o pintor João Vieira, em Vidago transformando-a em Casa Museu João Vieira, perspetivando-se que a mesma funcione, como um catalisador da atividade turística económica e cultural no centro da vila de Vidago. -----

4. A VIDAGUSTERMAS tem, no âmbito do seu objeto social, entre outras atividades, a gestão de equipamentos turísticos, podendo exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal, sendo certo que a sua área de intervenção geográfica, a habilita a poder dar uma resposta mais célere, eficaz e eficiente aos problemas da gestão corrente de equipamentos municipais como a "Casa Museu João Vieira", a "Quinta da Freixeda" e outros equipamentos de interesse turístico local. -----

5. Considerando que a referida Associação, pretende assumir, entre outros objetivos, a dinamização da Casa Museu João Vieira, equipamento cultural que lhe foi cedido, a titulo de comodato, através do contrato assinado em 23/02/2016, cuja proposta foi aprovada em reunião de executivo municipal de 27/11/2015. -----

6. Considerando a finalidade a que se destina o referido imóvel, designadamente o acolhimento da exposição permanente do pintor assim como a promoção de várias exposições itinerantes. -----

7. Considerando que, com a abertura da Casa-Museu João Vieira, será também disponibilizada ao público uma Loja de Produtos Regionais, assim como o Balcão de Atendimento da Rota da Água e a Promoção Turística da Vila de Vidago e da região flaviense. -----

8. Considerando que a Associação VidagusTermas propõe assegurar, a promoção e requalificação do espaço da Quinta da Freixeda. -----

9. Considerando que a missão desta Associação, se consubstancia na dinamização da Vila Termal de Vidago como destino turístico de excelência, permitindo a valorização de todo o património cultural da região da Ribeira de Oura e, conseqüentemente o Concelho de Chaves. -

10. Considerando que a prossecução de tais atividades se articula com o objeto da referida associação e com o interesse público municipal que esteve subjacente à participação deste na VIDAGUSTERMAS, por maioria de razão, no que se refere à gestão dos equipamentos municipais e à dinamização da atividade económica e turística, em especial para o corrente ano de 2017. -----

11. A referida Associação é participada pelo Município de Chaves o qual exerce uma influência dominante por via da detenção da maioria das unidades de participação 20 em 39, encontrando-se abrangida pelo regime jurídico do setor empresarial local - RJAEEL- aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na redação que foi dada pelo artigo 256º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2017. -----

12. Face à natureza da associação, em execução das atividades aprovadas no plano de atividades e orçamento para 2017, e de harmonia com o estipulado nos respetivos estatutos, e em vista à concretização das atividades de interesse público consubstanciadas, na promoção, dinamização e divulgação dos equipamentos culturais municipais localizados, na área geográfica de Vidago, o Município deverá celebrar um contrato programa com a referida associação titulando a gestão dos equipamentos, definindo, simultaneamente o fundamento da necessidade do contrato, bem como a eficiência e eficácia que se pretende atingir com a respetiva relação contratual, e, ainda, estabelecendo indicadores que permitam medir a realização dos objetivos ao abrigo das disposições combinadas previstas no n.º3 do artigo 59º e artigo 47º da Lei n.º 50/2012, na redação que lhe foi conferida pela LOE 2017. -----

13. Por fim, atendendo a que as atividades de interesse geral em causa importam para a VIDAGUSTERMAS a adoção de custos inferiores aos proveitos, no âmbito da exploração dos espaços museológicos é previsível a necessidade de atribuição de subsídio à exploração, por parte da entidade pública participante, no património daquela associação, ao abrigo de contrato programa a celebrar e para as atividades nele previstas, no valor que foi estimado em 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros) -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e nos termos do disposto sobre a matéria no Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nas disposições combinadas previstas no nº3 do artigo 59º e n.º5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um contrato-programa com a Associação VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago -, titulando a gestão dos Equipamentos Municipais "Casa Museu João Vieira" e Quinta da Freixeda", mediante a atribuição de um subsídio à exploração no valor de €55.000,00, concretizando os indicadores de eficiência e eficácia que se pretendem atingir, nos termos do disposto no nº1 e no nº2, do Artigo 47º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações sociais - RJAEEL -, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto; -----

b) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa, cujo teor se dá por integralmente reproduzido, devendo a mesma ser sujeita à emissão de parecer prévio favorável, à formalização do contrato, por parte do Conselho Fiscal da Associação, nos termos previstos, e com as necessárias adaptações na alínea c), do nº6, do Artigo 25º do RJAEEL, e submeter tais documentos à apreciação e

discussão da assembleia municipal em vista à sua aprovação, nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 47º do citado regime jurídico; -----

c) Em conformidade com o disposto no n.º 7 do aludido Artigo 47º, caso o respetivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, que o mesmo seja comunicado à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, respeitando-se o prazo previsto para o efeito na LOPTC; -----

d) Por fim, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o aludido contrato-programa. -----

Chaves, 9 de março de 2017 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Arq. António Cabeleira) -----

Anexo: -----

- Plano de Atividades e Orçamentos para 2017; -----

- Estatutos; -----

- Minuta do Contrato Programa. -----

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA -----

Entre: -----

Município de Chaves, pessoa coletiva n.º **501 205 551**, com sede na Praça de Camões, em Chaves, representado pelo Presidente da Câmara, António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, com poderes para obrigar, conferidos por deliberação camarária de _____ e da Assembleia Municipal de _____, adiante abreviadamente designado por CMC ou Primeiro Outorgante; -----

E -----

VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, sem fins lucrativos, com o NIPC n.º 513 030 239, com sede em Vidago, na Estrada Nacional n.º 2, 234, 5425-323 Vidago, representada pelo Presidente da Direção, Rui Manuel Branco Rodrigues, com poderes para a obrigar, conforme Estatutos, adiante designada VIDAGUSTERMAS ou Segunda Outorgante; -----

Considerando que: -----

- A Associação VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, NIPC 513 030 239, sediada em Vidago, concelho de Chaves, é uma associação sem fins lucrativos para a qual cada associado na sua constituição contribuiu com unidades de participação, tendo por objeto social, designadamente: -----

- A gestão de equipamentos Turísticos; -----

- O desenvolvimento termal e turístico de Vidago; -----

- A promoção da vila de Vidago como destino termal e turístico; --

- A promoção da vila de Vidago como local de realização de congressos, feiras e outras organizações afins, podendo exercer outras atividades, desde que consideradas acessórias ou complementares do seu objeto principal. -----

- A VIDAGUSTERMAS, foi constituída com 39 unidades de participação, detendo o Município de Chaves 20 participações, tornando-se, por essa via, uma entidade pública participante com influência dominante, na dita associação, à luz do disposto no regime jurídico do setor empresarial local nos termos das disposições combinadas previstas no artigo 59º e na alínea a), do n.º 1 do artigo 19º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pelo artigo 256º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro - LOE 2017 -, -----

• No âmbito das ações, de interesse público, levadas a cabo pelo Município, na área cultural, a autarquia procedeu à requalificação da habitação onde viveu o pintor João Vieira, em Vidago, transformando-a em Casa Museu João Vieira, perspetivando-se que a mesma funcione, como um catalisador da atividade turística económica e cultural da vila de Vidago; -----

• A VIDAGUSTERMAS tem, no âmbito do seu objeto social, entre outras atividades, a gestão de equipamentos turísticos, podendo exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal, sendo certo que a sua área de intervenção geográfica, a habilita a poder dar uma resposta mais célere, eficaz e eficiente aos problemas da gestão corrente de equipamentos municipais, como a "Casa Museu João Vieira", a "Quinta da Freixeda" e outros equipamentos de interesse turístico local; -----

• A VIDAGUSTERMAS, tem na sua posse a Casa Museu João Vieira, equipamento cultural que lhe foi cedido, a título de comodato, através do contrato outorgado em 23/02/2016, cuja proposta foi aprovada em reunião de executivo municipal de 27/11/2015, destinando-se o referido imóvel ao acolhimento da exposição permanente do pintor assim como a promoção de várias exposições itinerantes; -----

• A missão da VIDAGUSTERMAS, consubstancia-se na dinamização da Vila Termal de Vidago como destino turístico de excelência, permitindo a valorização de todo o património cultural da região da Ribeira de Oura e, consequentemente do Concelho de Chaves; -----

• A prossecução das atividades de gestão e exploração dos equipamentos municipais Casa-Museu João Vieira e Quinta da Freixeda, articulam-se com o objeto da referida associação e com o interesse público municipal que esteve subjacente à participação do Município de Chaves na constituição da VIDAGUSTERMAS, visando contribuir para a coesão económica e social e para a promoção da cultura, do lazer, do turismo e da convivência inter-geracional, assegurando a universalidade e a qualidade dos serviços a prestar, procurando assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro. -----

• Face à natureza da associação, em execução das atividades aprovadas no plano de atividades e orçamento para 2017, e de harmonia com o estipulado nos respetivos estatutos, e em vista à concretização das atividades de interesse público, consubstanciado na promoção, dinamização e divulgação dos equipamentos culturais municipais, localizados na área geográfica de Vidago, o Município deverá celebrar um contrato programa com a referida associação titulando a gestão dos equipamentos, definindo, simultaneamente, o fundamento da necessidade do contrato, bem como a eficiência e eficácia que se pretende atingir com a respetiva relação contratual, e, ainda, estabelecendo indicadores que permitam medir a realização dos objetivos ao abrigo das disposições combinadas previstas no n.º3 do artigo 59º e artigo 47º da Lei n.º 50/2012, na redação que lhe foi conferida pela LOE 2017; -----

Assim, -----
Nos termos do disposto no Artigo 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa, o qual é enformado pelos considerandos acima enunciados, acolhendo algumas das atividades previstas no Plano de Atividades e no orçamento para o ano de 2017, irá reger-se pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira -----

(Objeto, fundamento e finalidade) -----

1. O presente contrato-programa tem por fundamento a necessidade de assegurar a prestação de serviços de interesse geral, nomeadamente, no que concerne à realização de atividades relativas à promoção e gestão, de maior proximidade e eficácias, dos equipamentos, propriedade do Município, a saber: Casa Museu João Vieira e Quinta da Freixeda. -----

2. A realização de tais atividades deverá garantir a universalidade e a qualidade dos serviços a prestar às populações locais, contribuindo para a coesão económica e social local, para a promoção turística e cultural, constituindo uma alavanca do desenvolvimento turístico e de outras atividades económicas com ele relacionadas. -----

Cláusula Segunda -----**(Missão) -----**

1- A VIDAGUSTERMAS, tem por missão a execução das ações constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2017, documento que se anexa ao presente contrato-programa e que aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, utilizando, para a sua concretização critérios adequados de gestão e de execução técnica, promovendo a realização e a afetação, eficiente e eficaz, dos recursos financeiros inerentes, de forma a alcançar a qualidade do serviço pretendida; -----

2- O presente contrato importa para a VIDAGUSTERMAS, a prossecução de objetivos setoriais e o assumir de custos com a natureza cultural dos serviços prestados às populações locais, no que concerne à gestão e exploração dos equipamentos públicos, a saber: -----

a) A gestão e dinamização da Casa Museu João Vieira, e das respetivas infraestruturas de apoio; -----

b) A gestão, requalificação e promoção da Quinta da Freixeda e das respetivas infraestruturas de apoio; -----

c) A abertura de uma Loja de Produtos Regionais; -----

d) Balcão de Atendimento da Rota da Água; -----

e) Promoção Turística da Vila de Vidago e da região flaviense. ----

Cláusula Terceira -----**(Indicadores de eficácia e de Eficiência) -----**

1. A eficácia e a eficiência que se pretende atingir com o presente contrato concretizam-se com os indicadores abaixo definidos. -----

2. Considerando a natureza da atividade a desenvolver - promoção, gestão e exploração dos equipamentos culturais - os indicadores ou referenciais são os seguintes, tendo em conta três trimestres de 2017 e sendo este o seu primeiro ano de atividade: -----

a) **Regularidade da atividade de exploração:** -----

i) **Muito eficaz:** Funcionamento dos equipamentos culturais, durante todo o ano, com visitas totais estimadas na ordem dos 750 visitantes;

ii) **Eficaz:** Funcionamento dos equipamentos culturais, durante todo o ano, com visitas totais estimadas na ordem dos 500 visitantes; -----

iii) **Ineficaz:** Funcionamento dos equipamentos culturais, durante todo o ano, com visitas estimadas na ordem dos 250 visitantes; -----

b) **Eficácia orçamental:** -----

Em vista a um gestão orçamental eficaz e eficiente a empresa deverá desenvolver a promoção, gestão e exploração dos equipamentos culturais de forma a garantir que os custos sejam iguais aos proveitos. -----

Cláusula Quarta -----**(Quadro económico) -----**

1. As atividades de interesse geral em causa importam para a VIDAGUSTERMAS a adoção de custos inferiores aos proveitos, no âmbito da exploração dos espaços museológicos/equipamentos culturais pelo que

é previsível a necessidade de atribuição de um subsídio à exploração, por parte da entidade pública participante, no património daquela associação, ao abrigo do presente contrato programa a celebrar e para as atividades nele previstas, no valor que foi estimado em 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros); -----

2. A quantia referida no numero antecedente será liquidada de uma só vez, durante o mês de abril de 2017, sendo suportada pelas seguintes rubricas orçamentais: Corrente: 04.07.01.99 | Capital: 08.07.01.99., correspondendo ao presente encargo os Compromissos n.ºs 964, extraídos do sistema informático de apoio à execução orçamental. -----

Cláusula Quinta -----
(Das obrigações) -----

Na prossecução dos objetivos comuns e setoriais a VIDAGUSTERMAS obriga-se a: -----

- Apresentar o relatório de execução orçamental das atividades desenvolvidas; -----
- Facultar elementos ao executivo municipal, sempre que solicitados;-
- Cumprimento de todas as regras legais no âmbito da contratação pública; -----
- Apresentar indicadores que demonstrem os impactos positivos a desenvolver com esta relação contratual; -----
- Suportar todos os encargos inerentes à dinamização dos equipamentos públicos, cuja gestão fica a seu cargo. -----

Cláusula Sexta -----
(Das alterações ou aditamentos ao Contrato-Programa) -----

1. A VIDAGUSTERMAS e a CMC obrigam-se, mutuamente, a cooperar no sentido de garantir a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa. -----

2. Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Contrato-Programa e/ou seus anexos deverá constar de documento escrito e assinado por ambas as partes, que consubstanciará, de igual modo, anexos supervenientes ao mesmo. -----

Cláusula Sétima -----
(Incumprimento do Contrato-Programa) -----

O incumprimento do presente Contrato-Programa é motivo bastante para a sua resolução pela parte não faltosa, a qual será operada nos termos do quadro legal em vigor aplicável. -----

Cláusula Oitava -----
(Resolução de conflitos) -----

Para dirimir qualquer litígio emergente da interpretação e execução do presente Contrato-Programa é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula Nona -----
(Produção de efeitos e vigência) -----

O presente contrato produzirá efeitos após a sua assinatura, mediante prévia aprovação pela Assembleia Municipal de Chaves, vigorando até 31 de dezembro de 2017. -----

Paços do Concelho em Chaves, ____ de ____ de 2017. -----

O presente Contrato-Programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes, possui todas as folhas rubricadas e vai ser assinado. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
(Arg. António Cabeleira) -----

O Presidente da Associação VidagusTermas -----
(Rui Manuel Branco Rodrigues) -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes cometários: -----

1 - A proposta, em apreciação, não acautela as entradas, (unidades de participação) na devida proporção, dos demais parceiros e/ou participantes da associação, sendo certo que os benefícios colhidos, no âmbito do projeto, em apreciação, serão idênticos para todas as entidades participantes. -----

2 - Esta realidade parece indiciar que esta associação é, exclusivamente, liderada e promovida, pelo próprio Município, facto que acaba por provar que este projeto poderia e deveria ser, diretamente, liderado pela própria autarquia. -----

3 - Por outro lado, o valor do apoio financeiro a conceder parece apontar para a sua afetação, por parte da associação, à assunção de encargos com salários, com novos colaboradores contratados, em desrespeito das regras da contratação pública. -----

4 - Este projeto, cujo mérito deve ser reconhecido, deveria ser assumido, diretamente, pela autarquia, e não através deste tipo de associações que, acabam por ser, exclusivamente, lideradas, pela Autarquia. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS EM VIATURA E PROVOCADOS POR ANIMAIS ERRANTES; REQ: CLOTILDE FÁTIMA CUNHA SILVA SANTOS COSTA. INFORMAÇÃO N.º. 48/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 805, datado do pretérito dia 31/01/2017, Clotilde Fátima Cunha Silva Santos Costa vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves assumia o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na viatura Citroen, com a matrícula 32-99-BQ, e provocados por animais errantes. -----

2. Para o efeito invoca que no dia 26 de janeiro de 2017, pelas 7h45m de manhã verificou que o automóvel, identificado supra, se encontrava todo salivado e arranhado (capô, para-choques, matrícula, grela, dois guarda lamas laterais). -----

3. A requerente juntou registo fotográfico de animais errantes e dos danos provocados no veículo, em causa, participação elaborada pela PSP, no dia 26/01/2017 e orçamento produzido pela empresa Auto Flávia, no montante correspondente a 482.78€. -----

4. Sendo certo que a participação elaborada pela PSP contém a seguinte informação, a saber: -----

"Compareceu nesta Esquadra o Participante a comunicar que, no período de tempo e local acima indicados, desconhecido (s), havia (m) efectuado vários riscos no capô, para-choques e guarda-lamas, lado esquerdo, bem como, arrancado a matrícula frontal. -----

Disse ainda que suspeita que os danos possam ter sido efectuados por canídeos que habitualmente são vistos a vaguear na zona." -----

5. Na sequência do requerimento apresentado pela petionária, o Gabinete de Fiscalização Sanitária produziu, no dia 16/02/2017, a Informação n.º 11/2017, informando o seguinte: -----

"Que no dia 14 pelas 16,30 horas dirigi-me á sua morada para verificar a veracidade dos factos. -----

Em conversa com a senhora Clotilde verifiquei os estragos na viatura e de seguida mostrou-me três cães que se encontravam a uns 10 metros mais acima que segundo a queixosa seriam esses que lhe provocaram os estragos mas não presenciou. -----

Mais informou que naquele bairro aparecem uns quatro ou cinco cães que provocam estes estragos e não deixam dormir ninguém." -----

6. Neste enfoque, é no âmbito dos factos acima revisitados que deverá ser contextualizado o despacho do Vereador responsável, Sr. João Neves, datado de 2017/02/17, no sentido de esclarecer se a pretensão formulada pela ora petionária poderá ter acolhimento por parte desta Autarquia. -----

7. É, pois, na sequência deste pedido de parecer que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Da legitimidade do interessado e da competência do Município --

1. A requerente dispõe de legitimidade para iniciar o procedimento de pedido de indemnização, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 68º, do CPA, enquanto titular dos interesse e direitos aparentemente lesados, sem prejuízo de factos supervenientes que venham a ser descortinados no âmbito do presente procedimento. -----

2. Nos termos do disposto na Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pode ser imputada responsabilidade civil extracontratual ao Município, por danos decorrentes do exercício das suas funções administrativas, pelo que o Município é a entidade competente em razão de matéria e territorialidade. -----

III - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;--
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas;--
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infringam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a peticionária afirma que os prejuízos foram provocados por cães errantes. -----

10. Contudo, a mesma não apresenta qualquer prova de que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por canídeos errantes. -----

11. Tal como não apresenta provas que sustentem que os animais por ela indicados, e relativamente aos quais tem apenas uma suspeita, sejam, de facto, vadios e que não pertençam a outrem residente no local onde ocorreu o incidente. -----

12. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

13. Assim, não basta apresentar um orçamento e registo fotográfico dos danos sofridos, bem como de animais que se encontravam nas redondezas. -----

14. Tal como não basta apresentar uma participação elaborada pela PSP que se limita a descrever o que foi transmitido, na esquadra, pela peticionária, sobretudo quando esta última levanta, apenas, suspeitas, sem garantias e ou provas de que os danos tenham sido provocados por animais errantes, sem dono. -----

15. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

16. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Sr. João Neves. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 01 de março de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2017.03.01 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo municipal, em vista à adoção de decisão consubstanciada na intenção de indeferir o pedido apresentado de acordo com as razões exaradas nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.03 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS DEVIDAS PELA OCUPAÇÃO DE LOJA NO MERCADO MUNICIPAL. REQ: MARIA FRANCISCA FERREIRA DA SILVA. INF 49/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Preliminares -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços da desta Autarquia Local n.º 7692/16, Maria Francisca Ferreira da Silva veio solicitar o pagamento em prestações do valor correspondente à quantia de 3844,22 euros e referente a taxas devidas pela ocupação das lojas n.ºs 2 e 6 do mercado municipal. -----

2. Na sequência do retrocitado requerimento, veio a ser prestada a informação n.º 23/2016, subscrita pela escritã dos processos de execução fiscal, solicitando informação técnico jurídica sobre a legitimidade da pretensão formulada pela requerente. -----

3. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Antecedentes -----

1. O pedido ora em apreciação centra-se, fundamentalmente, no pagamento em prestações, por parte de Maria Francisca Ferreira da Silva, do valor associado às taxas devidas pela ocupação das lojas 2 a 6, do mercado municipal. -----

2. Em concreto, a requerente veio solicitar o pagamento em 36 prestações. -----

3. Para o efeito invocou dificuldades económicas, agravadas por doença que lhe foi diagnosticada e cujos tratamentos são dispendiosos, implicando um encargo mensal fixo de 900 euros. -----

III - Do Direito -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 196º do CPPT. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º do CPPT. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora petionária **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento, em prestações mensais, desde que cada uma delas seja igual ou superior a uma unidade de conta no momento da autorização, ou seja, a €102,00 e não supere o número máximo de 36 prestações. -----

5. Nestes termos, julgamos, salvo melhor opinião, que a dívida poderá ser paga em 36 prestações mensais, conforme o estatuído no n.º 1, do art. 199º do CPPT. -----

6. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

7. Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPPT, na redação atual, **a requerente está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a 5000€**. -----

8. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos, por força do disposto no n.º 4, do artigo 200º, do CPPT. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada no deferimento da pretensão da requerente, de acordo com o quadro legal e regulamentar aplicável, e consubstanciada no pagamento da quantia de 3844,22 euros, em trinta e seis prestações mensais, de acordo com o plano de pagamentos cujo teor se anexa à presente informação, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT;

c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPPT, **a requerente está dispensada de prestar garantia;** -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Arq.º António Cabeleira. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----
Chaves, 3 de março de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista(Dr. Marcos Barroco)-----

Em anexo: - Plano de pagamentos em prestações;-----

- O processo Administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2017.03.06 -----

Visto. Concorro com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo em vista à adoção de decisão consubstanciada no deferimento do pedido. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.06 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.06. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA VIATURA MERCEDES - MATRÍCULA 92-83-ZP; - REQUERENTE: AGOSTINHO JOSÉ CARNEIRO FERNANDES. INFORMAÇÃO N.º 55/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 3537, datado do pretérito dia 29/03/2016, Agostinho José Carneiro Fernandes veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na viatura marca Mercedes, matrícula 92-83-ZP. -----
2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que no dia 27 de março de 2016, por volta das 16h15, quando circulava na estrada que liga Montalegre a Chaves, na zona de Soutelinho, dois pedaços de alcatrão saíram do piso e embateram nas proteções/blindagens do veículo, supra identificado. -----
3. O requerente juntou ao processo orçamento contendo a previsão do valor da reparação dos danos sofridos, documentos comprovativos da propriedade do veículo, bem como registo fotográfico da via de trânsito e dos danos sofridos. -----
4. Na sequência do pedido formulado pelo requerente, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, através da Informação n.º 60/UFR0/2016, veio concluir o seguinte: -----
*"O requerente, não está dispensado de fazer prova do nexo de causalidade entre o acidente e uma conduta omissora do Município, não basta, apresentar um registo fotográfico dos buracos existentes na via e dos pedaços de betuminoso. -----
Sendo certo, que o requerente não junta qualquer documento que comprove a ocorrência do sinistro naquele local, julgamos que não está demonstrado a existência do nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e qualquer conduta por ação ou omissão do Município."* -----
5. Neste contexto, o órgão executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016, tomou deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido do peticionário, em face das razões expostas na retromencionada Informação da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais. -----
6. No cumprimento do disposto no artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, foi concedido ao peticionário, o prazo de dez dias úteis para se pronunciar, por escrito, sobre o sentido de decisão supra referido. -----
7. Neste contexto, o peticionário, através de requerimento escrito com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 6180, datado do pretérito dia 25/05/2016, e em vista a fazer prova dos factos por ele descritos, veio requerer a audição de várias testemunhas que presenciaram o sinistro que causou os danos agora peticionados. -----
8. Mais argumentou, que a conservação das vias públicas é da responsabilidade da Câmara Municipal, devendo esta última assumir os danos provocados pelo mau estado das mesmas. -----
9. Refere, ainda, que o veículo não teria sofrido danos se a via pública tivesse sido devidamente conservada pelos serviços competentes da Câmara Municipal -----
10. Através da Informação n.º 80/UFR0/2016, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, em resposta ao argumentário apresentado no requerimento supra referido, manteve a sua posição inicial, tendo concluído o seguinte, a saber: -----
"Compulsados os elementos ora carreados para o processo, os mesmos não apresentam qualquer elemento novo justificador da alteração do sentido de decisão já adotada pelo executivo camarário traduzido na intenção de indeferimento da pretensão. -----

O aduzido, não é susceptível de justificar o acionamento de responsabilidade civil da autarquia, tudo nos termos da informação 52/UFRO/2016 de 2016/04/01, já produzida por estes serviços." -----

11. Não obstante o sentido manifestado na Informação n.º 80/UFRO/2016, a verdade é que, antes da tomada de uma decisão definitiva sobre a matéria, estes serviços consideraram prudente ouvir as testemunhas arroladas pelo requerente, tendo em especial linha de conta que o executivo camarário manifestou a intenção de indeferir a pretensão em causa, com base na falta de apresentação de provas que demonstrassem o nexo de causalidade entre os danos sofridos na viatura e uma conduta, ainda que omissiva, desta Autarquia Local. -----

12. Partindo destas premissas, e ao abrigo do princípio do inquisitório, foi realizada a audição das testemunhas em causa, devidamente identificadas no requerimento do interessado, em articulação com a Unidade Flexível de 2.º grau de Recursos Operacionais, tendo sido elaborados, para o efeito, os respetivos autos de declarações, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta. -----

13. Neste contexto, veio a ser solicitado aos serviços técnicos competentes, no caso a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, que se pronunciassem, por escrito, sobre as declarações prestadas pela testemunhas ouvidas, muito concretamente, se, em face destas últimas, mantinham as conclusões exaradas na Informação n.º 80/UFRO/2016. -----

14. Na sequência de tal pedido, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, produziu, no dia 22/02/2017, a Informação n.º 32/UFRO/2017, concluindo o seguinte: -----

"Face ao solicitado informa-se, que após audição da declarações prestadas pelas testemunhas arroladas, esta Unidade, mantém as conclusões exaradas na Informação n.º 80/UFRO/2016, pois os testemunhos, não apresentaram qualquer elemento novo justificador da alteração do sentido de decisão já adotada pelo executivo camarário traduzido na intenção de indeferimento de tal pretensão." -----

15. Assim sendo, e partindo das conclusões exaradas pela Unidade Flexível, supra referida, julgamos, salvo melhor opinião, que a intenção de indeferimento manifestada pela Câmara Municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 29/04/2016, e consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pelo peticionário, deverá assumir, agora, caráter definitivo. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 60/UFRO/2016 e 32/UFRO/2017, ambas produzidas pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, respetivamente, no dias 13/04/2016 e 22/02/2017; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira. -----
É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----
 Chaves, 09 de março de 2017 -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2017.03.13 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de decisão definitiva consubstanciada no indeferimento do pedido. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017-03-13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017-03-13 -----

À Reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. SAÚDE NO MERCADO. REQUERENTE: CHAVES SOCIAL -. INF. 36/DAF/STL/17.-
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ENQUADRAMENTO -----

Na sequência do requerimento apresentado por Chaves Social, com sede na Rua Cândido Sotto Mayor, n.º 47, União de freguesias Madalena/Samaiões, concelho de Chaves, com registo de estrada nos Serviços de Expediente desta Autarquia, sob. o n.º 754/17 datado de 2017/01/27 e relativo ao assunto identificado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

1.º O requerente solicitou, ainda, a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

2.º Para efeitos do disposto no n.º anterior, o n.º2, do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais prevê, expressamente, o seguinte: -----

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.º Refira-se que a apreciação e decisão de eventual das taxas previstas no regulamento de liquidação cobrança de taxas municipais, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art.24º do referido regulamento. -----

4.º Neste contexto, e para efeitos do número anterior, o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: ---

- Documento comprovativo da natureza de associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.-

5.º O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela D.G.F., da qual consta que não existem dívidas do requerente perante o Município de Chaves. -----

6.º Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar de isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos nos 2, 8 e 12 do art.24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

II - PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir, o seguinte: -----

Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização da isenção do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

Sequencialmente, e alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

Por último, caso venha a ser tomada decisão nos termos ora sugeridos, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Divisão de Gestão Financeira. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 1 de março de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DO COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS, ADERITO SOARES DE 01.03.2017 -----

Concordo com a presente informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 03.03.2017 -----

Visto. Concordo com a presente informação a qual deverá ser agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017.03.10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 10.03.2017. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por referir que a proposta, em apreciação, é omissa relativamente aos seguintes aspetos relevantes para o seu adequado enquadramento legal, a saber: -----

a) Valor da taxa municipal a isentar; -----

b) Finalidade que justifica tal isenção. -----

Assim, não sendo clarificados tais elementos essenciais à fundamentação da decisão a praticar, não se encontram reunidos os pressupostos para poder votar favoravelmente a presente proposta. ---

Na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado, sobre a matéria, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco de Melo, e após ter sido obtida, durante a presente reunião, informação técnico-administrativa, junto dos serviços municipais competentes, o

Presidente da Câmara, em aditamento à proposta, em apreciação, referiu, verbalmente, o seguinte: -----

A) O valor da taxa objeto de isenção encontra-se fixado em 180,00€;

B) A referida taxa está relacionada com ocupação de espaço, em domínio público municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. CAMINHADA "ENCAMINHA O TEU EMPREGO. CHAVES SOCIAL. INF. 40/STL/17.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ENQUADRAMENTO -----

Na sequência do requerimento apresentado pela Chaves Social, com sede na Rua Cândido Sotto Mayor, n.º 47, União de freguesias Madalena/Samaiões, concelho de Chaves, com registo de estrada nos Serviços de Atendimento desta Autarquia, sob. o n.º 755/17 datado de 2017/01/27 e relativo ao assunto identificado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

1.º O requerente solicitou, ainda, a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

2.º Para efeitos do disposto no n.º anterior, o n.º2, do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais prevê, expressamente, o seguinte: -----

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.º Refira-se que a apreciação e decisão de eventual das taxas previstas no regulamento de liquidação cobrança de taxas municipais, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art.24º do referido regulamento. -----

4.º Neste contexto, e para efeitos do número anterior, o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber:---

- Documento comprovativo da natureza de associação; -----

- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----

- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade

Tributária. -----

5.º O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela D.G.F., da qual consta que não **existem** dívidas do requerente perante o Município de Chaves. -----

6.º Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar de isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

7º Por último, mais informo que o evento em causa, foi autorizado, pelo vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Arqto. Castanheira Penas, no dia de hoje, 13/03/2017. ---

II - PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir, o seguinte: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização da isenção do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

b) Sequencialmente, e alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, caso venha a ser tomada decisão nos termos ora sugeridos, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Divisão de Gestão Financeira. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 13 de março de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DO COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS, ADERITO SOARES DE 13.03.2017 -----

Concordo com a presente informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 13.03.2017. -----

Visto. Concordo com a presente informação. À Reunião de Câmara. À consideração do Vereador responsável. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-13 -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por referir que a proposta, em apreciação, é omissa relativamente aos seguintes aspetos relevantes para o seu adequado enquadramento legal, a saber: -----

a) Valor da taxa municipal a isentar; -----

b) Finalidade que justifica tal isenção. -----

Assim, não sendo clarificados tais elementos essenciais à fundamentação da decisão a praticar, não se encontram reunidos os pressupostos para poder votar favoravelmente a presente proposta. ---

Na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado, sobre a matéria, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco de Melo, e após ter sido obtida, durante a presente reunião, informação técnico-administrativa, junto dos serviços municipais competentes, o Presidente da Câmara, em aditamento à proposta, em apreciação, referiu, verbalmente, o seguinte: -----

A) O valor da taxa objeto de isenção encontra-se fixado em 21,20€; -

B) A referida taxa está relacionada com a realização de prova desportiva. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. IV PASSEIO BTT VILA DE SANTO ESTÊVÃO. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE SANTO ESTÊVÃO. INF. 41/DAF/STL/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ENQUADRAMENTO -----

Na sequência do requerimento apresentado pela Associação Cultural e Desportiva de Santo Estêvão, com sede na Rua do Prado (Edif. da Junta de Freguesia), freguesia de Santo Estêvão, concelho de Chaves, com registo de estrada nos Serviços de Atendimento desta Autarquia, sob. o n.º 1285/17 datado de 2017/02/02 e relativo ao assunto identificado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

1.º O requerente solicitou, ainda, a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

2.º Para efeitos do disposto no n.º anterior, o n.º 2, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais prevê, expressamente, o seguinte: -----

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.º Refira-se que a apreciação e decisão de eventual das taxas previstas no regulamento de liquidação cobrança de taxas municipais, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art. 24º do referido regulamento. -----

4.º Neste contexto, e para efeitos do número anterior, o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: ---

- Documento comprovativo da natureza de associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade

Tributária. -----

5.º O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela D.G.F., da qual consta que não **existem** dívidas do requerente perante o Município de Chaves. -----

6.º Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar de isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art. 24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

7.º Por último, mais informo que o evento em causa, foi autorizado, pelo vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Arqto. Castanheira Penas, no dia de hoje, 13/03/2017.

II - PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir, o seguinte: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização da isenção do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

b) Sequencialmente, e alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, caso venha a ser tomada decisão nos termos ora sugeridos, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Divisão de Gestão Financeira. -----

À consideração superior.-----

Chaves, 13.03.2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DO COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS, ADERITO SOARES DE 13.03.2017 -----

Concordo com a presente informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 13.03.2017 -----

Visto. Concordo com a presente informação sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo. À consideração do Vereador responsável, Arq. Carlos Penas. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-13 -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por referir que a proposta, em apreciação, é omissa relativamente aos seguintes aspetos relevantes para o seu adequado enquadramento legal, a saber: -----

- a) Valor da taxa municipal a isentar; -----
- b) Finalidade que justifica tal isenção. -----

Assim, não sendo clarificados tais elementos essenciais à fundamentação da decisão a praticar, não se encontram reunidos os pressupostos para poder votar favoravelmente a presente proposta. ---

Na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado, sobre a matéria, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco de Melo, e após ter sido obtida, durante a presente reunião, informação técnico-administrativa, junto dos serviços municipais competentes, o Presidente da Câmara, em aditamento à proposta, em apreciação, referiu, verbalmente, o seguinte: -----

- A) O valor da taxa objeto de isenção encontra-se fixado em 21,20€; -
- B) A referida taxa está relacionada com a realização de prova desportiva. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO (POISE). PROJETO "ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL". INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº58/SHSDPC/N.º14/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1.ENQUADRAMENTO-----

Sob a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), Portugal irá receber, em setembro do corrente ano, 56 Estados-membros da Comissão Económica das Nações Unidas para a Região da Europa (UNECE) para discutir o envelhecimento ativo e saudável, bem como os desafios que se colocam à sociedade relacionados com o aumento da esperança média de vida.-----

O mote do encontro é o Plano de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento, aprovado em abril de 2002 e a estratégia regional para a sua

implementação, adotada no mesmo ano. Em 2007 e em 2012 foram realizadas conferência ministeriais para rever e avaliar o plano. Em 2017, cabe a Portugal organizar o terceiro ciclo de revisão da estratégia.-----
O aumento da população idosa, com especial incidência nos países desenvolvidos acarreta uma multiplicidade de desafios que importa enfrentar de modo a reduzir o impacto social e económico que o aumento da longevidade comporta. Impõe-se, como tal, consolidar as medidas já implementadas a nível local e nacional e preparar os novos desafios que resultem das recomendações da ONU. -----

2.FUNDAMENTAÇÃO-----

O Município de Chaves, consciente da grande representatividade da população com mais de 65 anos de idade na demografia local, com um índice de envelhecimento de 232,7 registado no ano de 2015 (Pordata), tem vindo a assumir, desde muito cedo, um assinalável esforço na prestação dos mais diversos apoios, globalmente canalizados para a melhoria da qualidade de vida, concedidos, direta ou indiretamente, através, neste último caso, de instituições de solidariedade social. Refira-se, outro exemplo em que o Município de Chaves foi um dos primeiros, senão mesmo o primeiro Concelho do Distrito de Vila Real a implementar a comemoração do dia do Idoso. Estávamos no ano de 1997. Trata-se de uma iniciativa vocacionada, desde sempre, para a promoção da participação cívica e cultural da população idosa, enquanto estratégia de luta contra o isolamento social e apoio à capacitação da envolvente comunitária. -----

A Criação da Comissão de Proteção de Pessoas Idosas é outro bom exemplo da atenta preocupação manifestada pelo Município de Chaves.-----

A promoção de atividade física direcionada exclusivamente para as especificidades da população idosa é outra iniciativa que se tem vindo a consolidar ao longo do tempo e a merecer de redobrado reconhecimento por todos os seus frequentadores. O estímulo à prática de atividade física regular, seja na vertente desportiva ou em simples caminhadas, obedece à necessária adoção de modos de vida ativos e saudáveis tão essenciais nesta fase da vida. -----

Oferecer oportunidades, programas e apoio para estimular idosos a participarem ou a continuarem a participar em atividades sociais, económicas, culturais, desportivas, recreativas e de voluntariado contribui também para aumentar e manter o bem-estar pessoal.-----

Neste contexto, foi aprovado através do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Tâmega, o Projeto "Envelhecimento Saudável", com uma projeção temporal de dois anos (2017-2018), cuja dotação financeira aprovada foi de 188.447,56€, IVA incluído, cofinanciado a 85% pelo FEDER. -----

Ao Município de Chaves cabe assegurar o restante valor percentual de 15%, traduzido este em 28.267,13€, IVA incluído.-----

Aguarda-se, contudo, a publicação do aviso de abertura do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) para submeter à apreciação técnica as ações passíveis de serem elegíveis, descritas em anexo à presente informação/proposta.-----

Assim, -----

Considerando a importância de manter e reforçar as políticas de proteção e dinamização sociocultural e desportiva da população idosa, de modo a retardar, tanto quanto possível, o depauperamento das condições físicas da população mais vulnerável;-----

Considerando que, de entre a complexa panóplia de indicadores geradores de situações de exclusão se podem destacar o isolamento e a solidão, cada vez mais presentes no abandono das comunidades rurais e no distanciamento geracional vivenciado em meios urbanos;-----

Considerando que o Município de Chaves sempre demonstrou particular preocupação na procura e implementação de medidas que contrariem o isolamento e perpetuem a qualidade de vida para este grupo da população;-----

Considerando que, em qualquer sociedade, independentemente do grau civilizacional que apresente, os idosos deverão assumir um papel preponderante no seu ativo desenvolvimento; -----

Considerando que a independência e a integração dos idosos muito depende da oferta de condições para participarem, plenamente, em todos os aspetos da sociedade;-----

Considerando que o poder político, independentemente da sua expressão territorial, local ou nacional, deve assumir uma responsabilidade primordial na promoção e prestação de serviços sociais básicos facilitando o acesso dos idosos, consoante as necessidades específicas que evidenciam;-----

Considerando que a luta contra a discriminação por motivos de idade e a promoção da dignidade dos idosos são pressupostos fundamentais para assegurar o respeito que nos merece;-----

Considerando que o plano de atuação, descrito em anexo à presente informação, caso venha a merecer de elegibilidade em processo de candidatura ao Programa POISE irá seguramente contribuir para o reforço do bem-estar psicossocial dos idosos e deste modo retardar os efeitos de um envelhecimento dependente;-----

Considerando que, nesta fase, apenas são concebidas as ações a submeter à apreciação por parte da correspondente Unidade de Gestão de POISE, podendo as mesmas, ser objeto de ratificação ou alteração.-----

3.DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Assim, face ao possível enquadramento das ações descritas em anexo, no Programa POISE cujo aviso de abertura se perspetiva para breve, tomo a liberdade de submeter à apreciação superior a adoção da seguinte estratégia procedimental;-----

1 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Dr.ª Paula Cabugueira, em vista a aprovação das ações identificadas em anexo;-----

2 - Após apreciação do teor da presente informação pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Ação Social, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser remetida para o Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira para aprovação;-----

3 - Independentemente do sentido da decisão que vier a ser exarada, dever-se-á dar conhecimento ao gabinete do Sr. Vereador João Neves;--

4 - Mais se informa que, em caso de aprovação das ações a candidatar ao programa POSI, as despesas inerentes à concretização das mesmas terão enquadramento orçamental nos instrumentos de gestão financeira em vigor para o exercício de 2017, nas seguintes classificações orçamentais de despesa: (010107) e (0202200199);-----

5 - Em resultado da decisão que vier a ser produzida, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, para deliberação.-----

À consideração Superior.-----

O Técnico Superior-----
(Aureliano Moraes)-----

Designação do Projeto: Envelhecimento Saudável

Proposta: Ações para o ano de 2017

Obj. Temático	Prioridade de Investimento (PI)	Objetivo Específico	Resultados esperados	Grupo alvo	Tipologia de ação admitida pelo Aviso:
OT9	PI 9.4	Proporcionar melhores condições de vida à população idosa, recorrendo, para o efeito, à concretização de campanhas animação sociocultural e lúdica.	Contribuir para uma melhor gestão individual e coletiva dos riscos da velhice; Ajustar a oferta das respostas sociais existentes às necessidades dos idosos; Comemoração anual do Dia do Idoso.	População idosa ≥ 65 anos	Apoiar atividades sociais, culturais e educacionais úteis, em particular as dirigidas à população idosa do nosso concelho

Descrição:

O fenómeno do envelhecimento demográfico afeta todas as regiões do mundo e o concelho de Chaves não é exceção. Se nos centrarmos no Concelho de Chaves, os indicadores dos últimos Censos 2011, mostram um índice de envelhecimento que se situava em 2001 em 137,7% e, em 2009, era já de 187,5%.

Entre as principais causas associadas: a baixa natalidade que se verifica entre os portugueses, que tem aumentado nos últimos anos e já não assegura a renovação das gerações, - e o aumento da longevidade, atualmente, o número de idosos ultrapassa o de crianças.

Enfrentar o envelhecimento demográfico leva-nos a estar cada vez mais atentos e preocupados pela população mais idosa. As estratégias devem assim passar por proteger e apoiar esta população, pois são um grupo muito vulnerável e com necessidades especiais.

Considerando ser necessário responsabilizar, dentro dos trâmites legais, os familiares pela negligência sobre os idosos, evitando situações de abandono ou negligência, entende-se ser necessário uma intervenção municipal, pela sua natureza, mais próxima das populações.

Localização do levantamento a efetuar:

- Todo o concelho de Chaves

Ação	N.º atividades	Local	N.º de meses	Total de população abrangida	Encargo por ação	Estimativa Orçamental
"Minhas Memórias"	11 (2xmês)	Pavilhão Expoflândia	6	850	1.000€	11.000€
"Caminhada pela Vida"	3	Ciclovia de Chaves	3	500	300 €	900 €
"Ginástica Sénior"	50 (1xsemana)	Pavilhão Gimnodesp	10	1500	400 €	20.000€

"Dia do Idoso"	3	Santuários	1	5000	7.000€	21.000€
"Dia dos Avós"	1	Jardim Público	1	1500	5.000€	5.000€
"Prevenção meio Rural"	70 (2xsemana)	Comunidades rurais	9	7000	350 €	24.500€
"Torneio jogos populares"	36 (1xsemana)	Comunidades rurais	9	700	200 €	7.200€
Total					14.250€	89.600€
Encargo anual (2017)		Encargo global (2 anos)		Comparticipação da CMC 2 anos (15%)		
89.600€		188.447,56€		28.267,13€		

Memória descritiva e justificativa:

Ação **"Minhas Memórias"**. Perspetiva-se com a presente ação recrear ambientes e momentos de convívio cultural, onde a partilha de temas musicais sirva de ponte para recordar momentos e vivências passadas. Deverão ser realizados concertos musicais, cujo reportório musical aluda a temas da infância e juventude dos participantes, maioritariamente com idade igual ou superior a 65 anos. As ações decorrerão no período de descanso semanal de modo a permitir a participação de toda a comunidade local. Cada ação terá um encargo médio estimado de 1.000,00€, destinado a comparticipar os encargos com a contratação de um agrupamento musical/banda filarmónica/orquestra, equipamento sonoro e divulgação/promoção.

"Caminhada Pela Vida" com três ações programadas, pretende-se sensibilizar e envolver a população idosa para a importância de manter estilos de vida saudáveis aliados ao sempre importante espírito da convivialidade. Retardar, tanto quanto possível, a dependência física e social será o objetivo central desta ação, direcionada para os benefícios da prática de exercício físico ao ar livre. Estima-se que cada ação venha a ter um encargo associado de 300,00€, canalizado para a divulgação e promoção e aquisição de reforço alimentar (água, fruta, etc) a disponibilizar a cada um dos participantes.

"Ginástica Sénior", ação que se destina ao fortalecimento do sistema imunitário, prevenção da osteoporose, entre outros, de modo a elevar, de forma consistente e duradoura, a qualidade de vida da população idosa. A ação deverá ser concretizada no espaço físico do Pavilhão Gimnodesportivo e Piscina Municipal. Os encargos apresentados serão para custear as despesas com a contratação de monitores, aquisição de equipamento para a prática de desporto, divulgação e promoção.

"Comemoração do dia do Idoso", com três ações previstas, objectiva-se um impacto significativo na vida dos idosos, por congregar, no mesmo evento, o lazer e a partilha de laços de convívio entre as comunidades presentes nos vários territórios/freguesias do Concelho. Os encargos projetados, destinam-se a assegurar o financiamento com a contratação de serviços de animação, transporte dos participantes, equipamento sonoro e divulgação/promoção.

"Dia dos Avós". Trata-se de uma ação única a levar acabo em data a designar no espaço do jardim público de Chaves, no propósito de reunir, num só encontro, avós, filhos e netos, através do convívio e lazer entre as várias gerações, ao mesmo tempo que se dignifica o inestimável papel e contributo dos avós na educação e formação dos seus descendentes. O orçamento programado, é direcionado para a aquisição de serviços de animação específico para cada grupo etário (ex: netos - contratação de animadores, insufláveis; avós - contratação de banda filarmónica, rancho).

"Campanhas de prevenção no meio rural". Destina-se a desenvolver ações de prevenção de doenças e a realização de diagnósticos de saúde, bem como alertar e informar a população idosa para as burlas mais frequentes exercidas sobre os próprios. Os encargos projetados destinam-se à contratação de um profissional de saúde (enfermeiro/a), aquisição de equipamento de diagnóstico, deslocação e manutenção da viatura.

"Torneio de Jogos Populares". Trata-se de mais um desafio, cujo mote é o convívio e a partilha de histórias de vida, em torno do reviver de tradições que marcaram a ocupação dos tempos livres da população idosa. Os encargos previstos dizem respeito aos encargos salariais de um monitor/animador, deslocações, aquisição de equipamento para a prática dos jogos, promoção e divulgação.

Nota: Os encargos projectados foram apurados com base nos preços médios praticados no Concelho.

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.06-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-13. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - É essencial a promoção de ações destinadas à prevenção para a saúde, no meio rural, sendo certo que a proposta, em apreciação, contempla, para o efeito, um valor correspondente a 24.500€, sendo o mesmo, manifestamente, exíguo, em vista a boa prossecução de tal objetivo. -----

2 - É compreensível que, em períodos eleitorais, haja verbas disponíveis para a realização de eventos festivos, embora tal registo acabe por comprometer a disponibilidade de verbas destinadas à prevenção da saúde, em meio rural. -----

3 - A prevenção da saúde, em meio rural foi sempre defendida, pelo Partido Socialista, desde o início do presente mandato autárquico. --

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO.PROCESSO N.º 11/2015. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º78/SHSDPC/N.º18/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.02.20-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-02-27 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, ARQTO. CARLOS PENAS, DE 2017.02.27. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº86/SHSDPC/N.º19/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.02.21-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-10. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JOÃO CARLOS DA COSTA TORRES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº87/SHSDPC/N.º20/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.02.22-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-02-27 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, ARQTO. CARLOS PENAS, DE 2017.02.27. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº88/SHSDPC/N.º21/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.01-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-10. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JESSICA FILIPA CABRAL ALVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº91/SHSDPC/N.º22/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.03-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ANTÓNIO REIS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº92/SHSDPC/N.º23/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.03-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ÁGUEDA DE JESUS MARTINS VILAVERDE DA LUZ. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº94/SHSDPC/N.º24/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.03-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. OFERTAS - MOSTRA DE ÁRVORES DE NATAL RECICLADAS. INFORMAÇÃO Nº20/SE Nº12/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - INTRODUÇÃO -----

Esteve presente em reunião ordinária do executivo municipal, de 28 de outubro de 2016, a Informação DDSC nº165/SE nº68/2016, relativamente às atividades previstas para o ano letivo 2016/2017.-----

Dentro das atividades previstas estava a realização da mostra de árvores de natal recicladas, que envolveu a participação dos estabelecimentos de ensino e instituições do concelho; -----

A mostra de árvores foi integrada na atividade Chaves Natal, no mês de dezembro, onde estiveram expostas durante a época natalícia, na tenda montada para o efeito na Praça de Camões. -----

Os participantes foram: EB Dr. Francisco Gonçalves Carneiro - Unidade de Multideficiência, EB Santa Cruz Trindade, EB1 nº 1 de Chaves, EB1 nº 3 de Chaves, Externato AEIOU, Externato O Pinguim, Geração Solidária, Jardim de Infância do Caneiro, Jardim de Infância de Nantes, Jardim de Infância de S. Lourenço, Jardim de Infância de Valdanta e Banda Os Pardais, num total de 12 árvores. -----

II - FUNDAMENTAÇÃO -----

Como forma de agradecer a participação de todos os envolvidos na atividade, onde todos contribuíram livremente com as referidas as árvores que estiveram na floresta mágica, dando alegria e colorido ao espaço, o Município pretende agradecer o gesto, oferecendo material didático no valor de 75 €, a cada participante, num total de 900,00 €, nos termos da alínea u), do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro.-----

A despesa encontra-se enquadrada na rubrica económica 02.01.15.03. - III - PROPOSTA -----

Assim, face ao exposto na presente informação proponho: -----

- Que a presente informação seja encaminhada à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

- Posteriormente o seu encaminhamento à Divisão de Gestão Financeira para os devidos efeitos; -----

- Que sejam notificadas os participantes do teor da mesma. -----

Chaves, 01 de março de 2017 -----

À consideração superior, -----

A Técnica Superior, -----
(Tânia Oliveira) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 01.03.2017. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

10. RETIFICAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO DO PASSE 4_18 DA ALUNA ARIANA DA CRUZ COELHO. INFORMAÇÃO Nº28/SE Nº19/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação Nº5/SE Nº3/2017, presente na reunião de Câmara 20 de janeiro de 2017, foi prevista a comparticipação do passe 4_18, da aluna Ariana da Cruz Coelho, para o presente ano letivo, no valor de 88,80€. -----

Considerando que a encarregada de educação da referida aluna, a Sr.^a Ana Margarida da Cruz Coelho, veio informar o setor de Educação que "no mês de setembro, procedeu à aquisição de bilhetes duas vezes, cada uma no valor de 6,00€, perfazendo um total de 12,00€ e no mês de outubro já adquiriu o passe mensal no valor de 9,60€, pelo que o valor previsto, no retro citada Informação, não estava de acordo com as despesas efetuadas."; -----

Considerando que após verificar o mapa que correspondia ao reembolso da comparticipação da referida aluna, beneficiária do escalão A, verificou-se que o valor dos referidos bilhetes foi imputado aos meses de setembro (6,00€) e outubro (6,00€); -----

Considerando que a despesa efetuada pela referida encarregada de educação, no que respeita ao mês de setembro, ultrapassa o valor mensal

estipulado nas "Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4_18, utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2), no ano letivo 2016/2017", e que passo a referir: -----
 "Comparticipação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A";
 Considerando que, face às despesas apresentadas pela referida encarregada de educação, os montantes a atribuir, referentes ao meses de setembro e outubro, passam a ser de mais 7,20€, (3,60€ de setembro + 3,60€ de outubro); -----
 Assim e de acordo com o exposto, o valor total correto de participação da aluna Ariana da Cruz Coelho, referente ao presente ano letivo, passa de 88,80€ para 96,00€, o que perfaz mais 7,20€*, devendo a referida encarregada de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados em cada período. -----
 Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----
 a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----
 b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação.
 À consideração superior. -----
 Chaves, 07 de março de 2017 -----
 A Técnica Superior -----
 Dra. Lúcia Pinto -----
 *O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente ao Passe 4_18, ano letivo 2016/2017, passa a ser de 4.943,80€ -----
DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.03.07 -----
 Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento. ---
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.13. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 13.03.2017 -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

11. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO Nº31/SE Nº22/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. EXPOSIÇÃO -----

1. O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, sob proposta n.º 95/GAP/2006, foi aprovado na reunião de Câmara do dia 20 de novembro de 2006 e posteriormente devidamente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2006, sendo publicado no Edital n.º 141/2006, de 4 de dezembro. -----

2. No ano letivo 2007/2008 começou a operacionalização do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e

durante os anos letivos de aplicação do aludido programa foram suscitadas algumas questões que foram objeto de análise e posterior alteração, na informação n.º219/DED de 29 de maio de 2008, na informação n.º 45/DED de 17 de março de 2010 e na informação n.º 167/SE n.º63 de 5 de setembro de 2012, as quais foram aprovadas em reunião de Câmara e posteriormente sido sancionadas em Assembleia Municipal.

3. Após este período de monitorização e dada a complexidade que o processo contempla, com situações disparelhas apresentadas pelos candidatos, algumas delas socialmente capazes de serem contempladas em matéria de apoio neste projeto, mas que não estão convertíveis em sede do regulamento em vigor, indicia alguma desagregação da realidade atual, carecendo, por isso, de uma revisão. -----

4. Os serviços do Setor da Educação, responsáveis pela monitorização deste processo, têm vindo a elencar numa série de situações que podem ser plasmadas em regulamento. Por outro lado, entendido como um processo dinâmico, o Regulamento do programa, deve acompanhar a evolução dos tempos e adaptar-se às novas vicissitudes do quotidiano.

5. Assim, face ao exposto, afigura-se como necessário redigir um novo regulamento, mais completo, mais adequado e que considere situações especiais que foram surgindo ao longo dos anos de aplicação do programa em causa, de modo a que o mesmo possa responder, de forma eficaz, aos objetivos para que foi criado. -----

6. Nos termos do disposto no n.º1, do Artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma legal que procedeu à aprovação do novo Código do Procedimento Administrativo, este Código aplica-se a todos os procedimentos que se iniciem após a sua entrada em vigor, ou seja, 8 de abril de 2015, aplicando-se, inequivocamente, na presente data, a um procedimento de modificação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo Para o Ensino Superior, em vigor neste município.

7. Sendo certo que o procedimento de alteração de um Regulamento em Vigor, deverá dar cumprimento ao disposto nos artigos 98º e seguintes do CPA. -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito atrás mencionadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Numa fase inicial, o órgão executivo camarário deverá determinar o início do procedimento tendente à alteração do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves, de acordo com o documento em anexo à presente Proposta, contento as alterações a introduzir no referido Regulamento, e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Sequencialmente, e no estrito cumprimento do disposto no n.º1, do art. 98º do CPA, dever-se-á promover a publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos, de acordo com o disposto no n.º1, do art. 98º do CPA; -----

c) O Projeto de alteração do Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art. 101º do CPA, deverá ser submetido a discussão pública, em face do número avultado de pessoas passíveis de ser abrangidas pelas medidas fixadas no mesmo, sendo, para o efeito, publicado na 2ª série do Diário da República ou no Boletim Municipal e na Internet, muito concretamente, no site do Município de Chaves, com a visibilidade adequada à sua realização; -----

d) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de discussão pública do Projeto (30 dias a contar da publicação) ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva da Alteração do Regulamento em apreciação; -----

e) Alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Alteração do Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

f) Por último, que se proceda à publicação das alterações aprovadas e introduzidas no referido Regulamento, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo. -----

À consideração Superior. -----

Chaves: 09 de março de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Zuleika Alves -----

Em anexo: Anexo I - Projeto de Alteração do Regulamento do programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo -----

Anexo II - Regulamento vigente -----

NOTA JUSTIFICATIVA -----

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves, foi aprovado, sob proposta n.º 95/GAP/2006, na reunião de Câmara do dia 20 de novembro de 2006 e posteriormente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2006. -----

No ano letivo 2007/2008 começou a operacionalização do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e durante os anos letivos de aplicação do aludido programa foram suscitadas algumas questões, as quais viriam a ser objeto de análise, conforme informações n.º 219/DED de 29 de maio de 2008, n.º 45/DED de 17 de março de 2010 e n.º 167/SE n.º 63 de 5 de setembro de 2012, tendo as mesmas dado origem a diversas alterações ao Regulamento, em causa, devidamente aprovadas em reunião de Câmara e sancionadas pelo órgão deliberativo municipal. -----

Após este período de monitorização e dada a complexidade que o processo contempla, com situações díspares apresentadas pelos candidatos, algumas delas socialmente capazes de serem contempladas em matéria de apoio neste projeto, mas que não estão convertíveis em sede do regulamento em vigor, regista-se, na presente data, um desajustamento entre as soluções consagradas em tal instrumento regulamentar e a realidade atual, carecendo, nesta justa medida, de uma revisão. ----
Tanto mais que, entendido como um processo dinâmico, o Regulamento, em causa, deve acompanhar a evolução dos tempos e adaptar-se às novas vicissitudes do quotidiano. -----

Assim, face ao exposto, afigura-se como necessário alterar o regulamento atualmente em vigor, por forma a torna-lo mais completo e mais adequado, considerando, para o efeito, situações especiais que foram surgindo ao longo dos anos de aplicação do programa em causa,

de modo a que o mesmo possa responder, de forma eficaz, aos objetivos para que foi criado. -----

Sendo certo que, com a execução do programa de atribuição de bolsas, previsto no presente regulamento, prevê-se um custo anual manifestamente proporcional aos benefícios associados a tal programa. Neste contexto, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 78º e 79º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas d) e h), do n.º 2, do artigo 23º, nas alíneas hh) e k), do n.º 1, do art. 33º, e na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, a assembleia Municipal, em sua sessão ordinária do dia _____ de _____ de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves. -----

Artigo 1.º -----

Âmbito -----

1. O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Chaves, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo devidamente homologados. -----

2. Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura ou bacharelato, designadamente: -----

a) Universidades; -----

b) Institutos Politécnicos; -----

c) Institutos Superiores; -----

d) Escolas Superiores. -----

Artigo 2.º -----

Finalidade -----

A atribuição de bolsas de estudo por parte da Câmara Municipal de Chaves tem por finalidade: -----

a) Apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições, se veem impossibilitados de o fazer; -----

b) Colaborar na formação de quadros técnicos superiores, residentes no concelho de Chaves, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----

Artigo 3.º -----

Bolsa de estudo -----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano letivo -----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves em cada ano escolar, encontra-se dependente do valor máximo cabimentado no orçamento anual do Município de Chaves, sendo que o número máximo de candidatos não poderá ser superior a 40. -----

3. O número de vagas referido no ponto anterior distribui-se da seguinte forma: 25 vagas para alunos que frequentem instituições de ensino superior fora do concelho de chaves e 15 vagas para alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior no concelho. -----

4. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa. -----

5. Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200. -----

4. O início da bolsa de estudo coincidirá com o mês de início das aulas. -----

5. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

6. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----

Artigo 4.º -----

Condições de Candidatura -----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; ----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano letivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só, ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita superior ao Indexante dos Apoios Sociais, futuramente designado por IAS; -----

f) O valor dos bens patrimoniais não poderá ser superior a €100.000 (cem mil euros). -----

Artigo 5.º -----

Apresentação da Candidatura -----

1. Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2. A candidatura far-se-á no site do Município de Chaves (www.chaves.pt), onde os interessados deverão preencher o boletim de candidatura disponibilizado e anexar todos os documentos exigidos.

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos exigidos para a efetivação da candidatura online são: -----

a) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência, que comprove a mesma em pelo menos 5 anos; -----

b) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário -----

c) Ficha ENES passada pelo estabelecimento de ensino secundário que o candidato frequentou, onde conste a média de candidatura ao ensino superior -----

d) Certificado de matrícula no ensino superior com especificação do curso; -----

e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano lectivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar -----

f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e nota de liquidação (Modelo 3), referente a todos os elementos do agregado familiar; ---

g) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

h) Declaração de viaturas de cada elemento do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

i) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção). -----

4. A candidatura online só ficará devidamente validada, após a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade, por parte do requerente, junto dos serviços municipais responsáveis, em vista à respetiva conferência, salvo se o requerente optar por enviar, no momento da candidatura, cópia de tal documento. -----

5. Para os efeitos previstos no número anterior, os serviços municipais responsáveis comunicarão, ao requerente, o dia e a hora em que deverá efetuar a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade. -

Artigo 6.º -----

Divulgação e prazo de apresentação da candidatura -----

A Câmara Municipal de Chaves publicitará, no site oficial do município e num jornal local, para cada ano escolar, a data da apresentação das candidaturas online. -----

Artigo 7.º -----

Conceito de Aproveitamento Escolar -----

1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se que o aluno obteve aproveitamento escolar num ano letivo, quando reúne todos os requisitos que lhe permitam a matrícula e a frequência no ano seguinte do curso, de acordo com as normas em vigor no respetivo estabelecimento de ensino que frequenta. -----

2. Os estudantes que não obtenham aproveitamento escolar perderão o direito à bolsa de estudo, exceto por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada especialmente grave, desde que devidamente comprovada e participada, em tempo oportuno, à Câmara Municipal de Chaves. -----

3. As exceções referidas no número anterior serão apreciadas caso a caso, cabendo à Câmara Municipal de Chaves decidir sobre a manutenção, ou não, da bolsa de estudo. -----

4. Poderão candidatar-se à bolsa de estudo, os estudantes que mudem de curso, não podendo contudo esta ser atribuída por um período superior ao da duração do curso em que inicialmente ingressaram ou até ao limite máximo de 6 anos. -----

5. Os candidatos que já tenham sido contemplados com uma Bolsa de Estudo, municipal ou outra, e que tenham perdido o direito por falta de aproveitamento escolar, não poderão candidatar-se a nova bolsa.

Artigo 8.º -----

Conceito de agregado familiar do estudante -----

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por agregado familiar do estudante o conjunto de pessoas constituído pelo estudante e pelos que com ele vivem habitualmente em comunhão de habitação e rendimentos numa das seguintes modalidades: -----

a) Agregado familiar de origem - o estudante e o conjunto de ascendentes, pais ou encarregados de educação e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos; -----

b) Agregado familiar constituído - o estudante e o cônjuge, descendentes e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos. -----

2. Podem ainda ser considerados como constituindo um agregado familiar unipessoal, os estudantes com residência habitual fora do seu agregado familiar de origem que, comprovadamente, disponham de rendimentos de bens próprios ou de trabalho bastantes para a sua sobrevivência, ainda que insuficientes para custear os seus estudos. -----

Artigo 9.º -----

Fórmulas de Cálculo -----

1. O cálculo do Rendimento mensal per capita do agregado familiar obedece à seguinte fórmula, e cujos valores constem da(s) declaração(ões) de IRS e outros documentos comprovativos de rendimentos auferidos por todos os membros do agregado: -----

C= R - (I+H+S) -----

12N -----

sendo que: -----

C = Rendimento mensal per capita -----

R = Rendimento anual bruto apurado do agregado familiar -----
I = Impostos e Contribuições -----
H = Encargos anuais com juros de dívida de aquisição de habitação ---
 S = Encargos com a saúde, até ao limite fixado por despacho do
 Ministerial -----
 N = número de elementos do agregado familiar -----
 2. A ordenação dos candidatos será feita de acordo com a fórmula
 seguinte, do valor mais baixo para o valor mais elevado: -----
OC = (C x 0.5) + (M x 0.5) -----
 Sendo que: -----
 OC = Ordenação do Candidato (do valor mais baixo para o mais elevado)
 C = Rendimento mensal per capita do agregado familiar -----
 M = média de ingresso no Ensino Superior -----
 3. A bolsa mensal a atribuir a cada estudante em regime de tempo
 integral é a resultante da seguinte expressão: -----
BF = €200 - Valor da bolsa atribuída pela DGES -----
 Sendo que: -----
 BF = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante
 DGES = Direção Geral de Ensino Superior -----
 Artigo 10º -----
 Regras sobre comunicações e notificações -----
 1. As comunicações e notificações são efetuadas por via eletrónica,
 para o endereço indicado pelo estudante no boletim de candidatura. -
 2. As notificações efetuadas ao abrigo do presente número consideram-
 se feitas na data da expedição, servindo de prova a mensagem eletrónica
 com recibo de entrega da mesma, o qual será junto ao processo
 administrativo. -----
 3. Os candidatos devem comunicar qualquer alteração ao endereço
 eletrónico e moradas indicados, sob pena, de em caso de incumprimento,
 a notificação se considerar efetuada para todos os efeitos legais. -
 Artigo 11º -----
 Situações de exclusão -----
 Serão excluídos os candidatos que: -----
 a) Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente
 Regulamento; -----
 b) Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º; --
 c) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido; -
 d) Não tenham transitado de ano; -----
 e) Não tenham obtido aproveitamento escolar no ano lectivo anterior,
 nos casos dos candidatos que mudaram de curso; -----
 f) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado
 familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações, ou
 devido à incoerência entre os documentos apresentados e os sinais
 exteriores de riqueza; -----
 g) Possuam já habilitação ou curso equivalente ao que pretendem
 frequentar; -----
 h) Prestem falsas declarações, tanto por inexatidão como por omissão,
 no processo de candidatura. -----
 Artigo 12º -----
 Ordenação dos candidatos -----
 A ordenação dos candidatos na elaboração da lista provisória e
 definitiva, será feita de acordo com a fórmula do número 2, do artigo
 9º, pela ordem do valor mais baixo para o valor mais elevado, sendo
 que o valor mais baixo corresponde ao primeiro lugar. -----
 Artigo 13º -----
 Lista Provisória e Lista definitiva -----

1. Analisadas as candidaturas e feita a seleção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por correio eletrónico. -----

2. No prazo de 10 dias a contar da data da comunicação, de acordo com o número 2 do artigo 10º, ponto 2, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito, através de correio eletrónico -----

3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação. -----

4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será comunicada via correio eletrónico e publicada no site oficial do Município de Chaves. -----

Artigo 14º -----

Deveres dos Bolseiros -----

São deveres dos bolseiros: -----

a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Chaves, no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo; -----

b) Participar, num prazo de trinta dias, à Câmara Municipal de Chaves todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativas à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso, que possam influir na continuação da atribuição da bolsa de estudo; -----

c) Usar de boa fé em todas as declarações que prestar. -----

Artigo 15º -----

Direitos dos bolseiros -----

São direitos dos bolseiros: -----

a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais; -----

b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento. -

Artigo 16º -----

Renovação da bolsa de estudo -----

A bolsa de estudo será atribuída progressivamente nos anos de formação subsequentes aos alunos já contemplados com a mesma, desde que: ----

a) Possuam os requisitos exigidos nas alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 4.º deste Regulamento; -----

b) Façam prova de matrícula no ano subsequente; -----

c) A renovação deve ser requerida anualmente nas condições definidas no número 2, do artigo 5.º e artigo 6.º do presente Regulamento. ---

Artigo 17º -----

Cessação da bolsa de estudo -----

1. Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo: -----

a) A prestação, por omissão ou inexatidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Chaves pelo candidato ou seu representante; ----

b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar; -----

c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, nomeadamente doença prolongada; -----

d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano letivo anterior ao da candidatura; -----

e) Mudança de residência para outro concelho; -----

f) Não comunicar a aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição para o mesmo ano letivo; -----

g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14º. -----

2. Nos casos previstos no número anterior, a Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem este

estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adotar os procedimentos julgados adequados. -----

Artigo 18.º -----

Situações especiais não previstas -----

1. A unidade orgânica responsável pela análise dos pedidos de candidatura a bolseiros - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - pode, durante o processo de seleção, considerar situações especiais não previstas no presente Regulamento. -----

2. As situações económicas especialmente graves não enquadráveis no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo, poderão ser objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal. -----

Artigo 19º -----

Disposições finais -----

1. A Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de solicitar aos estabelecimentos de ensino informações relativas aos alunos bolseiros ou candidatos a bolsa de estudo. -----

2. O estudante só tem direito a requerer bolsa de estudo durante o número de anos previstos para o curso que frequenta. -----

3. A Câmara Municipal comunicará às Instituições de Ensino Superior que os candidatos frequentam, a pretensão de uma bolsa de estudo e posteriormente o valor que será atribuído. -----

4. As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara Municipal. -----

Artigo 20º -----

Entrada em vigor -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação em Diário da República. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.03.09. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.13. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Desde o início do presente mandato autárquico, o Partido Socialista apresentou proposta de alteração ao regulamento em apreciação. -----

2 - É salutar que este regulamento seja revisto, no sentido de alterar a análise económica das situações familiares ponderadas, no âmbito das candidaturas à concessão de bolsas, e, bem assim, no que concerne à quantificação e/ou determinação do valor dos subsídios a conceder. --

3 - Neste contexto, depois de proceder à devida análise, com maior profundidade, da proposta, ora, em apreciação, irá emitir uma posição mais fundamentada, sobre este assunto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES CULTURAIS, SEDEADAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 31/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação-----

Através dos pedidos anexos, as entidades abaixo identificadas vieram solicitar o apoio financeiro da autarquia na concretização das atividades que se propõem realizar no corrente ano; -----

- Casa da Cultura de Vidago, NIPC 502 063 076, com sede no Largo da Praça, nº 14, em Vidago;-----

- Indieror, NIPC 513 588 019, com sede no Largo da Estação, em Chaves. Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização das atividades de carácter recreativo e cultural, as quais são promotoras de convívio e bem-estar das populações;-----

Considerando que o Município de Chaves entende como sendo de interesse municipal o desenvolvimento destas iniciativas, contribuindo elas, de forma decisiva para a dinamização do Concelho nas diversas áreas de ação;-----

Considerando que por deliberação do executivo camarário, tomada em sua reunião ordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 29 de abril de 2015, veio a ser aprovado o Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, social e Outras;-----

Considerando, por último, que nos termos do disposto na alínea u), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiadas as instituições seguidamente identificadas, com o valor especificado; -----

• Casa da Cultura de Vidago - 1.500,00 €-----

• Indieror - 11.000,00 €-----

b) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica 04.07.01.01. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 9 de março de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----

(Arg. António Cabeleira)-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por solicitar, junto do Presidente da Câmara, os seguintes esclarecimentos relacionados com a concessão de apoio financeiro à associação "Indieror", a saber: -----

- a) Subsídios atribuídos, pela autarquia, nos anos de 2016 e 2017; -
- b) Custos de instalação; -----
- c) Apoios concedidos por outras entidades; -----
- d) Cópia dos estatutos e identificação dos Órgãos Sociais. -----

Concluindo a sua intervenção, o Vereador do Partido Socialista teceu, ainda, os seguintes comentários, sobre a matéria, em apreciação: ----

1 - A "Indieror" é uma associação herdeira, em termos de ação, da associação "ChavesViva", e, como tal, tem receio que a mesma possa ter o mesmo caminho que esta última associação acabou por ter. -----

2 - Em termos gerais, a ação de animação cultural, poderia e deveria ser, diretamente, realizada, pelos serviços municipais, tanto mais que alguns colaboradores da Autarquia participam, também, no projeto desenvolvido, pela Associação "Indieror". -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO ROTARY CLUBE DE CHAVES". PROPOSTA Nº 34/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação-----

Através do documento em anexo, a Associação Rotary, vem solicitar o apoio da autarquia, nas despesas inerentes com a organização do "I Simpósio sobre o Judaísmo em Trás-os-Montes", o qual terá lugar no dia 18 de março, em Chaves. -----

Como é do conhecimento geral a Associação Rotary Club de Chaves é uma associação sem fins lucrativos com filiação na organização não governamental designada por Rotary International, que prossegue e defende na sua área territorial os princípios e objetivos desta ONG, que se traduzem na promoção da paz e compreensão mundial, na promoção da inclusão e formação das populações, na preservação da sua história, cultura e identidade e do ambiente e ainda na prática de ações de solidariedade para com os mais carenciados;-----

Considerando que a Associação Rotary através do Centro de Estudos Judaicos do Alto Tâmega (CEJAT) tem como objetivo o estudo e investigação da presença judaica no território dos Municípios do Alto Tâmega, designadamente em Chaves;-----

Considerando que o mencionado simpósio vem abrir horizontes ao estudo mais aprofundado da existência de comunidades de relevante interesse histórico e cultural que merecem maior destaque como fator de promoção cultural, identidade e promoção do território municipal.-----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização da atividade de caráter cultural, a qual promove o convívio e o bem-estar das populações;-----

Considerando que o Município de Chaves entende como sendo de interesse municipal o desenvolvimento destas iniciativas, contribuindo elas, de forma decisiva para a dinamização do Concelho nas diversas áreas de ação;-----

Considerando que por deliberação do executivo camarário, tomada em sua reunião ordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 29 de abril de 2015, veio a ser aprovado o Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, social e Outras; -----

Considerando, por último, que nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a - Que seja apoiada a instituição "Associação Rotary Clube de Chaves" com o valor de 300,00 € (Trezentos Euros); -----

b - Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

c - Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto;-----

d - Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;--

e - Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

f - A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica 04.07.01.01. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 10 de março de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----
(Arg. António Cabeleira)-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por manifestar a sua satisfação pelo facto de existirem, no Concelho de Chaves, associações dotadas de meios que lhe permitem solicitar um pedido de apoio de valor financeiro tão reduzido, no caso 300,00€. -----

No entanto, a apreciação deste pedido de apoio deverá ter idêntico tratamento, relativamente a todos os demais pedidos apresentados, na autarquia, de igual natureza, nomeadamente no que concerne à identificação de todos os apoios concedidos, pela Autarquia, em espécie e/ou pecuniários, nomeadamente, cedência de instalações, pagamento de água, energia elétrica, entre outros. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 9. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. DESTAQUE DE PARCELA, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 423/16 - BARTOLOMEU DIAS ALVES - LUGAR DAS CASINHAS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 09.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 *Face ao teor da deliberação*, aprovada em reunião de camara realizada em 03/02/2017, com vista ao indeferimento definitivo do pedido de emissão de uma certidão de destaque de uma parcela de terreno, previsto no processo n.º 423/16, vem o requerente citado em epígrafe, pelo requerimento em apreço, apresentar um novo pedido, com a nova proposta/"solução", para destaque de uma parcela de terreno com a área de 2210,21m² ao terreno com a área total de 4195m², situado em Casinhas. -----

1.2. Para efeitos de instrução do novo pedido, para além do requerimento/exposição, são apresentados os seguintes elementos:-----

- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13.º⁽¹⁾, Requerimento, comunicação e respetiva instrução, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, do Município de Chaves, publicado em

¹ Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 - As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE;-----

- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, RJUE, aprovado pelo DL n.º555/99, de 16/09, na redação conferida pelo DL n.º136/2014, de 09/09, na qual refere que o Engenheiro possui competência para a realização de trabalhos na área da topografia, nomeadamente levantamentos topográficos;-----
 - Declaração, do autor do respetivo levantamento topográfico, onde atesta a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local., de acordo com o n.º 11, do artigo 13º⁽²⁾, Requerimento, comunicação e respetiva instrução do RMUE;-----
 - Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
 - Termo/Declaração de responsabilidade subscrito pelo autor do relatório de destaque, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
 - Relatório com enquadramento no Plano Diretor Municipal, relativamente às classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante do solo, índice de utilização do solo e servidões ou restrições de utilidade pública que impendem no prédio objeto da pretensão;-----
 - Peça desenhada, intitulada "Planta de localização", assinalando devidamente os limites do prédio, sob ortofotomapa, à escala 1/2000;
 - Levantamento topográfico, à escala 1:500, com a delimitação da área total do prédio,-----
 - Planta elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobrance;-----
 - Formato digital, CD, com os elementos apresentados.-----
- 1.3 Subentende-se que o requerente também solicita a dispensa de apresentação de elementos utilizados e constantes no pedido anterior, que ainda se encontram válidos e adequados, ver fls 14, 5, 4, do

² Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 - Todos os Levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 - As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

presente processo, por economia processual, ao abrigo do disposto no artigo 5.º⁽³⁾, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, CPA, a saber:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;-
- Extrato das plantas de condicionantes dos planos municipais de ordenamento do território vigentes à escala de 1:10000, com a indicação da pretensão;-----
- Planta da área a sujeitar a mediadas preventivas, à escala 1:10000. -----

2. ANTECEDENTES-----

2.1 Por consulta em arquivo municipal verifica-se que o prédio objeto de destaque confronta a poente com o loteamento de alvará n.º1/1981, cujos titulares José Dias Moreira e Joaquim Moreira e a sul com o alvará n.º2/2000, em nome de José de Jesus Areias, o qual incide sobre um prédio rústico, situado no Lugar de Quintela, freguesia de Outeiro Seco, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º135, da freguesia de Outeiro Seco, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº01863/141195, com a área total de 11.468m², composto de terra de cultivo e pinhal, o qual confronta de norte, com caminho de consortes, sendo a área de cedência ao domínio público: área sobrance situada a norte (parque urbano) 3253,00m².-----

2.2. Para o prédio objeto de análise detetou-se o processo antecedente n.º 193/15, relativo a um pedido de emissão de Certidão de Destaque, artigo 141, cuja titular é o Sr. Bartolomeu Dias Alves, ora requerente, tendo a Câmara, em reunião realizada em 08/05/2015, deliberado, por unanimidade, e de acordo coma informação técnica, indeferir a emissão de certidão de destaque visto que o destaque não reunia os requisitos legais. -----

2.3. Em 09/06/2016, a coberto do requerimento n.º 1053/16, que deu origem ao processo registado com o n.º 423/16, o requerente apresentou, um pedido de certidão de destaque. Com base na proposta elaborada na informação interna de 29/06/2016, foi deliberado em Reunião de Camara de 05/08/2016, o projeto de decisão conducente ao indeferimento do pedido de certidão comprovativa de que o ato que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que, no âmbito do mesmo, não se encontra cumprida a condição expressa no n.º4, do artigo 6.º, do RJUE;-----

2.4 Face ao teor da deliberação, em 23/09/2016, o interessado apresentou por intermédio do seu procurador, uma exposição, no âmbito da respetiva audiência dos interessados que o CPA consagra. Em 19/01/2017, estes serviços elaboraram uma informação, que propunha o indeferimento dos argumentos aduzidos pelo facto da parcela a destacar, resultante do presumível destaque, não confrontar com caminho público, mas sim com "área de cedência (parque urbano)". Informa-se ainda que a Câmara já deliberou indeferir definitivamente a pretensão, através da deliberação de Câmara de 03/02/2017, uma vez que pedido não reunia os requisitos necessários á execução do destaque,

³ Artigo 5.º **Princípio da boa administração**-----

1 - A Administração Pública deve pautar -se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade.-----

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração Pública deve ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada.-----

em virtude de não se cumprir a condição expressa no ponto 4, do artigo 6.º, do RJUE.-----

2.5. Em 17/01/2017, realizou-se uma reunião entre o interessado, Sr. Bartolomeu Dias Alves e técnicos superiores da Câmara Municipal, na qual se indicou ao interessado uma solução para a resolução do destaque e para o efeito poderia apresentar novo pedido, para o mesmo fim.----

3. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio rústico composto de terreno de cultivo, situado em Casinhas, com uma área total de 4195,00 m², da freguesia de Outeiro Seco e descrito sob o n.º 4193/20110615, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º141 natureza rústica, confronta de norte com caminho público, de nascente com particular, de sul com caminho público e de poente com caminho público. Mais se informa o prédio rústico sobre o qual incide o presente pedido foi justificado com base na *usucapião*.-----



Localização do prédio, conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha n.º34-1B).

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

O presente processo respeita ao destaque de uma parcela de terreno com a área de 2210,21m² ao terreno com a área total de 4195m², situado no local acima identificado. À análise do pedido aplica-se: o disposto no n.º 4 do artigo 6.º, do RJUE, o Regulamento do Plano Diretor Municipal, PDM e o RMUE de Chaves.-----

4.1 - Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----

Recorrendo com as devidas ressalvas a tecnologias de informação e comunicação, por sobreposição do levantamento em formato digital apresentado pelo interessado sobre a planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal, folha n.º34A, constata-se ambas as parcelas, "parcela a destacar" e na "parcela mãe", estão fisicamente inscritas espaços da classe 1 - urbanos e urbanizáveis na categoria 1.1 - cidade de Chaves, sendo que e salvo melhor opinião, a "parcela mãe", possui uma pequena parte também em espaços da classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas e subcategoria 4.2A - espaços agrícolas defendidos.-----



Fazendo a sobreposição do levantamento em formato digital apresentado pelo interessado sobre a planta de condicionantes, folha nº34A, do PDM de Chaves, salvo melhor opinião, uma pequena área do prédio, objeto de análise está condicionada por regime, servidão/restrição de utilidade pública, consubstanciada na Reserva Agrícola Nacional RAN.-



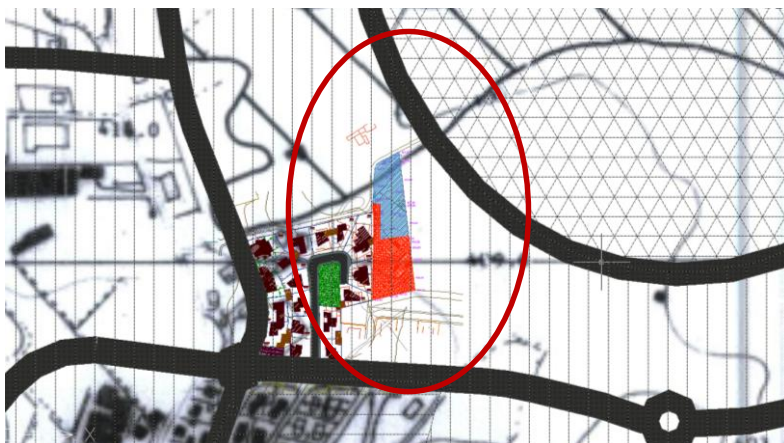
4.2 - Nas Medidas Preventivas-----

Por sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente e a Planta geral das áreas urbanas diferenciadas, com a delimitação das áreas sujeitas a Medidas preventivas, por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicadas em Diário da República, 2ª Série, Nº 107, de 04/06/2014, através do Aviso nº 6779/2014 do Município de Chaves, constata-se que sobre o prédio objeto de análise foram estabelecidas Medidas Preventivas.-----

O estabelecimento de Medidas Preventivas nos espaços pertencentes às Categorias mencionadas determinou a suspensão de disposições regulamentares do PDM durante o seu prazo de vigência, as quais são especificamente referenciadas no artigo 6º do Anexo I - Texto das Medidas Preventivas.-----

Nesta sequência, foram aprovadas em reunião da Câmara Municipal realizada, em 04/07/2014, as "Regras de apoio à gestão urbanística das áreas abrangidas por medidas preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves", consubstanciadas na Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014 que integrou o ANEXO 1 da Informação/Proposta Nº 154/DOTDU/2014, de 25/06/2014, tendo em vista complementar o âmbito material das Medidas Preventivas com algumas regras que permitissem a gestão urbanística das áreas urbanas de Chaves e de Vidago, contextualizadas com os objetivos de revisão do PDM de Chaves e com os princípios orientadores das opções fundamentais da futura proposta deste plano estabelecidos no nº 4, do artigo 1º do Texto das Medidas Preventivas.-----

De acordo com o nº 1 (Delimitação de zonas urbanas diferenciadas) da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014, o prédio objeto da pretensão localiza-se em áreas designadas por B - Espaços Urbanos de Expansão/Colmatação.-----



5. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

A pretensão em análise tem por objetivo o destaque de uma parcela de terreno com a área de 2210,21m²⁽⁴⁾, a qual se localiza em Classel - espaços urbanos e urbanizáveis, isto é, a parcela a destacar se situa dentro do perímetro urbano. -----

À luz do disposto no citado n.º4, do artigo 6.º, do RJUE, os atos que tenham por efeito o desataque de uma única parcela, nas circunstâncias antes enunciadas, estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. Da leitura da Certidão de Teor da Conservatória do Registo Predial podemos dizer que não está inscrito qualquer ónus de não fracionamento à menos de 10 anos, bem como, terão que ser respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de serviços ou restrições de utilidade pública, etc. -----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1 Face ao acima exposto, sou de parecer que o pedido reúne os requisitos necessários à execução do destaque, em virtude de se cumprir a condição expressa no ponto n.º4 do artigo 6.º, do RJUE, uma vez que as duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos. -----

6.2. Nestes termos, o presente procedimento administrativo, com requerimento registado com o n.º222/17, deverá estar presente em reunião de Câmara para que o executivo delibere adotar um projeto de decisão de deferimento do destaque pretendido, identificando-se duas parcelas fisicamente separadas e caracterizadas pelos seguintes elementos: -----

- A parcela um (a destacar), com a área de 2210,21 m², e confronta de norte com Bartolomeu Dias Alves, de poente com caminho público, de nascente com João da Costa e de sul com Domínio público. Prevê-se na parcela a destacar uma área bruta de construção até 280m² e uma área de implantação de 140m²;-----
- A parcela dois (mãe) com a área de 1984,79 m², confronta de norte e poente com caminho público, de sul Bartolomeu Dias Alves e de nascente com João da Costa. Prevê-se na parcela a destacar uma área bruta de construção até 280m² e uma área de implantação de 140m²; ---

⁴ de um prédio rústico com área total de 4195m², situado em Casinhas, descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º4193/20110615, e inscrito na matriz sob o artigo n.º141, da Freguesia de Outeiro Seco.-----

6.3. Refira-se que o condicionamento do ónus do não fracionamento a que se refere o n.º 6 do artigo 6.º do RJUE, deverá ser inscrito no Registo Predial sobre as parcelas resultantes do destaque. -----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de emissão de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados nos n.ºs 4 e 10, do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redacção actual.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. OBRAS DE RECONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 610/13 - MARIA OLINDA FERNANDES OLIVEIRA - LARGO DE CIMA DO POVO, SELHARIZ, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 03.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução/Antecedentes-----

1.1 A requerente acima referida na qualidade de proprietária apresentou em 11 de agosto de 2016, elementos referentes à legalização das obras de reconstrução/ampliação de uma habitação unifamiliar, sita no Largo do Cimo do Povo, Selhariz, concelho de Chaves, como forma de dar resposta à informação técnica datada de 04 de agosto de 2016, e o processo ser enviado para a comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, a fim de ser realizada vistoria municipal;

1.2 Da análise do mesmo, verificou-se então, que continuavam a faltar elementos para que o pedido fosse remetido à Comissão de Vistorias, tendo sido concedido um prazo final para a requerente vir completar o pedido com os mesmos;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

2.1.1 O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de

urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

O referido Auto de Vistoria deverá ser deverá ser fornecido à requerente junto com a presente informação-----

2.2 Considerando que o pedido já se encontrava instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise;-----

3. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

4. Análise do Pedido / Proposta-----

4.1 Em conformidade com o n.º 6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;---

4.2 De acordo com vistoria realizada em 16 de fevereiro de 2017 e informação da Comissão elaborada em 20 de fevereiro de 2017, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que não refere a " (...) necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de vistoria", o pedido dá origem a um autorização de utilização - legalização;-----

4.3 No entanto é referida a existência de uma fresta no alçado lateral esquerdo, no compartimento destinado a sala e cozinha (que é um questão de direito privado);-----

4.4 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada no artigo 102-A.º do RJUE - regime de legalização de operações urbanísticas - deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras retratadas no projeto a que se fez referência, e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do referido Regulamento;-----

5. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,10 €
n.º2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			

a)	Até 250 m2	1	73,60 €	73,60 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,10 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	94,65 €	0,00 €
n.º16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,50 €	11,50 €
	TOTAL			148,20 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito alegados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 512/16 – MANUEL OLIVEIRA FERREIRA – LUGAR DE VALE ESCURO, DORNA, FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 07.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1 A coberto do requerimento n.º149/17, datado de 26/01/2017, o requerente supra identificado, solicita a junção de elementos ao processo n.º512/16, referente a uma operação urbanística ilegal já concluída, consubstanciada em obras de construção sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, de uma edificação destinada a uma habitação unifamiliar e muros de vedação, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no Lugar de Vale Escuro – Dorna, União de freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações.---

1.2. Na análise dos referidos elementos, constata-se que a pretensão consubstancia dois pedidos distintos, os quais estão ligados entre si, nomeadamente:-----

- Dar cumprimento às considerações constatadas na vistoria técnica municipal efetuada ao local em 24/11/2016 e vertidas Auto de vistoria n.º 87;-----

- Assim como informar esta edilidade que já procedeu às obras de correção, designadamente obras de conservação⁽⁵⁾/correção no muro de vedação confinante com caminho público e promoveu a ventilação na instalação sanitária, interior, existente no R/C.-----

2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

2.1. Para efeitos de instrução do pedido são apresentadas cópias dos seguintes elementos: -----

- Prova da validade da inscrição da arquiteta em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----

- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico autor do projeto de arquitetura;-----

- Peça desenhada do projeto de arquitetura, intitulada "Pormenores", á escala 1:200, contendo plantas de alterações, planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico, documentação fotográfica e pormenor construtivo do muro de vedação, objeto de legalização.-----

2.2. No âmbito do atendimento ao público, realizado em 07/03/2017, instruiu ainda o processo com os seguintes elementos:-----

- Termo de responsabilidade do "Projeto de estruturas", subscrito pelo técnico autor do mesmo;-----

- Projeto de estabilidade;-----

- Projeto de redes prediais de água e esgotos e de águas pluviais;-

- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----

- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----

- Declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data de 07/03/2017, onde consta que o prédio com artigo 720, em nome do ora requerente, tipo urbano pertence à freguesia União das freguesas de Loivos e Póvoa de Agrações. -----

3. ANTECEDENTES-----

O requerente apresentou sob o requerimento n.º 1321/16, datado de 19/07/2016 e completado pelos requerimentos n.º 1714/16, de 216/09/2017 e n.º1899/16, de 17/10/2016, pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, composta por um prédio de habitação e subentende-se o muro de vedação confinante com via pública, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, nos termos nos termos do disposto no art.º 102.º- A do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, do D.L. 555/99, de 16.12, e alterações subsequentes e artigo 73.º-C, Procedimento de legalização de operações urbanísticas, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, do Município de Chaves, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE;-----

4. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

4.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio rústico situado em Vale Escuro, composto

⁵ consideradas de escassa relevância urbanística, com enquadramento nos números 4 e 5 do artigo 6º⁽⁵⁾, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, RMUE-----

de terreno de cultivo e monte, inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 931, com uma área total de 810 m², da Freguesia de Póvoa de Agrações e descrito sob o nº398/20040812, confronta de norte com caminho público, de nascente e sul com particulares e de sul com caminho público e particular. -----

4.2 Segundo a Declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data de 07/03/2017, onde consta que o prédio artigo 720, em nome do ora requerente, com identificação matricial, tipo urbano, da União das freguesas de Loivos e Póvoa de Agrações.-----

4.3. Mais se refere, foi detetado uma divergência de área, entre a matriz 810m² e o levantamento topográfico 749,00m², que no nosso entendimento poderá ser aceite, pelo facto da mesma não ultrapassar o limite de tolerância dos 20%, previsto na alínea a), do artigo 28.º-A⁽⁶⁾, do Código do Registo Predial.-----



Localização do prédio rústico, conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha nº61-3B).

5. ANTECEDENTES-----

Edifício existente não licenciado.-----

6. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----

Não houve.-----

7. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

7.1 O processo está instruído com os seguintes elementos, de acordo com o disposto no n.º2 artigo 102.ºA, do RJUE que remete para o Artigo 73.º -C do RMUE e cumulativamente com o disposto no anexo I - ponto I e no n.º15 e no n.º16, do ponto III, da Portaria nº 113/2015, de 22/4, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;-
- Documento complementar consubstanciado, num Termo de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º⁽⁷⁾ do RMUE;-----

⁶ Artigo 28.º-A **Dispensa de harmonização**-----

Caso exista diferença, quanto à área, entre a descrição e a inscrição matricial ou, tratando-se de prédio não descrito, entre o título e a inscrição matricial, é dispensada a harmonização se a diferença não exceder, em relação à área maior:-----

a) 20 %, nos prédios rústicos não submetidos ao cadastro geométrico;-

⁷ Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 - Todos os Levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

- Declaração do autor do levantamento topográfico, na qual a autora do respectivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local., de acordo com o n.º 11, do artigo 13º⁽⁸⁾, do RMUE;-----
- Prova da validade da inscrição do técnico Topógrafo em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Ficha de elementos estatísticos, previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho; -----
- Prova da validade da inscrição da arquiteta em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10.000, com a indicação precisa do local da obra;-----

13 – A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

⁸ Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 – Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respectivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 – A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

- Planta de consulta da câmara municipal, à escala 1:5.000, com indicação dos limites da área da operação urbanística;-----
- Levantamento topográfico, à escala de 1:500, cotado, identificando o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas);-----
- Planta de implantação sobre levantamento topográfico, à escala 1/500, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações;-----
- Memória descritiva e justificativa do Projeto de arquitetura;--
- Termo de responsabilidade subscritos pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Projeto de arquitetura, incluindo, termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico autor do projeto de arquitetura, plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os espaços, alçados à escala de 1:100, cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- Documentação fotográfica do imóvel;-----
- Ficha de segurança contra incêndios;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- Projeto de infraestruturas de telecomunicações;-----
- Certificado emitido no âmbito do Sistema de Certificação Energética (SCE), com a classificação mínima exigida à data da realização da operação urbanística, caso esta tenha sido realizada depois de 01/12/2013, da data da entrada em vigor do DL n.º118/2013, de 20/08; -----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos e de águas pluviais;--
- Planta de alterações, os elementos mínimos apresentados em conformidade com disposto no artigo 15.º⁽⁹⁾ do RMEU;-----
- CD, com ficheiros também em *formato pdf e dwg* e contendo peças escritas e desenhadas do projeto.-----

7.2 O requerente considerou não ser possível a apresentação dos seguintes projetos de especialidade exigíveis, designadamente, projeto de Condicionamento acústico e Plano de acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto, para o efeito, os projetos supra mencionados foram substituídos pelos termos de responsabilidade, a saber, termo de responsabilidade do acondicionamento acústico, subscrito pelo técnico autor do projeto do Acondicionamento Acústico, bem como, Declaração

⁹ Artigo 15.º - **Desenhos de alteração**-----

Nos projetos que envolvam alterações deveram ser apresentados os seguintes elementos mínimos:-----

- a) Desenhos representativos da situação existente;-----
- b) Desenhos representativos das alterações pretendidas, com as seguintes regras:-----
- i) A preto – os elementos a conservar;-----
- ii) A vermelho – os elementos a construir;-----
- iii) A amarelo – os elementos a demolir;-----
- iv) A azul – os elementos a legalizar;-----
- v) Desenhos com a situação final proposta.-----

de justificação da não aplicação das normas previstas no DL n.º163/06, de 8 de agosto, subscrita pela Arquitecta autora do projeto de arquitetura, na qual pede a isenção da apresentação do Plano de acessibilidade, porquanto se trata de uma legalização edificação, cuja configuração da habitação implica que as obras desproporcionalmente difíceis e desajustadas e exigiria a aplicação de meios económicos e financeiros desproporcionados, ao necessário ao cumprimento dos requisitos técnicos de acessibilidade. -----

7.3 No que concerne ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, o requerente apresenta fotocópia da fatura do consumo da eletricidade. -----

7.4 O requerente solicita pedido de dispensa de apresentação de Projeto de Instalação Gás, devidamente fundamentado.-----

7.5 Uma vez que não há necessidade da realização de obras o requerente é dispensado da apresentação dos seguintes elementos, Calendarização da execução da obra, documento comprovativo da prestação de caução, Apólice de seguro de construção, Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra, Livro de obra e Plano de segurança e saúde. No referente à Estimativa do custo total da obra, o requerente refere que a mesma foi apresentada "por lapso".---

8. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

8.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

A pretensão, consubstanciada na realização de uma operação urbanística ilegal, isto é, realizada sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, para construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.-----

8.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial-----

Regista-se que o prédio rústico possui uma área total de 810m², de acordo com Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, que se desenvolve em dois pisos, sendo dois acima da cota de soleira e muros de vedação.-----

Face ao Plano Diretor Municipal de Chaves⁽¹⁰⁾, em vigor, nomeadamente com as plantas de ordenamento do PDM de Chaves, à escala de 1:10 000, folha nº61-A, o prédio objeto da pretensão está inserido em espaços da Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis e em espaços da classe 4, na categoria 4.3, espaços agro-florestais e na sub-categoria 4.3A - espaços agro-florestais comuns.-----

¹⁰ nos termos do Plano Diretor Municipal de Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento-----



Segundo a planta de condicionantes n.º 61-A, o prédio sobre o qual recai o pedido, não impede qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública. -----



Localização do prédio, tendo por base o CD georreferenciado apresentado pelo interessado e extracto das plantas de condicionantes, folha 61-A, dos planos municipais de ordenamento do território vigentes, à escala 1:10000, com a indicação do local da situação consolidada.

8.3 Nos Regulamentos Municipais-----

Dado tratar-se de uma operação urbanística ilegal já concluída, consubstanciada em obras de construção sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, de uma edificação destinada a uma habitação unifamiliar, composta de rés-do-chão e andar e muros de vedação, em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor, a pretensão enquadra-se no artigo 73º-C (11) do RMUE.-

¹¹ Artigo 73.º -C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas-----

1 - Nos casos de edificações já concluídas sem procedimento de controlo prévio e não dotadas de autorização de utilização é desencadeado o procedimento pelo interessado.-----

4 - Quando houver lugar à realização de obras de correção ou outras, a legalização será precedida da emissão de licença especial de legalização.-----

5 - O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

a). Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----

i) Certificados emitidos por entidades credenciadas;-----

ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor,

e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----

iii). Sempre que não seja objetivamente possível dar cumprimento às normas legais em vigor, designadamente normas relacionadas com técnicas de construção, deverá o requerente demonstrar e fazer prova que foram cumpridas as normas vigentes à data da construção;-----

iv) A prova dos factos previstos na alínea anterior poderá ser feita mediante registos fotográficos, cartográficos ou outros caracterizadores da edificação objeto de legalização;-----

v) Comprovativo da ligação à rede pública existente, no caso dos projetos de alimentação e distribuição de energia elétrica, projeto de instalação de gás, projeto de redes prediais de água, esgotos e águas pluviais, e projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações.-----

b) Quando não haja lugar à realização de obras de ampliação ou alteração, será igualmente dispensada a apresentação dos seguintes documentos:-----

i) Calendarização da execução da obra;-----

ii) Estimativa do custo total da obra;-----

iii) Documento comprovativo da prestação de caução;-----

iv) Apólice de seguro de construção;-----

v) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----

vi) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----

vii) Livro de obra;-----

viii) Plano de segurança e saúde.-----

6 - O procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável.-----

7 - Do ato que determinar a realização da vistoria, é notificado o proprietário do imóvel, mediante carta registada expedida com, pelo menos, 8 dias de antecedência relativamente à data da sua concretização.-----

8 - A realização da vistoria municipal tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

9 - Da vistoria é imediatamente lavrado o auto, do qual constam obrigatoriamente a identificação do imóvel, a descrição do estado do mesmo e a eventual necessidade de efetuar obras de correção ou adaptação e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam formuladas pelos proprietários.-----

10 - Caso da vistoria resulte a necessidade de efetuar obras de correção ou adaptação no edifício existente o interessado terá de elaborar os projetos correspondentes e a execução das obras é titulada por um alvará de obras de edificação cujo requerimento deve ser feito nos termos da legislação em vigor, seguindo -se o requerimento de autorização de utilização nos termos legalmente definidos.-----

11 - Caso da vistoria não resulte a necessidade de efetuar obras de correção ou adaptação no edifício, a decisão final, pronuncia -se, simultaneamente, sobre as obras e a utilização do edifício.-----

12 - A realização da vistoria prévia poderá ser dispensada, desde que o pedido de legalização da operação urbanística não consubstancie qualquer dispensa relativamente ao dever de apresentação dos elementos

9. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor) -----**9.1 Quanto às regras de edificabilidade -----**

De acordo com o número um, do artigo 15º, do Regulamento do PDM de Chaves, verifica-se que a finalidade do edifício, a legalizar, se destina a habitação unifamiliar e se encontra contemplada no Instrumento de Gestão Territorial supracitado. -----

No que se refere ao índice de construção, o mesmo encontra-se em conformidade com o artigo 18, por quanto o prédio rústico, que possui a área total de 810m², e como a intervenção, apenas se encontra abrangida apenas por uma classe de espaços com índices de construção (0,5m²/m²). Ainda que possam subsistir dúvidas quanto à correta aplicação deste índice, constata-se que a área total da intervenção (219,00m²) fica aquém da área máxima de construção, se aplicado o índice à área da propriedade, inserida em espaços urbanos e urbanizáveis, ou seja, aproximadamente 680m², que resultaria num valor aproximado de 340 m² de área máxima edificável. No respeitante à cêrcea máxima, também no que se refere a este parâmetro, a edificação possui um valor de 6,4m, pelo que cumpre o estabelecido no artigo 19.º do regulamento do PDM. -----

9.2 Quanto às infra-estruturas-----

O prédio encontra-se satisfatoriamente infraestruturado. -----

9.3 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

Face as dimensões da parcela de terreno, e a área afeta à garagem, o

e ou documentos técnicos instrutórios, previstos no RJUE e Portaria instrutória respetiva.-----

13 – A operação urbanística de edificação objeto do procedimento de legalização que careça de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

14 – A operação urbanística objeto do procedimento previsto no presente artigo é titulada por alvará de autorização de utilização, que deverá ser requerido no prazo de 30 dias úteis a contar do deferimento do pedido de legalização.-----

15 – O alvará de autorização de utilização referido no número anterior, deverá fazer menção expressa de que o edifício a que respeita foi objeto de legalização.-----

16 – A vistoria prévia, nos termos anteriormente configurados, deverá ser, também, efetuada no âmbito das legalizações promovidas oficiosamente pela administração municipal.-----

17 – A realização da vistoria prévia está sujeita ao pagamento da correspondente taxa prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.-----

18 – O procedimento de emissão da licença especial de legalização a que se refere o n.º 4 do presente artigo deverá ser instruído, em tudo o que se refere às obras a executar, com os elementos definidos na respectiva Portaria, e em tudo o que diga respeito às partes da construção a legalizar será aplicado o disposto na alínea a), do n.º 5 do presente artigo.-----

requerente cumpre o especificado no n.º 3 do art.12⁽¹²⁾ do Regulamento do PDM, cumulativamente com os artigos 39.º⁽¹³⁾ e 40.º⁽¹⁴⁾ do RMUE. ----

9.4 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)---

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 20º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

9.5 Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----

9.5.1 A autora do projeto solicita a dispensa do cumprimento dos requisitos de acessibilidade não tendo por esse facto apresentado o respetivo plano de acessibilidades. -----

9.5 2 Através do registo de entrada n.º 1321/16, de 19/07/2017, o requerente e a técnica expõem o seguinte "(...) a obra de edificação de habitação unifamiliar...isenta de aplicação das disposições do DL 163/2006, de 8 de agosto, (...) uma vez que as obras de adaptação a realizar para cumprimentos das normas requereriam meios económicos-financeiros desproporcionados, bem como de execução desproporcionalmente difícil".-----

12 Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos-----

1 - Todas as novas edificações terão de dispor, dentro do perímetro do respetivo lote ou das suas partes comuns privadas, quando existam, de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis, sendo a sua área mínima estabelecida em função dos destinos de uso do edifício e da sua dimensão.-----

2 - Os parâmetros para o dimensionamento das áreas mínimas destinadas a estacionamento serão estabelecidos através de regulamento municipal, planos de urbanização ou projetos de ordenamento urbanístico.-----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projetos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

- a) Um lugar por cada fogo;-----
- b) Um lugar por cada 200 m2 de área bruta de construção em moradias unifamiliares;-----

13 Artigo 39.º - Parâmetros a respeitar-----

1 - Todas as novas edificações devem dispor de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis.-----

2 - No dimensionamento dos espaços referidos no número anterior devem garantir -se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

- a) Estacionamento privado - o número e tipologia de lugares de estacionamento deve cumprir o estabelecido no artigo 12.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----
- b) Estacionamento público - dentro dos limites do terreno objeto de intervenção, mais concretamente nos casos de edificações com a componente de habitação coletiva, comércio, serviços ou indústria, deve ser criado estacionamento a integrar no domínio público, em conformidade com o dimensionamento preceituado na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3de março, aplicável a título supletivo.-----

14 Artigo 40.º - Dimensões-----

Os lugares de estacionamento referidos no número anterior devem ter as seguintes dimensões mínimas:-----

- a) Garagem privativa - 6 m × 3 m;-----
- b) Lugar de estacionamento no interior do edifício, nomeadamente garagem coletiva, ou a descoberto - 5m × 2,5 m.-----

9.5.3 Face à justificação apresentada em 9.5.2, com enquadramento no n.º1 do artigo 10.º do DL n.º 163/06, de 8 de agosto, bem como, uma vez que a edificação a legalizar foi erigida antes da entrada em vigor do retro citado diploma legal e portanto nos termos do disposto no n.º 5, do artigo n.º 102-A, do RJUE, pode dispensar-se o cumprimento das normas técnicas de acessibilidade cujo cumprimento se tenha tornado impossível ou não seja razoável exigir.-----

9.6 Norma a observar, no que concerne aos caminhos municipais (a Lei n.º 2110, de 19 de Agosto e 1961)-----

A pretensão prevê a legalização de um muro de vedação, já construído e confinante com caminho público, e cujo alinhamento do mesmo, em certas zonas, não distam 4m em relação ao eixo dessas vias, pelo que não cumprem o artigo n.º60, da Lei 2110, de 19/8/1961.-----

Nos termos do artigo 61.º do referido diploma legal, essas obras poderão ser autorizadas uma vez que, se trata de uma vedação existente e salvo melhor opinião, não está prevista a necessidade de alargar os referidos caminhos e não se considera haver inconveniente para a visibilidade, bem como, desde que o proprietário se obrigue a não exigir qualquer indemnização, no caso de futura expropriação, pelo aumento de valor da propriedade resultante das obras.-----

10. CONCLUSÕES-----

10.1 Em relação ao presente pedido há dois aspetos a focar, ou seja, a possibilidade de as construções, consubstanciadas na habitação unifamiliar e muro de vedação, existentes, poderem vir a ser legalizadas e a possibilidade de para a habitação unifamiliar poder vir a ser emitido o alvará de licença de utilização.-----

10.2 No que concerne ao primeiro aspeto, constata-se que as construções, nos termos em que se encontram representadas no projeto apresentado, não consubstanciam violação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o local pelo PDM de Chaves. Assim sendo, podemos afirmar a possibilidade de as mesmas virem a ser regularizadas por esta autarquia.-----

10.3 No que se refere ao muro de vedação confinante com via pública, as razões de segurança e conservação, registadas no auto de vistoria n.º87, de 24/11/2016, encontram-se ultrapassadas pelo facto do requerente ter realizado obras de conservação⁽¹⁵⁾, no referido muro, tal como se pode verificar por leitura do auto de vistoria n.º 102, datado de 23/02/2017, produzido no âmbito do preceituado no n.º 6, do artigo 73.º-C, do RMUE, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido, "Foram sanadas as questões levantadas no auto de vistoria n,º87 que se predem com o muro de vedação confinante com o caminho público, (...)";-----

10.4. Neste contexto, as construções existentes, mais concretamente o edifício, reúne as condições mínimas para que possa ser utilizada como habitação unifamiliar, pelo que os técnicos nomeados como *peritos de vistorias* pela Câmara são de parecer que o conjunto edificado pode ser titulado por Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.-----

10. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

¹⁵ Tais obras enquadram-se no contexto patenteado no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (Isenção de controlo prévio) e também no artigo 6.º, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, rezando o n.º 4 deste último que, "Não obstante se tratarem de operações não sujeitas a qualquer procedimento de controlo prévia, devem os interessados dar conhecimento à Câmara Municipal, até cinco dias antes do início dos trabalhos, (...)";-----

10.1 A taxa das infra estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto no n.º1 e n.º3, do artigo 25.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010, ascende ao montante de **612,48 €** (seiscentos e doze Euros e quarenta e oito cêntimos) conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas das infra-estruturas urbanísticas que se anexa à presente informação;-----

10.2. As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização da operação urbanística, objeto de análise corresponde ao valor de **160,70 €** (cento e sessenta Euros e setenta cêntimos), conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

11. PROPOSTA DE DECISÃO-----
Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

11.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara Ordinária do aludido órgão administrativo;-----

10.2. Que o município considere que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel destinado a habitação unifamiliar.

10.3. Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção de um imóvel destinado a uma habitação unifamiliar, a que me venho referindo, bem como, legalização das obras de construção de um muro de vedação confinante com via pública.-----

10.4 Mais se informa, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis a contar do deferimento do pedido de legalização, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior, -----

TABELAS COM O CÁLCULO DAS TAXAS URBANÍSTICAS-----

I - Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Nos termos do disposto no item 3, do artigo 25.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010.-----

Áreas (m²)-----

Edifício destinado a habitação unifamiliar-----

PISO	Habitação e anexo	TOTAL
R/C	109 m²	
1.º andar	110 m²	
TOTAL		219 m²

cércea-6,4ml-----

volume - 689 m³-----

I - Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)						
QUADRO I			custos (C)			
	s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0	14,49	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	0	19,77	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	6	13,34	80,04	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0	8,70	0,00	€/m
	- Betão	/	0	13,34	0,00	€/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,96	0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	40,60	0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0	16,24	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0	25,52	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA	1	/	22,04		22,04	€/m
REDE DE ESGOTOS	0	/	34,80		0,00	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	0	/	46,40		0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m					102,08	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública					24	
Moradia unifamiliar						
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25					T = 612,48	€

II - Cálculo das taxas administrativas-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação				
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,10 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m ²	1	73,60 €	73,60 €
b)	De 251 m ² a 500 m ²	0	84,10 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m ²	0	94,65 €	0,00 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos n.ºs, anteriores, acresce ao valor referido em 1	24	1,00 €	24,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,50 €	0,00 €
TOTAL				160,70 €

Em conformidade com o regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa.-----

TOTAL A PAGAR..... Σ612,48 € + 160,70 € = 773,18 € (Setecentos e setenta e três Euros e dezoito cêntimos)-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito expressa na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (edificação destinada a habitação unifamiliar e muros de vedação) e o concomitante reconhecimento de que

se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. COMPROPRIEDADE DE PRÉDIO RÚSTICO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 51/17 - VITOR MANUEL DA SILVA COUTINHO - FREGUESIAS DE SANTA LEOCÁDIA, LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DTA. CATARINA PINTO DATADA DE 06.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o n.º 341/17, respeitante ao processo com o n.º 51/17, em 01 de março de 2017, veio o Sr. Vítor Manuel da Silva Coutinho, no sentido de dar cumprimento à informação técnica destes serviços, datada de 8 de fevereiro de 2017, apresentar novos elementos, para que lhe seja emitido o parecer favorável a que se refere o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, com vista à constituição do regime de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob o n.ºs 3133 e 3136, da freguesia de Santa Leocádia, e dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob o n.ºs 535 e 541, da União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, todos no concelho de Chaves.-----

2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

2.1. Na apreciação do pedido apresentado através do requerimento inicial, registado com o n.º 124/17, constatadas que foram algumas deficiências, tanto no próprio pedido como nos restantes elementos instrutórios, foi solicitada a sua correção através de apresentação de elementos adicionais¹⁶.-----

2.2. Em cumprimento do solicitado, o requerente prestou alguns esclarecimentos e procedeu à entrega dos seguintes documentos:-----

¹⁶ -

a) A menção do nome dos compartes, em cada um dos prédios, que venham a resultar da doação, bem como a proporção de cada prédio que venha a caber a cada um; -----

b) A retificação das Cadernetas Prediais Rústicas dos prédios inscritos no Serviço de Finanças de Chaves, sob os artigos n.ºs 3133 e 3136, no que se refere à freguesia; -----

c) A retificação das Certidões Permanentes emitidas pela Conservatória do Registo Predial de Chaves relativas aos mesmos prédios rústicos, no que se refere à freguesia, e de forma a permitir a leitura integral da descrição;-----

- (i) Cópia dos documentos da descrição predial, emitidos pela Conservatória do Registo Predial Chaves, referentes aos prédios rústicos registados sob os artigos n.ºs 535, 541, 3133 e 3136;-----
- (ii) Cópia das cadernas prediais rústicas, emitidas pelo Serviço de Finanças de Chaves, referentes aos prédios registados sob os artigos n.ºs 535, 541, 3133 e 3136;-----

3. ENQUADRAMENTO-----

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no n.º 1¹⁷ do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de propriedade ou à ampliação do número de compartes.

3.2. O n.º 2¹⁸ do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

4. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO-----

4.1. Analisados que foram os elementos instrutórios agora anexados ao pedido, constatou-se que: -----

4.1.1. Com base na planta de localização apresentada pelo requerente, e como já foi referido na informação destes serviços, produzida em 8 de fevereiro de 2017, todos os prédios rústicos (registados sob os artigos n.ºs 535, 541, 3133 e 3136), sobre os quais é solicitado o parecer favorável à constituição de propriedade, se localizam na União de freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Contudo, os documentos apresentados, referentes aos prédios rústicos registados na matriz predial sob os artigos n.ºs 3133 e 3136, referem-nos como registados na freguesia de Santa Leocádia, não tendo sido efetuada a sua retificação, tanto no Serviço de Finanças como na Conservatória do Registo Predial. Pese embora esta questão não se considere relevante para a emissão de parecer favorável à constituição do regime de propriedade dos prédios em causa, entende-se, contudo, sugerir ao requerente que posteriormente deverá diligenciar no sentido da sua retificação.-----

4.1.2. Com os esclarecimentos prestados no requerimento agora apresentado, em conjunto com os documentos anexados, considera-se haver elementos suficientes para a produção do parecer solicitado.---

4.2. O pedido em apreço, visa a celebração de uma escritura de doação da qual irá resultar a constituição de propriedade de $\frac{1}{2}$ indiviso de cada um dos prédios rústicos com o os artigos n.ºs 535, 541, inscritos na matriz predial rústica da União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, e $\frac{1}{2}$ indiviso de cada um dos prédios rústicos com o os artigos n.ºs 3133 e 3136, inscritos na matriz predial rústica da

¹⁷ - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios

¹⁸ - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana-----

freguesia de Santa Leocádia, no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nos seguintes termos:-----

- a) 1/2 indiviso a favor de Gustavo Pinheiro Coutinho;-----
- b) 1/2 indiviso a favor de Frederica Pinheiro Coutinho;-----

5. PROPOSTA-----

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação do requerente, que pretende a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade de ½ indiviso de cada um dos prédios rústicos com o os artigos n.ºs 535, 541, inscritos na matriz predial rústica da União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, e ½ indiviso de cada um dos prédios rústicos com o os artigos n.ºs 3133 e 3136, inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Santa Leocádia, no concelho de Chaves, a realizar nos termos descritos nas alíneas a) e b) do ponto 4.2 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do n.º 2, do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da certidão de compropriedade. -----

5.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.ª Câmara Municipal, conforme estipula o n.º1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

5.3. Por último, propõe-se que seja sugerido ao requerente para proceder, junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial, à retificação da freguesia, de Santa Leocádia, onde se encontram registados os prédios rústicos sob os artigos matriciais n.ºs 3133 e 3136, para a freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações, onde efetivamente se situam.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito alegadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade requerido e a concomitante passagem da respectiva certidão de tal decisão administrativa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. OBRAS DE ALTERAÇÃO A EDIFICAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 764/16 - JOÃO DIAS DE ANDRADE - RUA PADRE JOAQUIM TEIXEIRA, N.º 9, VILARINHO DAS PARANHEIRAS, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA

DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 23.02.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território nº2299/16, datado de 20/12/2016, o Sr. João Dias de Andrade, na qualidade de proprietário, vem requer a junção de elementos, ao processo nº 764/16, para cumprimento do enunciado na informação técnica, datada de 15/12/2016, da qual tomou conhecimento, através de ofício n.º1176/DGOT/2016, datado de 2016/11/15, com vista à legalização de obras de alteração¹⁹, em edificação pré-existente e já concluídas e realizadas sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, destinada a habitação unifamiliar, situada na Rua Padre Joaquim Teixeira 9, freguesia de Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó Selhariz e Vilarinho das Paraneiras), concelho de Chaves.---

1.2 Mais solicita que a apresentação do Certificado emitido no âmbito do sistema de Certificação Energética (SCE), seja efetuada em data posterior.-----

2. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

O interessado para além do requerimento, instrui o pedido com os seguintes elementos:-----

- Cópia em formato digital dos elementos apresentados, tal como o previsto no Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE. -----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º(20) do RMUE;---

¹⁹ «Obras de alteração», as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada;-----

²⁰ Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução-----**

12 - Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

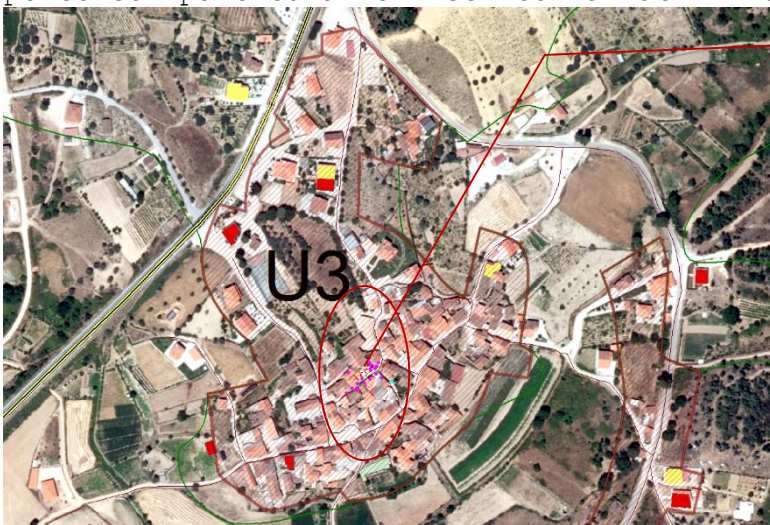
15 - As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

- Certidão de teor do prédio urbano, do Serviço Finanças de Chaves, relativa ao artigo matricial 354NIP, de Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) que teve origem no artigo 62 da extinta Freguesia de Vilarinho das Paraneiras, Concelho de Chaves;-----
- Declaração da Sra. Justina da Costa Chaves, proprietária do prédio que confina de nascente com a habitação do Sr. João Dias Andrade, a que me venho referindo, na qual autoriza que as águas pluviais recolhidas nas caleiras do telhado do prédio objeto de análise, encaminhadas por um pequeno tubo de queda e este por sua vez está interligado na caleira que recolhe as águas pluviais do telhado do prédio confiante e propriedade da Sra. Justina da Costa Chaves----
- Cartão de Cidadão da Sra. Justina da Costa Chaves;-----
- Termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura;-----
- Memória descritiva e Justificativa - aditamento.-----

3. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

3.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio urbano composto de rés do chão e andar, situa-se em Outeirinho, com uma área total de 56,00 m² e uma área coberta de 56,00 m², da Freguesia de Vilarinho das Paraneiras e descrito sob o nº311/20000515 inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº62, confronta de nascente e sul com rua e de poente e norte com particulares. -----

3.2 De acordo com a Certidão de Teor do Serviço Finanças de Chaves, de 16/12/2016, referente ao prédio com artigo matricial 354NIP de Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) e que de acordo com a retificação determinada no ano de 2015, o mesmo teve origem no artigo 62 da extinta freguesia de Vilarinho das Paraneiras, que descreve tratar-se de um prédio não licenciado, em condições muito deficientes de habitabilidade, com 2 pisos, com uma área total de terreno de 56,00m² e uma área de implantação de 56,00m² e com a área bruta de construção de 94,58m² que confronta de norte com particular, de sul e de nascente com rua e de poente com particular e inscrito na matriz em 1937.-----



Localização do imóvel, objeto de legalização, tendo por base o levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre ortofotomapa, com voo de 2012 (folha nº46B)

3. ANTECEDENTES-----

Por leitura da Memória descritiva, apresentada sob requerimento n.º 2299/16, em 20/12/2016 "a habitação já existe há muitos anos, (desde 1937), pelo que se trata de uma pré-existência". -----

4. CONDICIONANTES, SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA -----

Conforme plantas de ordenamento e de condicionantes que integram o respetivo Plano Diretor Municipal de Chaves⁽²¹⁾, folha nº46B, o local não está abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.-----

5. VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE NA INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

5.1 O processo está instruído com os seguintes elementos, em conformidade com disposto no n.º2, do artigo 102.ºA do DL nº555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro que remete para o artigo 73.º-C do RMUE, cumulativamente com o disposto no anexo I - ponto I e no n.º15 e no n.º16, do ponto III, da Portaria nº 113/2015, de 22/4, designadamente:-----

- Caderneta predial urbana referente ao prédio abrangido;-----
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;-----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;-
- Documento complementar, consubstanciado numa declaração da requerente a autorizar o gabinete de projetos denominado G.I.P.C., Lda. a tomar conhecimento de todas as informações relacionadas com o presente processo;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º(22) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Chaves;-----
- Documento complementar consubstanciado, numa Declaração, na qual o Engenheiro, autor do respetivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local.,

²¹ Plano Diretor Municipal Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Condicionantes-----

²² Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução-----**

12 - Todos os Levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 - As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

de acordo com o n.º 11, do artigo 13.º⁽²³⁾, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Chaves;-----

- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10.000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização, à escala 1:25.000, com indicação dos limites da área da operação urbanística;-----
- Ortofotomapa, à escala 1:2000; com indicação dos limites da área da operação urbanística;-----
- Ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do RMUE; -----
- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Levantamento topográfico, à escala de 1:100, cotado, identificando o prédio e a respectiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas);-----
- Planta de implantação sobre levantamento topográfico, à escala 1/100, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Projeto de arquitetura, incluindo, termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e termo de

²³ Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 – Todos os Levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 – A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arranjos exteriores, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico autor do projeto de arquitetura, plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os espaços, alçados à escala de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----

- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;-----

- Documentação fotográfica do imóvel;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto.-----

- Ficha de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE - Mod.200901-ANPC), aplicável à utilização tipo I a III e VI a XII para a 1ª categoria de risco, contendo dos seguintes elementos: Ficha de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, Prova de inscrição do técnico coordenador do projeto na associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do requerimento inicial;

- Projeto de condicionamento acústico;-----

- Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro;-----

- Projeto de redes prediais de água e esgotos, bem como, de águas pluviais; -----

- Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica.-----

No que concerne aos projetos de alimentação e distribuição de energia elétrica, a requerente apresenta fotocópia da fatura do consumo da eletricidade;-----

Documento complementar consubstanciada numa Declaração da Sra. Justina da Costa Chaves, proprietária do prédio que confina de nascente com a habitação do Sr. João Dias Andrade, a que me venho referindo, na qual autoriza que as águas pluviais recolhidas nas caleiras do telhado do prédio objeto de análise, encaminhadas por um pequeno tubo de queda e este por sua vez está interligado na caleira que recolhe as águas pluviais do telhado do prédio confiante e propriedade da Sra. Justina da Costa Chaves-----

5.2 O processo encontra-se convenientemente instruído, com exceção do Certificado emitido no âmbito do sistema de Certificação Energética (SCE). -----

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----

Não houve consultas externas.-----

6. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

6.1 - No regime jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão enquadra-se no disposto, na alínea c), no n.º 2, do artigo 4.º⁽²⁴⁾, cumulativamente com o artigo n.º 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, doravante designado RJUE, com vista à legalização de obras sujeitas a licença.-----

²⁴ Artigo 4.º **Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2 – Estão sujeitas a licença administrativa:-----

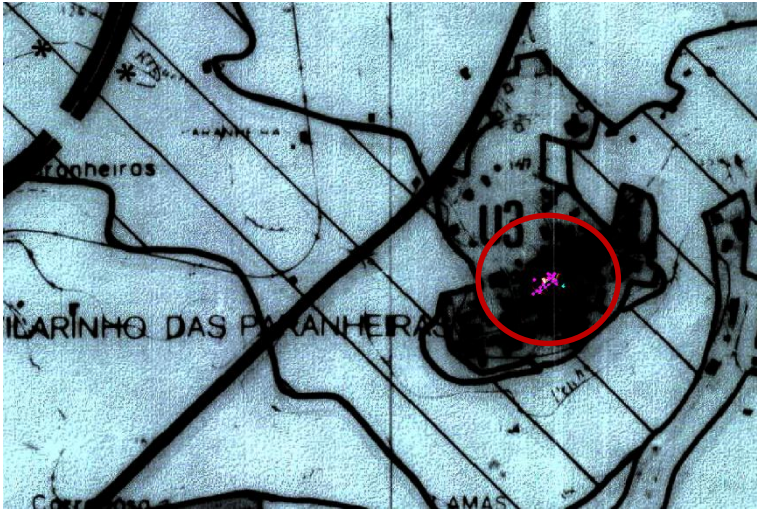
c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;-----

6.2 - Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----

Regista-se que o prédio acima referido com a área total conservada de 56m² e com a configuração e delimitação constantes da planta topográfica junta. -----

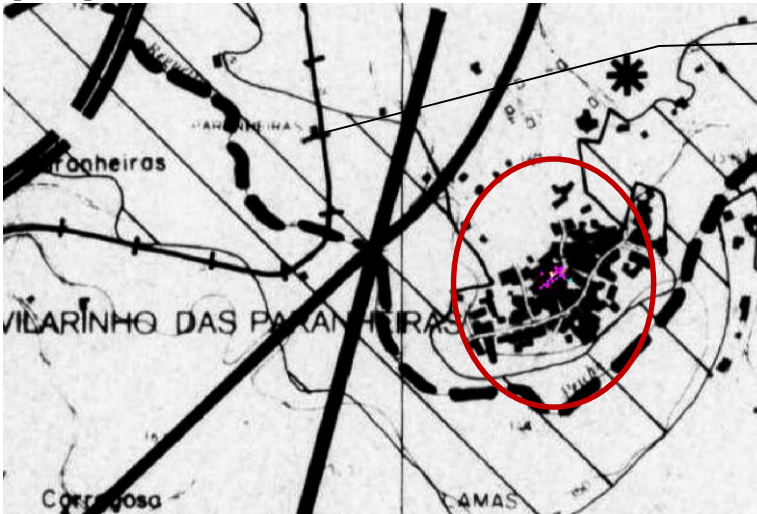
a) Em termos de Ordenamento-----

A área em estudo é abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Chaves, PDM, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento, no caso em análise carta n.º 46B, o prédio onde se pretende intervir com uma área total de 56 m² (de acordo com o levantamento topográfico e termo de responsabilidade subscrito pelo Técnico autor do levantamento topográfico, bem como, com CCRP e está inserido em espaços da Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados, aglomerado de Vilarinho das Paranhos, -----



b) Em termos de Condicionantes-----

Segundo a planta de condicionante n.º 46B sobre o prédio não impende qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública;-----



Conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pelo requerentes, sobre o raster da carta de ordenamento correspondente (folha n.º 46B).

7.3 Nos Regulamentos Municipais-----

A pretensão enquadra-se no artigo 73º-C do RMUE. -----

8. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

8.1. Quanto às regras de edificabilidade-----

Da leitura da memória descritiva onde refere tratar-se de uma pré-existência e da Ficha de medição, folha 45 do processo, assim como por consulta à Certidão de Teor do Serviço Finanças de Chaves, de 16/12/2016, referente ao prédio com artigo matricial 354NIP de Vidago

(União das freguesias de Vidago, Arcossó Selhariz e Vilarinho das Paranheiras), o mesmo teve origem no artigo 62 da extinta freguesia de Vilarinho das Paranheiras e inscrito na matriz em 1937, apresentada, constata-se que o prédio possui uma área de implantação de 56m² que coincide com a área de implantação proposta, assim como o prédio possui uma área bruta de construção de 94,58m², inferior à área bruta de construção proposta, ou seja de 92,14m².-----

8.2. Quanto às infraestruturas-----

O terreno confronta de sul e nascente com rua.-----

O prédio está razoavelmente servido de infraestruturas.-----

8.3. Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----

No processo em causa consta o plano de acessibilidade, acompanhado pelo termo de responsabilidade, dando cumprimento ao definido no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, cuja responsabilidade é do seu técnico autor. -----

8.4. Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

8.4.1 O autor do projeto solicita a dispensa do cumprimento das disposições legais constantes no n.º3 do artigo 12.º do Regulamento do PDM que fixa as áreas para estacionamento de veículos cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE, por quanto "a habitação se situa num núcleo consolidado" de uma povoação, com enquadramento no n.º5 do artigo 12.º do Regulamento do PDM. -----

8.5. Outras normas legais-----

Por observação da documentação fotográfica, verifica-se que as águas pluviais recolhidas nas caleiras do telhado do prédio objeto de análise, são encaminhadas por um pequeno tubo de queda que descarrega no telhado do prédio confiante pelo que foram solicitados esclarecimentos. Neste seguimento o interessado, através do requerimento n.º 2299/16, apresentou uma declaração da Sra. Justina da Costa Chaves, proprietária do prédio que confina de nascente com a habitação, a que me venho referindo, na qual autoriza que as águas pluviais recolhidas nas caleiras do telhado do prédio objeto de análise, sejam encaminhadas por um pequeno tubo de queda e este por sua vez está interligado na caleira que recolhe as águas pluviais do telhado do prédio confiante e propriedade da Sra. Justina da Costa Chaves.-----

8.6 Conclusões-----

Atendendo ao exposto, as obras de alteração levadas a efeito numa edificação pré-existente e sem a necessária licença, nos termos em que as mesmas se encontram representadas no projeto apresentado, poderem vir a ser regularizadas, mediante a emissão de Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.

9. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

9.1 A taxa das infra estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto da alínea a), do n.º1, do artigo 24.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010, ascende ao montante de **329,74 €** (trezentos e vinte e nove Euros e setenta e quatro centimos) conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas das infraestruturas urbanísticas que se anexa à presente informação;-----

9.2 As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização da operação urbanística, objeto de análise corresponde ao valor de **293,56 €** (Duzentos e noventa e três Euros e cinquenta e seis centimos),

conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

10. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

10.1 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara Ordinária do aludido órgão administrativo;-----

10.2 Mais se refere, face ao entendimento / interpretação exposta no título 8.4, da presente informação e tendo em consideração que estamos em perante um edifício situado num núcleo antigo da povoação de Vilarinho das Paranhos, sou a propor à Câmara Municipal delibere a dispensa do cumprimento das disposições constantes na alínea b), do n.º3, do artigo 12.º, do PDM, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE, de acordo com o definido pelo ponto 5 do artigo 12º(25) do Regulamento do PDM de Chaves.-----

10.3 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da edificação, acima descrita e destinada a habitação unifamiliar;-----

10.4 Que o município considere que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

10.5 Mais se informa, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar, bem como, com o Certificado emitido no âmbito do sistema de Certificação Energética (SCE), do prédio em causa.-----

À consideração superior, -----

TABELAS COM O CÁLCULO DAS TAXAS URBANÍSTICAS-----

Nos termos do disposto no item 3, do artigo 25.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010.-----

Áreas (m²)-----

Edifício destinado a habitação unifamiliar e anexo-----

PISO	Habitação	TOTAL
Piso 0	56,00 m²	
Piso 1	39,19 m²	
TOTAL		92,19 m²

Altura da edificação - 6,81ml-----

volume - 239,70 m³-----

I - Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)						
QUADRO I			custos (C)			
	s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0	14,49	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	0	19,77	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	3,5	13,34	46,69	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0	8,70	0,00	€/m
	- Betão	/	0	13,34	0,00	€/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,96	0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	40,60	0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0	16,24	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0	25,52	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA	1	/	22,04		22,04	€/m
REDE DE ESGOTOS	1	/	34,80		34,80	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	0	/	46,40		0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m				103,53	€/m	
m - frente do terreno que confronta com a via pública				12,74		
Moradia unifamiliar						
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0.25			T = 329,74 €			

II - Cálculo das taxas administrativas-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	0	63,10 €	0,00 €
n.º 14	Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	9,04	5,25 €	47,46 €
n.º 15	Reconstrução ou alteração, acresce ao valor referido em 1., por m2			
a)	Por metro quadrado da área de intervenção	92,19	2,10 €	193,60 €
b)	Por cada fracção acrescida	0	2,10 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,50 €	0,00 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	0	37,65 €	0,00 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m² adicional	0	3,10 €	0,00 €
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	52,50 €	52,50 €
TOTAL				293,56 €

Em conformidade com o regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa.-----

TOTAL A PAGAR..... **Σ329,74 € + 293,56 € = 623,30 €**
(Setecentos e noventa e sete Euros e vinte e três cêntimos)-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na

operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de autorização de utilização do imóvel em causa (habitação unifamiliar).-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 640/16 - JOÃO MANUEL PENSO LÁZARO - RUA GREGÓRIO CASTRO MORAIS, LOTE 22, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 02.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução/Antecedentes-----

1.1 O requerente acima referido na qualidade de proprietário, solicitou em 2016/09/27 a legalização das obras de ampliação e alteração da fachada levadas a efeito na habitação de que é proprietário, a que corresponde o lote 22 do Loteamento 7/85 em nome de Fernando Augusto Lino, no lugar do Alto da Forca, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves;-----

1.2 A habitação foi titulada pela Licença de obras n.º 659/90 de 23 de agosto de 1990 com duas prorrogações;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

2.1.1 O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

O referido Auto de Vistoria deverá ser deverá ser fornecida ao requerente junto com a presente informação-----

2.2 Considerando que o pedido já se encontrava instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise;-----

3. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

4. Análise do Pedido / Proposta-----

4.1 Em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;---

4.2 De acordo com vistoria realizada em 02 de fevereiro de 2017 e informação da Comissão elaborada em 20 de fevereiro de 2017, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que não refere a " (...) necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de vistoria", o pedido dá origem a um autorização de utilização - legalização;-----

4.3 No entanto é referido no mesmo auto que "deverá ser colocado um tapa vistas, no terraço contíguo ao terreno vizinho (alçado lateral direito);-----

4.4 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

5. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,10 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	73,60 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,10 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	94,65 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,50 €	11,50 €
	TOTAL			74,60 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO II				
		s/n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00

- Betão betuminoso	1	0,14	0,14
- Granito (calçada a cubos)	0	0,20	0,00
- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00
- Betão	0	0,20	0,00
Passeios			
- Lancil (Betão)	1	0,18	0,18
- Lancil (Granito)	0	0,35	0,00
- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0,17	0,17
- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00
REDE DE ÁGUA	1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS	1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,36	0,36

C - custo das obras existentes na via pública	1,43	
A - área bruta da obra a realizar	190,1	m²

- n.º 4 do artigo 25.º

T = C x A	T =	271,84	€
-----------	-----	--------	---

TOTAL A LIQUIDAR = 74,60€ + 271,84€

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----
Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito constante na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização do imóvel em causa.-----
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----
À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO N.º 2/16 - PROCESSO N.º 419/15 - NOS COMUNICAÇÕES, S.A. - RUA AUGUSTO GIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 03.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do pedido formulado, via mail em 19-12-2016 e registado nesta unidade orgânica com o nº 2351/16, referente ao processo nº 419/15, a promotora solicita a libertação da caução, prestada em numerário, no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), e destinada a garantir a boa e regular execução da construção de Infraestruturas subterrâneas na rua Augusto Gil, na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade de Chaves. -----

2-ANTECEDENTES-----

Em 07-01-2016, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 2/16, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no arruamento supra referido.----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 21 de fevereiro de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na rua Augusto Gil, em Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Provisória, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 2/16, necessitam de correcção na pavimentação do passeio, na extensão da vala executada, não sendo passíveis de serem objecto de recepção provisória.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de recepção provisória das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 2/16.-----

6.2-De acordo com o disposto no nº 5 do artigo 71º do RJUE e nos

artigos 121º²⁶ e 122º²⁷ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, deve ser dado a conhecer à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----
A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no nº1 e 2 do artigo 122º do CPA.-----

6.3-Que, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 25º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, o Executivo delibere sobre a necessidade de notificar a Nos, Comunicações, S.A, para dentro do prazo de **30 dias**, proceder à rectificação da pavimentação do passeio na extensão da vala executada.-----

6.4-Dê-se a conhecer à promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito alegadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a deliberar a adopção de um projecto de decisão conducente ao indeferimento da pretensão.-----

Neste contexto, e face ao disposto nos artigos 121º e 122º, do Código de Procedimento Administrativo, dever-se-á, de seguida, notificar o requerente para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão que atrás de pré-anuncia.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

²⁶ **Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

²⁷ **Artigo 122º - Notificação para a audiência-----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO N.º 554/16 - PROCESSO N.º 245/15 - NOS COMUNICAÇÕES, S.A. - AV. HERÓIS DE CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 03.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do pedido realizado, via email em 19-12-2016, registada nesta unidade orgânica com o n.º 2352/16, referente ao processo n.º 245/15, a promotora solicita a libertação da caução, prestada em numerário, no valor de € 5 925,40 (cinco mil novecentos e vinte e cinco euros e quarenta cêntimos), e destinada a garantir a boa e regular execução da construção de Infraestruturas subterrâneas na Avenida Heróis de Chaves, na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade de Chaves.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 14-07-2016, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 51/16, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no arruamento supra referido.----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 21 de fevereiro de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na Avenida Heróis de Chaves, em Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Provisória, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 51/16, necessitam de correcção na pavimentação, junto à caixa de visita - CVP NOS, não sendo passíveis de serem objecto de recepção provisória.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no n° 1 do artigo 27° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de recepção provisória das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 51/16.-----

6.2-De acordo com o disposto no n° 5 do artigo 71° do RJUE e nos artigos 121°²⁸ e 122°²⁹ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 7/1, deve ser dado a conhecer à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----
A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n°1 e 2 do artigo 122° do CPA.-----

6.3-Que, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 25° do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, o Executivo delibere sobre a necessidade de notificar a Nos, Comunicações, S.A, para dentro do prazo de **30 dias**, proceder à rectificação dos trabalhos referentes à pavimentação da Avenida Heróis de Chaves, na envolvência da caixa de visita executada - CVP NOS.-----

6.4-Comunique-se à promotora o teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.03.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação onde se consubstancie um projecto de decisão de indeferimento da pretensão em causa.-----
Neste contexto, e face ao disposto nos artigos 121° e 122°, do Código de Procedimento Administrativo, dever-se-á, de seguida, notificar o requerente para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer

²⁸ Artigo 121° - Direito de Audiência Prévia-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124°, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

²⁹ Artigo 122° - Notificação para a audiência-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão que atrás de pré-anuncia.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-10 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-10 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. RECONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE IMÓVEL- REQUERENTE: DELMINO REIS MORAIS - LOCALIZAÇÃO: RUA DE SÃO JOSÉ N.º.17 - MADALENA-PROCESSO N.º98/10 - REQUERIMENTO N.º44/17-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º28/DSCH/17-TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, ENG. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Delmino Reis Moraes, na qualidade de proprietário, solicita sob requerimento n.º 44/17, referente ao processo n.º 98/10, emissão de certidão de reabilitação urbana para efeitos de isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas (IMT) ao abrigo do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), relativo a um prédio urbano de habitação, comércio e/ou serviços. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio, em regime de propriedade horizontal, está inscrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º413/20090526, na matriz predial com o artigo urbano n.º 931 e situa-se na Rua de São José n.º17, união de freguesias da Madalena e Samaiões, concelho de Chaves. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1. Após o respetivo processo de licenciamento para reconstrução do imóvel destinado a habitação, comércio e/ou serviços, a 18 de maio de 2011 foi emitido o alvará de obras de reconstrução n.º69/11, com prazo de validade até 17 de maio de 2013. -----

1.2.2. A 7 de março de 2013 é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 41/13. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios que se encontrem localizados em zonas históricas, previstas em planta de zonamento do Plano Diretor Municipal (PDM), áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 45.º do EBF e ulteriores alterações, ficando dependente do reconhecimento pela câmara municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o n.º 5 do artigo 45.º do EBF.-----

Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, a assembleia municipal pode, por proposta da câmara

municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder a respetiva isenção em sede de IMT. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Do processo 98/10 consta o relatório fotográfico antes das obras de reconstrução e o relatório da vistoria para determinação do estado de conservação do imóvel após a conclusão das obras de reconstrução do edifício, atestando que houve grandes melhorias das condições estruturais, funcionais e construtivas, conservando as suas características e traços fundamentais, potenciando assim, a recuperação do património edificado na zona histórica da cidade de Chaves. -----

3.2. De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido a 21 de maio de 2009. -----

3.3. A 06/03/2013 a autoridade tributaria notifica o requerente (ofício nº2161) para proceder ao pagamento da liquidação adicional de IMT no valor de 5 178.55€, sendo o valor liquidado a 09/04/2013: ---

<i>Data</i>	<i>Doc. nº</i>	<i>Importância IMT</i>
09/04/2013	160 709 033 292 203	5 178.55€

3.4. Após o pagamento do IMT, o requerente contestou o valor pago, tendo a autoridade tributaria, através da informação 42/2013, deferido parcialmente o pedido, anulando o imposto no montante de 2 486.25€ e notificando o requerente em 16/11/2013, através do aviso de reembolso nº 2009 405702302 que tinha pago indevidamente em 09/04/2013 a importância de 2 486.25€, tendo-lhe sido enviado cheque reembolso nº 9250728592. -----

3.5. Assim, tendo em conta o valor pago em 09/04/2013 (5 178.55€) e o valor reembolsado a 16/11/2013 (2 486.25€), a diferença é o valor de IMT a restituir -----

<i>IMT liquidado 09/04/2013</i>	<i>IMT reembolsado 16/11/2013</i>	<i>IMT a restituir</i>
5 178.55€	2 486.25€	2 692.30€

3.6. Ao ter adquirido o prédio urbano em 21/05/2009, conforme o descrito no ponto 3.2. e ter iniciado as obras de reabilitação urbanística a 18/05/11, de acordo com o alvará descrito no ponto 1.2.1., o pedido do requerente cumpre os requisitos constantes no nº 2 do artigo 45º do EBF e ulteriores alterações: "Ficam isentas de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as aquisições de prédios urbanos destinados a reabilitação urbanística, desde que, no prazo de três anos a contar da data de aquisição, o adquirente inicie as respetivas obras".-----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida no nº 3 do artigo 45º do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

4.1. Propõe-se que a presente informação seja enviada para reunião de câmara a fim de aprovar a localização do imóvel em Área de Reabilitação Urbana do centro histórico de Chaves, com a data de início e de conclusão de obras a 18/05/2011 e 07/03/2013 respetivamente e certificando que houve uma franca melhoraria das condições de uso, conservando o seu carácter fundamental, estando em condições de obter a respetiva isenção de IMT (2 692.30€), de acordo com o artigo 45.º dos Estatutos de Benefícios Fiscais;

4.2. Após aprovação pela camara municipal, deverá a presente proposta de isenção ser submetida para deliberação, à assembleia municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios de acordo com o disposto no ponto 2.º, no artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais); -----

4.3. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a câmara municipal deverá comunicar, no prazo de 30 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento referido na certidão, competindo ao serviço de finanças, a anulação da liquidação de IMT e subsequente restituição.

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 14/02/2017. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 02/03/2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-03-13 -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. EMPREITADA "REMODELAÇÃO DO LARGO GENERAL SILVEIRA" - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES. - APROVAÇÃO DA MINUTA DO 1.º ADICIONAL AO CONTRATO INICIAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 05/GNE/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO-----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 03 de março de 2017, deliberou aprovar a Informação/Proposta n.º 71/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 23 de fevereiro de 2017, relativa a trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões da empreitada "Remodelação do Largo General Silveira", pelo valor de € 17.925,80 (dezassete mil, novecentos e vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, por um prazo de execução de 30 dias;-----

Nos termos do disposto no n.º 9, do art.º 376º do CCP, os trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões em causa devem ser objeto de celebração de contrato;-----

No dia 10 de março de 2017, a firma adjudicatária "Anteros Empreitadas, Soc. de Construções e Obras Públicas, S.A.", foi, devidamente, notificada da respetiva aprovação dos trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões e, ainda, no sentido de apresentar um reforço da caução,

no valor de € 1.792,58 (mil, setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e oito cêntimos), destinado a garantir a boa execução do contrato;-----

No dia de hoje, 13 de março de 2017, a firma adjudicatária "Anteros Empreitadas, Soc. de Construções e Obras Públicas, S.A." prestou o reforço da caução solicitado, através de depósito de Garantia, efetuado na Tesouraria Municipal, através da Guia n.º 30/1/2017, no valor de € 1.792,58 (mil, setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e oito cêntimos), correspondente a 10% do valor dos trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte:-----

a) Aprovar a presente proposta e respetiva minuta do contrato adicional, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Anteros Empreitadas, Soc. de Construções e Obras Públicas, S.A" do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 13 de março de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: - Minuta do Contrato-----

MINUTA DO 1.º ADICIONAL AO CONTRATO Nº 14/2016 - PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REMODELAÇÃO DO LARGO GENERAL SILVEIRA" - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.-----

No dia ... de de 2017, celebram o 1ª adicional ao contrato para execução da empreitada "Remodelação do Largo General Silveira" - Suprimento de Erros e Omissões, pelo preço total de **€ 17 925,80** (dezassete mil, novecentos e vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Como Primeiro Contratante, o **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.º António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----

Como Segundo Contratante, **ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.**, com sede em S. Fraústio, Estrada de Braga, Km 164,5, em 5400-283 Chaves, Pessoa Coletiva n.º 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 6176-PUB, com o capital social de 4.750.000,00 euros, legalmente representada por, natural de, residente em, titular do Cartão de Cidadão n.º, válido até, na qualidade de, conforme poderes constantes na Certidão Permanente, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

• Considerando que no dia 19 de outubro de 2016, foi celebrado um contrato de empreitada "Remodelação do Largo General Silveira", - Contrato n.º 14/2016 -, com a firma "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A." NIPC 500719616;-----

- Considerando que a obra em causa consiste na remodelação do Largo General Silveira, materializando-se através da substituição do pavimento degradado, da criação de canteiros constituintes de zonas verdes e de sombra, implantação de mobiliário urbano e a demolição do elemento água que lá se encontrava, substituindo-se por uma fonte seca, com recuperação de água;-----
- Considerando que, o projeto da praça previa a sua pavimentação em calcário, formando quadrados delimitados por cintas de granito, também as grelhas da fonte se previram em granito de forma a obter um conjunto esteticamente homogêneo;-----
- Considerando que, após a infraestrutura que constitui toda a fonte estar concluída, foi executada uma das grelhas de forma a testar-se o seu impacto visual e funcional;-----
- Considerando que, as grelhas em granito, cuja dimensão, de acordo com o projeto, é de 1 m de diâmetro, integradas em laje, também de granito, com 1,5mx1,5m, revelaram-se neste teste, de difícil manuseamento devido ao seu peso que superava os 175 Kg, cada;-----
- Considerando que, as grelhas recolhem as águas, de modo a que integrem novamente o circuito, e que estas águas arrastam consigo detritos que nem sempre se encontram à superfície, cada tanque está dotado de filtros para evitar que estes possam causar obstruções e avarias. Desta forma, são inevitáveis operações periódicas de manutenção para retirar e proceder, não só, à limpeza dos filtros, como também à substituição de outros componentes, tais como os projetores;-----
- Considerando que, o peso das grelhas, aliado à fragilidade própria do material - granito amarelo, vai implicar que estas, devido às operações de levantamento e recolocação, encaixando-as numa outra laje, do mesmo material, se danifiquem e danifiquem as que as ladeiam, com bastante regularidade, o que aportará à Câmara Municipal, a longo e médio prazo, custos elevados decorrentes da substituição das mesmas.
- Considerando que, a Câmara não dispõe de meios e equipamentos eficazes para elevar este tipo de elementos, o que pressupõe que este trabalho seja feito apenas com meios humanos, o que torna a tarefa difícil e pouco precisa, aumentando o risco da degradação do material;
- Considerando que, estas operações de manutenção são aconselhadas, pelo menos, de 6 em 6 meses, o que incrementa ainda mais risco;-----
- Considerando que, após feita esta análise, conclui-se que a melhor solução para o local, seria a colocação de grelhas em chapa de aço inoxidável, AISI 304L e com reforços na parte inferior, o que lhe confere elevada resistência, com desenho igual ao estabelecido para as grelhas de pedra, dotadas ainda de caixilho no mesmo material;----
- Considerando que, as vantagens desta solução são inúmeras, sendo as mais proeminentes, a facilidade de manuseamento e a não degradação precoce do pavimento. Esteticamente, estas grelhas não apresentam grande impacto sendo, inclusive, a solução maioritariamente adotada neste tipo de instalações. A médio e longo prazo, apresenta-se igualmente, como a solução economicamente mais favorável.-----
- Considerando que, no que respeita à camada de base, previu-se que esta tivesse cerca de 10cm de mistura de agregado britado de granulometria extensa (tout-venant) acrescido do volume necessário para preencher e nivelar os espaços onde se encontravam a fonte e o lago anexo a esta;-----
- Considerando que, após a remoção do pavimento, detetou-se que sob este existia uma base em areia que se encontrava assente num

massame de betão, em toda a extensão da praça, a 30cm, em média, de altura, relativamente à cota final do pavimento;-----

- Considerando que, os 10cm de material de base previsto, revelaram-se insuficientes para alcançar as cotas necessárias. Será necessário colocar mais 14cm em toda a área, o que equivale a um volume total de 140m³ de material;-----

- Considerando que o projeto prevê, dentro da área de intervenção da obra, a substituição das luminárias existentes por luminárias contendo Leds, no sentido de diminuir a despesa com o consumo de energia elétrica, mantendo-se as mesmas colunas;-----

- Considerando que, uma das colunas, apesar de não ter sido considerada por se localizar no enfiamento da Rua Coronel Bento Roma, faz parte da praça já que é visível de todas as direções, e, desta forma retira homogeneidade ao conjunto por apresentar uma tonalidade de luz diferente (amarelo), propõe-se a substituição das 2 luminárias da referida coluna por 2 iguais às do projeto, ou seja, Luminária do tipo Douro da Scheréder ou equivalente, equipada com 24 Leds/700mA, 58W-5400lm, para aplicação vertical, incluindo fornecimento eletrificação e instalação;-----

Assim, considerando os erros e omissões anteriormente referidos, estamos perante situações não detetáveis em fase de apresentação de listas de erros e omissões e sendo o dono de obra responsável pela autoria do projeto este é inteiramente responsável pela execução dos mesmos. Uma vez, que se trata de trabalhos estritamente necessários à conclusão da obra e dela indissociáveis, sendo ainda certo que a sua não execução ou a sua execução numa fase posterior acarretaria custos acrescidos para o dono da obra, resultam trabalhos de suprimento de erros e omissões, com preços acordados e preços de contrato, apresentados em anexo à Informação/Proposta n.º 71/DOP/2017, de 23 de fevereiro de 2017, em lista de quantidades e orçamento, no valor de € 17 925,80 (dezassete mil, novecentos e vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----

1. O presente adicional ao contrato de empreitada tem por objeto trabalhos de suprimento de erros e omissões, referentes à empreitada **"Remodelação do Largo General Silveira"**, no montante de **€ 17 925,80** (dezassete mil, novecentos e vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

2. Os referidos trabalhos de suprimento de erros e omissões, foram aprovados em reunião do executivo camarário, do passado dia 03 de março de 2017, na sequência da Informação/Proposta n.º 71/2017, da Divisão de Obras Públicas, datada do dia 23/02/2017.-----

Cláusula 2ª (Prazo de execução)-----

O prazo de execução dos presentes trabalhos de suprimento de erros e omissões é de 30 dias.-----

Cláusula 3ª (Cabimento e Compromisso)-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030301; Cabimento n.º 660/2017 de 24/02/2017;-----

2 - Com a assinatura do presente adicional ao contrato foi assumido o Compromisso n.º 868/2017, de 27/02/2017, em cumprimento do disposto no n.º2, do artigo 9º e n.º3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º3, alínea c) do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Cláusula 4ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)-----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Depósito de Garantia, efetuado na tesouraria municipal, no dia 13/03/2017, através da Guia n.º 30/1/2017, no valor de **€ 1 792,58** (mil, setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e oito cêntimos), correspondendo a 10% do valor dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, objeto do presente contrato.-----

Cláusula 5ª (Foro Competente)-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 6ª (Legislação aplicável)-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.---

Cláusula 7ª (Disposições finais)-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente adicional ao contrato inicial serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - A execução do presente adicional ao contrato inicial foi autorizada por deliberação camarária do passado dia 03 de março de 2017;-----

3 - A minuta do presente adicional ao contrato inicial foi autorizada por deliberação camarária do passado dia....de.....de 2017.-----

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º .../17.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-03-13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-03-13. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo referido o seguinte: -----

1 - Os trabalhos titulados na minuta, em apreciação, não consubstanciam erros e omissões do projeto, mas sim, pela sua natureza, trabalhos a mais. -----

2 - Esta inadequação quanto à classificação dos trabalhos acaba por distorcer as condições de execução do contrato de empreitadas, em apreciação. -----

3 - Razão pela qual irá votar contra a aprovação da presente informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos e Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, e com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.-

De seguida, usou da palavra a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----
 "O seu voto contra funda-se na sua discordância quanto à metodologia adotada, a qual vai determinar a requalificação do Largo das Freiras, não tendo qualquer relação com a aprovação da minuta do contrato, ora, em apreciação." -----

1.2. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AV.ª DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1)" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação nº 94/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 229 de 29 de novembro de 2016, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 1: Requalificação da Av.ª do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)".-----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, o Município de Chaves adjudicou à empresa Anteros Empreitadas Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A., a execução da referida empreitada.-----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 23 de fevereiro de 2017. -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 544.199,00 € (Quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 150 dias.-----

5 - O início da produção de efeitos do contrato de acordo com o n.º 1 do artigo 362º do CCP, encontra-se previsto para o dia 20 de março de 2017.-----

6 - O adjudicatário, apresentou a 23 de fevereiro de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.---

II - Fundamentação-----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.-----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra.-----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de:-----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo;-----
 2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.^a Madalena Branco;-----
 3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação;-----
 4. De acordo com o n.º 1 do artigo 15º do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho).-----
 À consideração Superior.-----
 Divisão de Obras Públicas, 08 de março de 2017-----
 A Chefe de Divisão-----
 (Eng.^a Amélia Cristina Rodrigues)-----
Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde.-----
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.10 -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.10 -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESIDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. MARIA DE FÁTIMA PIRES GOMES DOS REIS. INFORMAÇÃO N.º48/DAR/2017. -----
 Foi presente a informação n.º48/DAR/2017, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.--
1. INTRODUÇÃO:-----
 Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 09 de fevereiro de 2017, um pedido em nome de Maria de Fátima Pires Gomes dos Reis, contribuinte n.º177475684, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação no Bairro 1º de Maio, Lote 2, 1ºDtº,Vidago; em nome do marido já falecido António dos Reis.
 A 09 de fevereiro de 2017, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas

residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social informando da situação financeira;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido a 137,21€;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 6 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 137,12€ por parte da peticionária, em 6 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 24 de fevereiro de 2017.-----

O Chefe de Divisão-----

(Engº José António T.F. Carneiro)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.01 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.01 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº2/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a Assembleia Municipal aprovou a autorização genérica para dispensa de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

- Considerando que, em todas as sessões do órgão deliberativo, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, no dia 09 de dezembro de 2015, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2016.

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Que seja dado conhecimento ao órgão executivo municipal, em sede da próxima reunião ordinária, da listagem enunciada, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, denominada "Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal"; -----

b) Sequencialmente, e dando execução ao ato de autorização genérica prestado, oportunamente, pela Assembleia Municipal, sobre a matéria em apreciação, deverá o mesmo documento ser levado ao conhecimento do aludido órgão deliberativo na sua próxima sessão ordinária, a ter lugar no mês de abril. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 13 de março de 2017 -----
 A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----
 (Susana Borges) -----

INFORMAÇÃO Nº2/SC/2017

**LISTAGEM DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
 GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES**

Adjudicatário	Designação do contrato	Valor	Tipo de procedimento	Data celebração/ renovação do contrato	Fim do contrato/ renovação
LPQ - Laboratório Pró-Qualidade, S.A.	Celebração de contrato de prestação de serviços de recolha e análises da água termal das Termas de Chaves, das Piscinas e da água de consumo humano	72.910,20	Concurso Público	18.11.2016	18.11.2019 (a)
A400 - Projetistas e Consultores de Engenharia, Lda.	Celebração de contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto do centro de convívio de Chaves, no Largo do Terreiro da Cavalaria	3.750,00	Ajuste Direto	20.12.2016	23.01.2017
Iten Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Celebração de contrato para licenciamento, atualização, manutenção de software de suporte aos serviços municipais	89.541,42	Concurso Público	17.01.2017	17.01.2020
Lage & Lage, Lda.	Celebração de contrato para aquisição de um trator agrícola equipado com um braço limpa bermas	59.000,00	Ajuste Direto	28.12.2016	28.01.2017
Safetyw - Vestuário Cooperativo e Equipamentos de Proteção Individual, Lda.	Celebração de contrato para aquisição de equipamento de proteção individual	11.792,00	Ajuste Direto	22.12.2016	22.01.2017

André Campos. Joana Mendes - Arquitetos, Lda.	Celebração de contrato para prestação de serviços para elaboração do projeto do centro coordenador de transportes de Chaves	32.990,00	Ajuste Direto	12.12.2016	20.02.2017
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Celebração de contrato para fornecimento de comunicações para o Município de Chaves	55.000,00	Ajuste Direto	29.12.2016	29.12.2018
Resopre	Celebração de contrato para fornecimento de contadores de água	16.520,00	Ajuste Direto	16.12.2016	31.12.2017
NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	Celebração de contrato para prestação de serviços tendentes à elaboração do lote 5 dos projetos de requalificação dos arruamentos incluídos no plano de ação de mobilidade urbana sustentável de Chaves (Pamus): Projetos Pamus 1: rua das Longras e Av. 5 de outubro (troço sul); projetos Pamus 2: Av. 5 de Outubro (troço norte) Av. do Tâmega, rua Antunes Guerreiro e Rua Inácio Pizarro	23.250,01	Ajuste Direto	14.12.2016	22.02.2017
NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	Celebração de contrato de prestação de serviços de elaboração do lote 6 dos projetos de requalificação dos arruamentos incluídos no plano de ação de mobilidade urbana sustentável de Chaves (Pamus): projetos Pamus 1: rua das Portas do Anjo e rua Alferes João Batista (troço sul); projetos Pamus 3: rua Alferes João Batista (troço norte), rua do Cruzeiro, rua Viscondessa do Rosário e rua da Fonte do Leite	13.750,01	Ajuste Direto	14.12.2016	22.02.2017

(a) De acordo com a cláusula 3ª do contrato, a prestação de serviços objeto do presente contrato tem início, com efeitos retroativos, ao dia 1 de novembro de 2016, tendo a duração de 1 ano, podendo ser renovada tacitamente, se nenhuma das partes o denunciar, até ao limite de três anos. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.03.13. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.03.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.03.13 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016. INFORMAÇÃO Nº06/DGF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1 - Considerando que o Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de fevereiro retificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro e alterado pelos diplomas Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de abril aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);

2 - Considerando que se entende por prestação de contas, o inventário dos atos económicos e/ou financeiros passados, bem como o instrumento controlador da execução do orçamento e da gestão autárquica; -----

3 - Considerando, também, que a prestação de contas, na senda do evidenciado no ponto anterior, deve ser espelho dos documentos previsionais, os quais aprovaram, em tempo oportuno, os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica; -----

4 - Considerando que no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL são definidas as normas e especificidades técnicas relevantes que devem ser tidas em consideração aquando da elaboração dos documentos de prestação de contas a elaborar pelo Município; -----

5 - Considerando que o aludido diploma dispõe como documentos de prestação de contas: o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão; -----

6 - Considerando que a prestação de contas das Autarquias Locais deve obedecer e ser apresentada, em modelos uniformes, de acordo quer com o estipulado pelos pontos 5, 7 e 8 das considerações técnicas do POCAL, quer com o estipulado pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, de 18 de agosto, alterada pela Resolução 26/2013, de 21 de novembro;

7 - Considerando que, nos termos da Resolução nº 03/2016, do Tribunal de Contas, estão, também, os Municípios, obrigados ao reporte informativo dos documentos de prestação de contas por via eletrónica

para o Tribunal de Contas, através da aplicação informática disponibilizada no sítio do TC - www.tcontas.pt, e, complementados pela apresentação dos documentos previstos na alínea b), do seu nº11 - **Mapa síntese dos bens inventariados (CIBE)** e ainda no nº12, da mesma Resolução - **Declaração de Responsabilidade**, decorrente das obrigações de aprovação e de aplicação dos princípios e normas contabilísticas e de controlo interno, a subscrever pelos elementos que integram o órgão executivo; -----

8 - Considerando que o órgão executivo da Autarquia deverá, à luz do disposto no nº 1 do artigo 76º, da Lei nº73/2013, de 03 de setembro, e na alínea i), do nº 1, do artº33º e alíneas j) e k), do nº 1, do artº35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apresentar os documentos de prestação de contas ao respetivo órgão deliberativo, de modo a que este os aprecie em sessão ordinária, no **mês de abril** do ano seguinte àquele a que respeitam; -----

9 - Considerando que, no cumprimento da alínea d), do nº 1, do artº42, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a qual aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, devem as empresas locais facultar **os documentos de prestação anual de contas**, à Câmara Municipal para acompanhamento e controlo; -----

10 - Considerando que, nos termos da alínea e), do nº 2, do artº77, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, "*...emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal.*"; -----

11 - Considerando, por último, que as contas do Município deverão ser remetidas, pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, ao **Tribunal de Contas, até 30 de abril**, de acordo com o nº 4, do artº52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto e ulteriores alterações, nos termos da Resolução nº44/2015, de 25 de novembro, e à CCDRN, (artº6º do POCAL), ao INE e à Direção-Geral do Orçamento (artº7º e 8º do POCAL), no prazo de 30 dias após aprovação pelo Órgão executivo; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito: -----
Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Ex. Sr. Presidente da Câmara a adoção da seguinte estratégia procedimental com vista à concretização do objetivo em causa, ou seja, aprovar as contas relativas à gerência de **2016**: -----

a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de **2016**, as quais integram: -----

• **Os documentos da Prestação de Contas que se encontram definidos no art.º6 do POCAL e na Resolução do TC, nº 4/2001:** -----

- a) Mapa de Execução do Orçamento da Despesa; -----
- b) Mapa de Execução do Orçamento da Receita; -----
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos; ---
- d) Mapa de Fluxos de Caixa; -----
- e) Mapa de Operações de Tesouraria; -----
- f) Balanço; -----
- g) Demonstração de Resultados; -----
- h) Anexos às Demonstrações Financeiras; -----
- i) Relatório de Gestão. -----

• **Documentos previstos na Resolução do TC, nº 26/2013, de 21 de novembro:** -----

- a) Mapa das participações da entidade; -----
- b) Relatório e contas das sociedades comerciais previstas no artº3º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nas quais exerçam influência significativa dos respetivos elementos a seguir identificados: -----
 - Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas; -----
 - Cópia da certificação legal de contas, se emitida; -----
 - Relação nominal dos responsáveis. -----
- c) Deliberações dos órgãos executivos e deliberativo, previstas no artº61º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, bem como estudos técnicos, económicos e jurídicos que fundamentam o sentido da deliberação; ----
- d) Planos de integração ou internalização referidos no nº 12 do artº62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto; -----
- e) Mapa de alienação da totalidade ou parte de capital social das empresas locais e de outras sociedades comerciais e cópias dos respetivos documentos comprovativos; -----
- f) Identificação de eventuais medidas adotadas no âmbito do artº65º da lei 133/2013, de 3 de outubro. -----

• **Documentos previstos no despacho judicial nº 1/EC/2017 - TC e na Resolução do TC nº03/2016, de 18 de janeiro:** -----

Alínea b), do nº 11 - Mapa Síntese dos Bens inventariados (CIBE); ---
 Nº 12 e 13 - Declaração de Responsabilidade, subscrita pelo órgão executivo e declaração de responsabilidade pelo (s) responsável (eis) financeiro. -----

• **Documento previsto no artº77, da Lei 73/2013, de 3 de setembro:-**
 Parecer sobre as contas do exercício, emitido pelo Revisor Oficial de Contas; -----

• **Documento previsto no nº 6, do artº59, da Lei 73/2013, de 3 de setembro:** -----

Relatório de Acompanhamento anual do Plano de Saneamento Financeiro;

• **Documento previsto no artº12, nº 2, da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto - Programa de Apoio à Economia Local (PAEL):** -----
 Anexo relativo à execução anual do PAEL. -----

• **Documentos Previstos no nº 42º na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto**
 Relatório e Contas da GEMC, E.M, S.A (versão preliminar, a aprovar no mês durante o mês de março); -----

• **Outros documentos anexos:** -----

✓ **Balanço Social 2016;** -----

✓ **Documentos previstos na LCPA - Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e ulteriores alterações:** -----

- a) Declaração relativa a compromissos plurianuais; -----
- b) Declaração relativa a pagamentos e recebimentos em atraso a 31/12/2016. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas previstas nas alíneas alínea i), do nº 1, do artº33º e alíneas j) e k), do nº 1, do art.º 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o mês de abril, com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo; -----

c) Que se remeta, às entidades referidas, e dentro dos prazos legalmente estipulados, um exemplar de todos os documentos integrantes da prestação de contas da gerência de 2016, ora em aprovação. -----
 Chaves, 10 de março de 2017 -----

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira -----

(Márcia B. Santos, Dra.) -----
 Em anexo: Documentos de prestação de contas legalmente exigíveis ---
 Relatório de Gestão -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 10.03.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 13.03.2017 -----

À reunião de câmara. -----

 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 - As contas, em apreciação, tal como estão apresentadas, enfermam dos mesmos problemas das prestações anteriores, não tendo, assim, surtido qualquer efeito o conjunto de alertas prestado, sobre a matéria. -----

2 - No ano económico findo, a autarquia aplicou várias medidas extraordinárias relacionadas com a venda de património municipal, nomeadamente, participações sociais, venda de bens imóveis, entre outras. -----

3 - Tais medidas vieram a permitir uma arrecadação de receita cujo valor atingiu os 4 milhões de euros. -----

4 - O aumento do plano tarifário, com prejuízo para o bolso dos flavienses, tem uma tradução efetiva e/ou notória, nas contas, em apreciação, sendo certo que este fator económico teve como consequência, direta e necessária, o aumento da receita municipal em, aproximadamente, 8 milhões de euros. -----

5 - As contas revelam, ainda, um impacto muito grande na despesa pública relacionada com o serviço da dívida (Juros) fixada na ordem dos 2 milhões de euros. -----

6 - O mandato autárquico, em curso, partiu de uma conjuntura financeira complicada para a Autarquia, sendo certo que o Partido Socialista em nada contribuiu para a débil situação económico-financeira em que a mesma se encontra. -----

7 - Tal como foi evidenciado, pelo auditor responsável, também subsistem reservas, sobre os aspetos positivos registados, nesta prestação de contas, tanto mais que se encontra em litígio valores com um montante aproximado de 8 milhões de euros, e relacionados com o dossiê "ATMAD", tendo sido constituídas provisões de valor aproximado correspondente a 2,5 milhões de euros. -----

8 - As contas, em apreciação, espelham uma parte da realidade financeira da autarquia, não traduzindo, todavia, um retrato exato da sua real situação financeira. -----

9 - Nesta conformidade, não pode, o Partido Socialista, dar, politicamente, um voto favorável às contas, em apreciação. -----

 De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Trata-se da última prestação de contas deste mandato Autárquico, não podendo, por razões de seriedade política, deixar de reconhecer o esforço que foi feito, no sentido de colmatar as dificuldades financeiras da autarquia. -----

2 - Todavia, tais medidas de forte contenção financeira prejudicaram, não só a ação política desenvolvida, por este executivo municipal, mas, particularmente, prejudicaram os cidadãos flavienses, ficando estes privados de investimentos públicos importantes para o desenvolvimento do Concelho de Chaves. -----

3 - Continua a verificar-se que existe, por parte do auditor, a consignação de reservas, relativamente às contas, em apreciação, algumas delas bem explicitadas e indissociáveis da litigiosidade em que o Município está envolvido. -----

4 - Esta situação deixa, sob o ponto de vista financeiro, um espaço algo dúbio para a definição rigorosa do retrato financeiro da autarquia. -----

5 - Não pondo em causa o rigor da informação financeira depositada, nestas contas é, no entanto, fundamental, esclarecer e encerrar todos os dossiês que envolvam litígio, junto dos tribunais, e cuja resolução é fundamental para a determinação da real situação financeira da autarquia. -----

6 - Este caminho deve ser seguido, ou seja, o caminho da transparência e da seriedade, embora manifeste a sua oposição à aprovação das contas, considerando a latitude das dúvidas, acima, evidenciadas e associadas a incerteza decorrente dos valores financeiros, em litígio. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

A execução orçamental de 2016 traduz a ausência de visão estratégica do executivo, sendo notória a falta de uma definição clara de prioridades e a aposta em áreas que possam decididamente projetar Chaves na senda do desenvolvimento. -----

Teria sido de primordial importância criar um conjunto de "clusters" no nosso concelho, que mais facilmente aqui criasse raízes, como o das energias renováveis e das tecnologias da informação, para além do da água, turismo e agro-industrial que não foram desenvolvidos. -----

Esses "clusters" devem estar preferencialmente ligados aos recursos endógenos da região, ou da sua massa crítica. -----

Lembro aqui o número considerável de alunos do ensino superior do concelho que estudam noutras cidades, frequentando cursos das áreas referidas. -----

Para além desses, há outros que gostariam de frequentar esses cursos e não o fazem por falta de meios. -----

Teria sido importante apostar na criação de um Polo Tecnológico em Chaves, associado a outras instituições do ensino superior, como Politécnico de Bragança ou Universidade do Minho, por exemplo, em parceria com EHATB. -----

Este polo universitário, para além de formar especialistas nessas áreas, permitiria levar a cabo projetos de investigação ligados às mesmas e potenciaria a criação de pequenas empresas. -----

Devemos notar, que quase todas ou mesmo todas as cidades do interior que conseguiram desenvolver-se contrariando o estigma da interioridade, possuem uma instituição de ensino superior aí a funcionar, que teve uma importância fulcral nesse processo. -----

Refiro os exemplos de Vila Real, Bragança e Covilhã, entre outras. Chaves também poderia fazer parte desse conjunto, infelizmente isso não acontece devido às opções erradas que foram tomadas até agora. --

Em 2016 não ocorreu nada de novo na área da educação, *havendo inclusivamente uma taxa de execução orçamental muito baixa, acontecendo o mesmo na da cultura.* -----

No domínio das infraestruturas, a taxa de execução também foi muito baixa, ficando por executar importantes melhoramentos nas vias públicas e na requalificação das redes de água e saneamento que continuam com taxas de perdas muito elevadas, sendo de 46% para a água e 55% para o saneamento. -----

A baixa taxa de execução nesta área tem duas grandes consequências: piora as condições de mobilidade e reflete-se no aumento das tarifas de água e saneamento. -----

Nas Grandes Opções do Plano (GOP's), a taxa de execução também foi muito baixa, tendo o valor de 63,81%. -----

A dívida à ATMAD, com o valor de 7.830.496€, como vem sendo habitual, não se reflete integralmente nos mapas contabilísticos da prestação de contas do município, continuando este problema sem solução à vista, há já vários anos. -----

Perante toda esta panóplia de evidências e dando mais relevância à questão da dívida à ATMAD que de algum modo dificulta o conhecimento da real situação financeira da autarquia, não poderei dar a minha aprovação às contas apresentadas pelo executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo e Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 04/ST/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Justificação -----

1 - Considerando que no ponto 2.3.4.2 das considerações técnicas do Dec. Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com a redação que lhe foi conferida pelo Dec. Lei n.º 84-A/2002 de 5 de Abril - Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), se encontra consagrado que, na execução do orçamento das autarquias locais só podem ser liquidadas e arrecadadas as receitas que tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada; -----

2 - Considerando, que, dá origem a revisão orçamental a abertura de novas rubricas orçamentais; -----

3 - Considerando, que, na revisão do orçamento pode ser utilizada como contrapartida ao aumento das despesas (independentemente da sua natureza), a incorporação do saldo (orçamental) apurado no exercício anterior, desde que seja respeitado o princípio do equilíbrio corrente, bem como o princípio do equilíbrio orçamental; -----

4 - Considerando, ainda, que relativamente ao "saldo da gerência anterior", embora a sua inscrição no orçamento da receita não seja obrigatória, a sua utilização constitui, uma regra de boa gestão orçamental, tendo em conta a escassez de recursos para a persecução dos fins públicos. -----

5 - Considerando que, as "Reposições Não Abatidas nos Pagamentos", abrangem as receitas provenientes de entradas de fundos em resultados de pagamentos indevidos, ocorridos em anos anteriores, englobando as devoluções que ocorrem depois do encerramento do ano financeiro em que ocorreu o pagamento; -----

6 - Considerando que, atendendo à natureza da receita proveniente de reposições não abatidas nos pagamentos, para efeitos de elaboração dos documentos previsionais, o capítulo económico respetivo "15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos", não deve, em regra, ser dotado, pelo que, se durante o exercício económico forem detetadas situações desta natureza, a autarquia deve proceder a uma revisão orçamental; -----

7 - A título excecional, esta rubrica pode ser dotada caso à data da elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo.-----

Do Orçamento da Despesa-----

1 - Considerando que o ponto 8.3.1.2 das considerações técnicas do POAL, se encontra prevista a possibilidade de, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e alterações;-----

2 - Considerando que no ponto 8.3.1.3 do mesmo diploma, o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se tratem de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou ainda da entrada em vigor da nova tabela de vencimentos quando publicada após a aprovação do orçamento inicial;-----

Do Plano Plurianual de Investimentos-----

1 - Considerando que o PPI se apresenta como uma componente das Opções do Plano, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico autárquico;-----

2 - Considerando que este documento Previsional, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar por investimentos, explicitando a respetiva previsão da despesa;-----

3 - Considerando que no ponto 8.3.2.1. das considerações técnicas do POAL, se define que as modificações do Plano Plurianual de Investimentos se consubstanciam em revisões e alterações;-----

4 - Considerando que no ponto 8.3.2.2 do retrocitado diploma, as revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.

5 - Considerando ainda que, no ponto 8.3.2.3, se encontram estabelecidas as situações enquadradas pela modificação titulada como alteração ao PPI, onde, a realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no PPI aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao Plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for o caso;-----

6 - Da interpretação do ponto anterior é possível concluir que as situações previstas pelo texto legalmente aprovado, suscitam a ideia de que as mesmas se circunscrevem na área da pura gestão financeira dos projetos, submetidas à dinâmica própria decorrente das respetivas execuções.-----

Dos Instrumentos de Gestão Financeira do Município:-----

1 - Face ao exposto e considerando a receção, após o encerramento do exercício económico anterior, de transferências respeitantes à devolução de verbas decorrentes de pagamentos efetuados pelo Município, cuja, regularização contabilística apenas poderá ser efetuada, nos termos do POAL, pela via da "Reposições Não Abatidas aos Pagamentos", por tratar-se de despesa realizada em ano anterior, procede-se à seguinte modificação ao orçamento da receita:-----

1.1-Inscrição da rubrica "Reposições Não Abatidas aos Pagamentos - 15.01.01", pelo valor de 25.490,02€;-----

2 - Considerando que, nos termos do POICAL, constitui prática de boa gestão orçamental, a utilização (integral ou parcial), do saldo orçamental, da gerência anterior, a redistribuir por rubricas cuja dotação se revele, atualmente, como insuficiente, face às previsões iniciais, procede-se à seguinte modificação ao orçamento da receita:

2.1-Incorporação do saldo do exercício anterior, na rubrica orçamental da receita respetiva - 16.01.01, no valor de 1.502.943,20€ destinado ao reforço das seguintes rubricas orçamentais a desenvolver durante o corrente ano económico, considerando que tal distribuição de dotações, vai de encontro à manutenção do princípio de equilíbrio corrente e orçamental, previsto no POICAL:-----

Ação2016/I/11 Musealização das Termas Romanas de Chaves. 1.000.000,00€

Ação2006/I/3PAMUS 1 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes:

Zona Urbana Central	100.000,00€
---------------------------	-------------

Ação 2006/I/4 PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente

100.000,00€

Ação 2017/I/16PAMUS 3 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Poente

100.000,00€

Ação 2017/I/28 PACTO CIM-AT - Reforço de Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndio.....

27.892,80€

Ação 2003/I/13 Aquisição de Equipamento Básico.....

62.650,00€

02.02.20.01.04Chaves em Festa.....

20.950,00€

02.02.20.01.05Chaves Mais Cultura.....

16.400,00€

04.07.01.01 Associações Culturais

10.000,00€

04.07.01.02 Associações Desportivas

20.000,00€

04.08.02.01 Programas Ocupacionais

10.000,00€

04.08.02.02 Outras.....

15.000,00€

08.07.01.04 Participação na construção, benef. e conserv. de Equipamentos Sociais.....

20.000,00€

10.06.03.07 Santander-Totta.....

25.540,42€

3 - Considerando a necessidade, superiormente determinada, em introduzir uma modificação à previsão contida inicialmente no Plano Plurianual de Investimentos aprovado para 2017, face à submissão, do projetos integrados em candidatura, no âmbito do Portugal 2016-2020, determinando:-----

3.1 - A inscrição/abertura de nova ação, cuja intenção de execução se perspetiva a breve trecho, em função da candidatura submetida, designada por " POSEUR - Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios"-----

4 - Considerando que as modificações anteriormente enunciadas, pela sua natureza, latitude e efeitos financeiros delas decorrentes, apenas poderão ser contempladas nos instrumentos de gestão financeira em vigor, pela via da figura da Revisão;-----

5 - Considerando que a presente proposta dá integral cumprimento às regras definidoras da elaboração do Orçamento particularmente o princípio orçamental corrente, tendo inteiro acolhimento quer na Lei de Enquadramento Orçamental, quer ainda no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro e ulteriores alterações.-----

II. Proposta em Sentido Estrito-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à sua aprovação;-----b)

Sequencialmente, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo camarário, deverá a mesma, ser remetida para uma próxima sessão da Assembleia Municipal com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo, no cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ulteriores alterações-----

Chaves, 10 de março de 2017 -----

A Chefe da DGF- -----

(Márcia Raquel Santos, Dra.ª) -----

Anexos: a) Resumo dos fluxos de caixa/ Saldo da gerência anterior;--

b)Relatórios da 1.ª revisão aos documentos previsionais 2017;-----

c)Regra do equilíbrio orçamental nas modificações-art.º40,Lei 73/2013, 3 de setembro.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 10.03.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 13.03.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo e Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.-

XII DIVERSOS

1. COMUNICAÇÃO DE DESISTÊNCIA DO LUGAR C7 DO TERRADO DA FEIRA SEMANAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 18/DSC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre a comunicação formulada por António Manuel Fernandes Alves, contribuinte fiscal n.º 186 756 780, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 340, em 12.01.2017, relacionado com a desistência do lugar C7 do terrado da Feira Semanal de Chaves. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Salvo motivos ponderosos e devidamente justificados, o direito à ocupação de espaço de venda no terrado da Feira Semanal de Chaves, conforme artigo 15.º do Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, em vigor no Município de Chaves, caduca quando: -----

(i) O titular da licença de ocupação, sem prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal, não exerça a sua atividade durante quatro feiras seguidas ou seis interpoladas no período de um ano. ---

(ii) Não forem liquidadas as taxas devidas nos termos do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

2.2. A desistência do direito de ocupação obriga o adjudicatário a comunicar o facto, por escrito, à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior àquele em que o desejo fazer, sob pena de ficar

responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência. -----

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. A comunicação consubstancia a desistência do direito de ocupação do lugar C7 do terrado da Feira Semanal de Chaves, cujo titular atual é António Manuel Fernandes Alves. -----

3.2. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

(i) A presente comunicação deu entrada no expediente geral desta Autarquia, no dia 12 janeiro de 2017, pelo que se considera tomar efeito a partir do mês de fevereiro; -----

(ii) Por consulta do programa de Gestão de Mercados e Feiras do Município, encontram-se liquidadas as taxas mensais devidas pela ocupação do lugar, até ao mês de janeiro, inclusive, pelo que se conclui não existirem dívidas em atraso. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no reconhecimento da comunicação de desistência do lugar de venda - C7, no terrado da feira semanal de Chaves, com efeito a partir do mês de fevereiro de 2017; -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

4.3. Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui a Feira semanal de Chaves, a informação de cadastro do lugar de venda - C7, do terrado da feira semanal de Chaves, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 23 de fevereiro 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Moraes) -----

Anexo: Requerimento NIPG 340 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 02/03/2017 -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2-Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração do Senhor Vereador João Neves, para que o mesmo profira despacho no sentido de submeter o processo a reunião do Executivo Municipal para deliberar reconhecer a comunicação de desistência do lugar C7, no terrado da Feira Semanal, nos termos formalizados, com produção de efeitos a partir de fevereiro do corrente ano. -----

3- Caso venha a ser deliberado em conformidade com o preconizado, os serviços devem promover a notificação do interessado nos termos previstos no artigo 114.º do CPA. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 10/03/2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, SR. JOÃO NEVES DATADO DE 10/03/2017. -----

À reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LUGAR DE VENDA C/ BANCA N.º 19 NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/DSC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Maria Sofia Correia Pinto, contribuinte fiscal n.º 212 289 039, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 9189, em 19.09.2016, relacionado com o pedido de uma banca no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Conforme n.º 1^º do artigo 23.º do Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), a atribuição de lugares de venda, novos ou vagos, far-se-á por deliberação da Câmara Municipal, mediante a apresentação de requerimento dos interessados, devidamente instruído. -----

2.2. Se o número de lugares de venda pedidos para concessão for superior à quantidade disponível, a Câmara Municipal fará a atribuição através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital a afixar nos Mercados Municipais, nos locais de estilo, na página eletrónica do município e em, pelo menos, um jornal local (cf. n.º 2 do artigo 23.º do RMM). -----

2.3. Para a ocupação a título ocasional a Câmara Municipal reserva 15% dos lugares do logradouro interior, os quais não podem ser atribuídos a título permanente, para salvaguarda dos pequenos produtores agrícolas, com produções marcadamente sazonais (cf. n.º 2 do artigo 20.º do RMM). -----

2.4. O RMM, conforme n.º 2^º do artigo 21.º, prevê a possibilidade de se ocupar um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 8h00, a título ocasional, no seguimento das condições expressas no artigo 22.ºⁱⁱⁱ do mesmo Regulamento. -----

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. O pedido formulado consubstancia o pedido de atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda, com banca n.º 19, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, para venda de produtos hortofrutícolas de produção própria. -----

3.2. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

(iii) A atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda no Mercado Municipal carece da autorização pelo executivo municipal, da abertura do procedimento de atribuição do direito de ocupação, e concretização do ato de adjudicação de tal direito. -----

(iv) A não atribuição do direito de ocupação a título permanente, não é impeditiva da ocupação ocasional de um lugar de venda. -----

(v) No caso concreto, o pedido de atribuição do direito de ocupação a título permanente de um lugar de venda, com banca, no logradouro

interior do Mercado Municipal de Chaves, para venda de produtos hortofrutícolas não poderá assim ser acolhido. -----

(vi) Contudo, a requerente poderá vir a beneficiar de um dos lugares ocasionais reservados aos pequenos produtores agrícolas, com produções marcadamente sazonais (cf. n.º 2 do artigo 20.º do RMM) ou, conforme n.º 2 do artigo 21.º, de um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 08h00, a título ocasional, no seguimento das condições expressas no artigo 22.º do mesmo Regulamento. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto com a ressalva da alternativa preconizada pelos serviços nos termos referidos no ponto iv) do n.º 3.2, desta informação; -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à mesma vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA; -----

4.3. Deverá ainda ser informada que, caso se constate a existência de lugares de venda vagos, será avisada do procedimento que a Câmara Municipal adotar para a sua atribuição, podendo entretanto proceder à ocupação de lugares de venda, a título ocasional, nos termos referidos no ponto iv) do n.º 3.2, desta informação. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 23 de fevereiro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

Anexo: Requerimento NIPG 282 -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 23 de fevereiro 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

Anexo: Requerimento NIPG 340 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 02/03/2017 -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2-Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração do Senhor Vereador João Neves para que profira despacho no sentido de submeter o processo a reunião do executivo municipal, para deliberação nos seguintes termos: -----

2.1- Com base nas razões de facto e de direito expostas na informação, ser manifestada a intenção de indeferir o pedido em concreto, com a ressalva da alternativa preconizada pelos serviços nos termos referidos no ponto iv) do n.º 3.2, desta informação; -----

2.2- Nos termos do artigo 121.º e seguintes do CPA, decidir promover a audiência prévia da interessada, na forma escrita, para que, no prazo de 10 dias, se pronuncie sobre as razões de facto e de direito, antes da tomada de decisão final; -----

3- Caso venha a ser deliberado em conformidade com o preconizado, os serviços devem promover a notificação da interessada, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA . -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 10/03/2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, SR. JOÃO NEVES DATADO DE 10/03/2017. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

i Artigo 23.º Condições de atribuição -----

1. A atribuição de lugares de venda, novos ou vagos, nos Mercados Municipais de Chaves e Vidago, far-se-á por deliberação da Câmara Municipal, mediante a apresentação de requerimento (Anexo II) dos interessados, devidamente instruído. -----

2. Se o número de lugares de venda pedidos para concessão for superior à quantidade disponível, a Câmara Municipal fará a atribuição através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital a afixar nos Mercados Municipais, nos locais de estilo, na página eletrónica do município e em, pelo menos, um jornal local. -----

ii Artigo 21.º - Modalidades do direito à ocupação -----

2. Quando o titular permanente não ocupar o lugar que lhe está reservado até às oito horas da manhã do dia de feira, deverá o funcionário municipal em serviço no mercado, atribuir esse lugar a outro participante ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo seguinte. -----

iii Artigo 22.º - Condições de atribuição do lugar de venda a título ocasional -----

-
1. A ocupação do lugar a título ocasional far-se-á segundo a ordem de chegada aos setores respetivos, segundo o ordenamento estabelecido. -
 2. A ocupação prevista no número anterior deverá ser solicitada verbalmente ao trabalhador municipal e estará sempre condicionada à existência de lugares disponíveis, implicando o pagamento da taxa correspondente e prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----
 3. O direito à ocupação a título ocasional será feito por meio de senhas, as quais serão intransmissíveis, devendo o interessado conservá-las em seu poder durante o período da sua validade, sob pena de lhe ser exigido novo pagamento. -----